

Veículo: A Tarde	Caderno: Especial
Data: 04/05/2020	Página: A7
Assunto: Fazendários preveem que Bahia perderá com pacote – cita a arrecadação .	

Fazendários preveem que Bahia perderá com pacote

DA REDAÇÃO

A Bahia foi o estado que mais perdeu com o projeto de compensação das perdas de arrecadação aprovado sábado pelo Senado, cabendo receber o menor valor por habitante, o que, com certeza, comprometerá o combate à Covid-19 e a manutenção dos serviços básicos à população na pandemia.

Essa é a avaliação do Sindicato dos Fazendários da Bahia (Sindsefaz), que ainda aponta perdas para o funcionalismo público que, de acordo com a entidade, ficará com os salários congelados por mais dois anos.

Para o Sindsefaz, que divulgou posicionamento ontem, o texto que havia sido aprovado pela Câmara dos Deputados seria "bem mais justo", pois garantiria aos estados brasileiros os valores que fossem perdidos com a queda do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) durante a crise da Covid-19.

Para tentar reverter a decisão no Senado, a Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco) anunciou que irá atuar junto aos deputados a partir de hoje em Brasília para tentar mudar o projeto.

Aprovação

No sábado passado, o Senado aprovou o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, que prestará auxílio de R\$ 125 bilhões a estados e municípios para combate à pandemia. O valor inclui repasses diretos e suspensão de dívidas. Foram 79 votos favoráveis e um voto contrário.

Serão R\$ 60 bilhões em quatro parcelas mensais, sendo R\$ 10 bilhões exclusivamente para ações de saúde e assistência social (R\$ 7 bi para os estados e R\$ 3 bi para os municípios) e R\$ 50 bilhões para uso livre (R\$ 30 bi para os estados e R\$ 20 bi para os municípios). O tema está voltando à Câmara dos Deputados para aprovação.



CAPA ([HTTP://WWW.BAHIAJA.COM.BR/CAPA](http://www.bahiaja.com.br/capa)) **ÚLTIMAS NOTÍCIAS** ([HTTP://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ULTIMASNOTICIAS](http://www.bahiaja.com.br/ultimasnoticias))

MIUDINHAS ([HTTP://WWW.BAHIAJA.COM.BR/TASSOFRANCO/MIUDINHAS](http://www.bahiaja.com.br/tassofranco/miudinhas))

COLUNISTAS ([HTTP://WWW.BAHIAJA.COM.BR/COLUNISTAS](http://www.bahiaja.com.br/colunistas)) **ARTIGOS** ([HTTP://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ARTIGOS](http://www.bahiaja.com.br/artigos))

FALE CONOSCO ([HTTP://WWW.BAHIAJA.COM.BR/FALECONOSCO](http://www.bahiaja.com.br/faleconosco))

segunda-feira, 04 de maio de 2020

ECONOMIA ([HTTP://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ECONOMIA](http://www.bahiaja.com.br/economia))

Bahia é o estado mais prejudicado em PL sobre compensação de perdas

O Estado receberá o menor valor por habitante

Moacyr Neves, Salvador | 03/05/2020 às 19:22

Curtir 0

Tweet



Marlúcia

Foto: divulgação

A Bahia foi o estado que mais perdeu com o projeto de compensação das perdas de arrecadação aprovado neste sábado (02) pelo Senado. O Estado receberá o menor valor por habitante, o que, com certeza, vai comprometer o combate ao covid-19 e a manutenção dos serviços básicos à população durante a pandemia. Quem também perde muito é o funcionalismo público, que ficará com seus salários congelados por mais dois anos.

Essa é a opinião do Sindicato dos Fazendários da Bahia (Sindsefaz). Para a entidade, o texto que havia sido aprovado pela Câmara dos Deputados era bem mais justo, pois garantia aos estados os valores que fossem perdidos com a queda do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) durante os meses de crise, sem falar que não mexia na vida do servidor, que já vem sendo bastante sacrificado pelos governos.

Segundo Marlúcia Paixão, diretora do Sindsefaz e vice-presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), os estados do Nordeste, principalmente a Bahia, foram os mais prejudicados. “O projeto é uma clara perseguição a dois segmentos da sociedade, pois impôs aos nordestinos os menores valores, além de punir os servidores públicos com o congelamento salarial até 2021, como queria o ministro da Economia, Paulo Guedes”, denuncia a fazendária baiana, após analisar tabela elaborada pela assessoria do Comitê Nacional de dos Secretários de Fazenda dos Estados e do DF (Comsefaz).

A dirigente do Sindsefaz denuncia que além de prejudicar a Bahia, o Senado condenou os servidores baianos a passarem ainda mais dificuldades nos próximos anos. Ela lembra que o funcionalismo estadual já está com vencimentos congelados há cinco anos e meio. “Nossas perdas acumuladas entre 2013 e abril deste ano já ultrapassam 32% e devem chegar próximas de 40% ao final de 2021 caso este PL não seja modificado pelos deputados”, diz Marlúcia.

Para se ter uma ideia de como o projeto aprovado pelos senadores é incompreensível e injusto, o Amapá (R\$ 604,14 por habitante), estado do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, vai receber por habitante 4,5 o que receberá a Bahia (R\$ 135,49 por habitante). O estado do Nordeste menos prejudicado é Sergipe, mesmo assim está na 14ª posição no ranking dos que receberão mais recursos por habitante.

Marlúcia diz que a Fenafisco, entidade da qual é vice-presidente, vai atuar junto aos deputados a partir de segunda (04) para mudar o projeto e restabelecer justiça e seriedade. “É inconcebível que em um momento de crise e sofrimento, o Nordeste e o funcionalismo continuem sendo alvo da política genocida e xenófoba do governo federal”, reclama. Ela diz que os fazendários baianos – que estão trabalhando durante a pandemia nos postos fiscais e volantes, correndo risco de vida – não aceitarão passivamente mais este ataque.

O Sindsefaz salienta ainda que possui uma série de propostas para amenizar as perdas de arrecadação de ICMS na Bahia e que espera que a administração da Sefaz acolha as ideias.

Veículo: TVE Bahia	Programa: TVE Revista
Data: 01/05/2020	Apresentador: --
Assunto: Aplicativo feito pela <u>Secretaria da Fazenda do Estado</u> permite pesquisa de preço em tempo real. Sonora com <u>Félix Mascarenhas, da SGF</u> .	

Data: 01/05/2020

Emissora: TVE Bahia

Programa: TVE Revista

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Aplicativo feito pela **Secretaria da Fazenda do Estado** permite pesquisa de preço em tempo real. Sonora com **Félix Mascarenhas, da SGF**.

Veículo: Rádio Metrópole FM	Programa: Jornal da Bahia no Ar
Data: 28/04/2020	Apresentador: Mário Kertész
Assunto: Em entrevista com André Curvelo, Mário avisa de abraço enviado por <u>Manoel Vitório</u> , secretário da Fazenda do Estado da Bahia.	

Data: 28/04/2020

Emissora: METROPOLE

Programa: JORNAL DA BAHIA NO AR

Apresentador(a): MÁRIO KERTÉSZ

Categoria:

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Em entrevista com André Curvelo, Mário avisa de abraço enviado por **Manoel Vitório**, secretário da Fazenda do Estado da Bahia.

Veículo: Globo/TV Bahia	Programa: Jornal Hoje
Data: 01/05/2020	Apresentador: Maju Coutinho
Assunto: Votação no senado de projeto de socorro aos estados e opinião do governador Rui Costa.	

Data: 01/05/2020

Emissora: Globo/TV Bahia

Programa: Jornal Hoje

Citação Direta: Sim

Impacto: NEUTRO

Sinopse: Votação no senado de projeto de socorro aos estados e opinião do governador Rui Costa. O governador da Bahia **Rui Costa** do PT reclamou que os critérios para mudança no projeto não ficaram claros para os governadores. “Para nós não estão claros os critérios apresentados, é como se tivesse sido feito por encomenda. Para deixar o nordeste em pior situação, nós não entendemos os critérios queremos entender os critérios que foram aplicados.”

Tribuna

IPVA

Considerando os problemas causados pela pandemia do coronavírus, o deputado estadual Zé Cocá (PP) encaminhou indicação ao governador Rui Costa reivindicando alteração no calendário e ampliação dos prazos para pagamento do Imposto de Propriedade de Veículo Automotor (IPVA), Licenciamento Anual e Multas.

Bondade

O Ministério da Cidadania, chefiado por Onyx Lorenzoni, recebeu mais de R\$ 3,1 bilhões extraordinários para gastar em ações de assistência social e em programas de segurança alimentar durante a crise do coronavírus. Porém, até esta sexta (1º), o dinheiro não estava nem na



Onyx Lorenzoni

primeira etapa para sair do caixa. A assessoria do ministro disse que encontrava-se de folga por causa do dia do Trabalho e que não poderia responder sobre a demora do empenho dos recursos.

Tribuna

Governo baiano vai ao STF para prorrogar pagamento de dívida

GUILHERMEREIS
EDITOR DE POLÍTICA, COM
AGÊNCIAS

A Procuradoria Geral do Estado (PGE) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a suspensão e prorrogação das prestações da dívida da Bahia com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). O valor médio das prestações, relativas a dois contratos, é de R\$ 26 milhões.

Através de uma Ação Cível Originária, o procurador Jamil Cabus solicitou a suspensão e prorrogação das prestações com venci-

mento em 15 de abril de 2020 e 15 de outubro de 2020, para pagamento no final do contrato, com manutenção dos mesmos encargos financeiros previstos contratualmente.

As prestações são relativas a dois contratos de empréstimos firmados pelo Estado com o BIRD, com

Contrato

O valor médio das prestações do crédito é de R\$ 26 milhões.

garantia da União, para aplicação em programas nas área de saúde, recursos hídricos e desenvolvimento rural sustentável.

"As prestações se tornaram excessivamente onerosas para o Estado, em razão do surgimento de despesas extraordinárias e imprevisíveis, da necessidade do direcionamento de recursos para a área de saúde, a fim de conter a pandemia do coronavírus e fornecer tratamento adequado à população, e da queda na arrecadação do ICMS", explicou o procurador.

Os contratos estão vinculados a garantia prestada pela União ao BIRD, e cor-



A PGE pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a suspensão e prorrogação das prestações da dívida da Bahia com o BIRD

respondente contragarantia prestada pelo Estado a União, de forma que, em caso de não pagamento de alguma parcela, a União assume o ônus perante o BIRD e pode utilizar recursos próprios do Estado e transferências constitucionais para se ressarcir.

Além do pedido de sus-

pensão das prestações, o procurador apresentou também pedido subsidiário para que a União, por si ou através do Banco do Brasil S/A, se abstenha de executar a contragarantia e de promover qualquer retenção de receitas próprias do Estado ou decorrentes de transferências constitucionais.

Transporte - O transporte intermunicipal será suspenso em Aratoca, Maracás, Marau e Santo Amaro a partir de sexta-feira (1º). A medida, que tem como objetivo conter o avanço do coronavírus na população baiana, foi publicada em decreto no Diário Oficial do Estado (DOE) desta quinta-feira (30). No total, a Bahia passa a ter 100 cidades com restrição no transporte.

A determinação considera a circulação, saída e chegada de qualquer transporte coletivo intermunicipal, público e privado, rodoviário e hidroviário, nas modalidades regular, fretamento, complementar, alternativo e de vans.

Socorro da União deve cobrir 64% das perdas dos Estados

Cálculo leva em conta queda de 10% no ICMS e no FPE

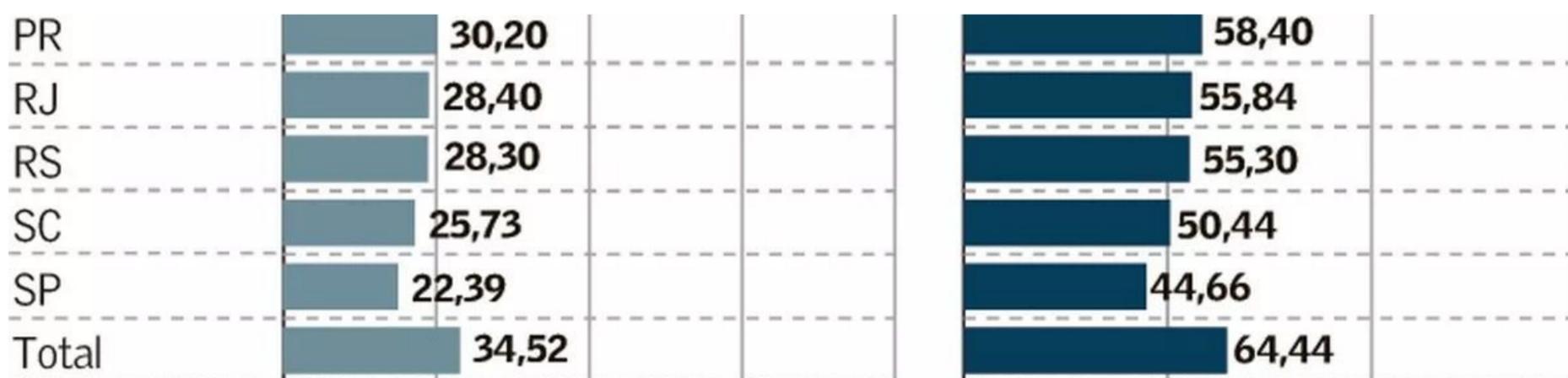
Por Marta Watanabe — De São Paulo

04/05/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Cobertura de perdas

Simulação de impacto dos auxílios federais a FPE e ICMS* - em %

UF	Para 10% de perda anual de FPE e de 20% no ICMS	Para 10% de perda anual de FPE e de 10% no ICMS
AP	92,61	116,89
MT	62,29	116,13
AC	83,86	112,54
RR	80,98	110,25
TO	66,94	98,83
MA	60,09	95,21
AL	59,62	94,07
SE	61,33	93,38
PI	59,32	93,15
PA	53,65	92,16
RO	53,26	87,71
RN	51,69	84,66
PB	52,36	84,59
CE	46,09	78,35
BA	41,97	74,43
MS	37,68	71,40
PE	40,10	70,74
GO	37,47	70,66
AM	37,94	68,84
ES	34,65	65,91
MG	31,06	60,16
DF	30,75	59,61



Fontes primárias: IBGE, RFB, STN, Substitutivo Senado PLP 149/19, com elaboração de Kleber Castro
 *Perdas nominais calculadas em relação ao arrecadado em 2019

O auxílio da União para a recomposição do Fundo de Participação dos Estados (FPE), aliado ao socorro não vinculado aprovado pelo Senado no sábado, deve garantir cobertura média de 64,4% da perda de receitas esperada para este ano pelos governos estaduais com o fundo e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O cálculo considera recuo nominal de 10% na arrecadação anual do ICMS em relação a 2019 e perda de igual percentual no repasse de FPE. Caso a perda de receita de ICMS chegue a 20% neste ano, a cobertura será de 34,5%, em média.

O cálculo, feito a pedido do **Valor** pelo economista Kleber Castro, especialista em contas públicas e sócio da Finance Consultoria Econômica, baseou-se nas receitas informadas pelos entes nos relatórios fiscais.

A ideia, diz Castro, foi verificar o impacto da recomposição de FPE já aprovada aliada aos efeitos da transferência de recursos não vinculados que passou no Senado. Por essa proposta, que ainda deve ser votada na Câmara dos Deputados, os Estados deverão receber total de R\$ 30 bilhões em recomposição de receitas por quatro meses. A projeção considera somente o chamado seguro-receita. Não contempla, portanto, os R\$ 7 bilhões que devem ser repassados aos governos estaduais para fazer frente especificamente às despesas com a pandemia, a serem distribuídos segundo a população e a taxa de incidência da covid-19.

Pelo levantamento, São Paulo será o ente que deverá ter menor cobertura de perdas. No caso de frustração de 10% de arrecadação de ICMS e 10% no FPE, os dois auxílios cobrirão apenas 44,7% do que o Estado poderá perder em receitas nas duas rubricas. No caso de 20% de queda no ICMS, além dos 10% no FPE, a cobertura será de 22,4%. No Rio Grande do Sul a ajuda será um pouco mais representativa, de 55,3% e de 28,3%, respectivamente.

Se a perda no ICMS for de 10%, alguns Estados conseguirão mais que compensá-la, como o caso do Amapá, que teria 116,9% de cobertura da frustração na arrecadação com o imposto e o FPE. No caso de perda de 20% de receita de ICMS, a cobertura para o governo amapaense seria de 92,6%.

Castro lembra que as estimativas consideram o valor nominal arrecadado em 2019, não a previsão orçamentária para este ano. Na expectativa de recuperação da economia em 2020, ainda que lenta, muitos governos estaduais esperavam aumento real de receitas neste ano e até março as projeções vinham sendo cumpridas em boa parte dos entes, o que deve amenizar parte do efeito da covid-19 na arrecadação do ano.

Para o economista, mantida a proposta aprovada pelo Senado, os Estados do Sul e do Sudeste tendem a ter uma reposição de perdas menor, em termos relativos, do que os entes das regiões Norte e Nordeste. Isso porque nessas duas regiões os recursos do fundo são mais representativos e a cobertura de perdas no FPE deve ser maior.

No Sul e Sudeste a receita de ICMS é quase sempre mais relevante. O auxílio aprovado no Senado, diz Castro, distribuiu os valores seguindo quatro critérios: participação na arrecadação de ICMS, população, FPE e rateio do auxílio da Lei Kandir, que ressarcie os Estados pela perda com a desoneração das exportações. O uso desses critérios acabou encolhendo a fatia do

auxílio para entes do Sul e do Sudeste. Governadores dessa região defendiam a distribuição do socorro unicamente pela participação no ICMS.

George Santoro, secretário de Fazenda de Alagoas, diz que a previsão do Estado para 2020 era alta nominal de 8% nas arrecadação de ICMS contra 2019. No primeiro bimestre, conta ele, o aumento foi de 6,7%. Em março empatou e em abril houve queda de 10%, que deve se aprofundar em maio. O secretário estima perda de 15% de ICMS no ano. Cálculos preliminares, segundo Santoro, apontam que o socorro da União deve cobrir cerca de 75% das perdas, considerando os recursos não vinculados. Contando com o valor destinado à saúde, diz Santoro, a cobertura subiria para 80%. Pelo levantamento de Castro, a cobertura em Alagoas para 10% de queda de ICMS e de FPE deve ser de 94,1% e de 59,6% caso a perda de ICMS seja de 20%.

Para o secretário, o auxílio é imprescindível e, se aprovado dessa forma pela Câmara dos Deputados, tende a não cobrir integralmente as perdas de todos os entes, o que mantém o esforço fiscal dos governos locais de arrecadação e de corte de despesas. A nova divisão do socorro, com total de R\$ 50 bilhões de recursos não vinculados, sendo 60% do montante a Estados e 40% para os municípios - originalmente era de 50% para cada grupo de entes federados - é, segundo Santoro, mais razoável.

Rogelio Pegoretti, secretário de Fazenda do Espírito Santo, concorda. Para ele, o FPE poderia ser retirado do critério de rateio a Estados no novo socorro aprovado no sábado, pois já existe outro auxílio para recomposição do fundo. De qualquer forma, diz ele, a ajuda é bem-vinda e a expectativa é que tenha rápida aprovação na Câmara.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Médico alerta: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente
DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula alemã que "engrossa" cartilagem
ARTICAPS

LINK PATROCINADO

Empréstimos pessoais já estão disponíveis online
EMPRESTIMOS PESSOAIS | LINKS PATROCINADOS

LINK PATROCINADO

Use o número do seu INSS para simular um empréstimo. Conheça
PB CONSIGNADO

LINK PATROCINADO

Esse tênis é indicado para quem sofre com joanete, fascite e esporão.
DONABELLE

LINK PATROCINADO

O tradicional preto está em alta confira!
SHOW DE ÓCULOS

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Bradesco vai fechar entre 320 e 330 agências neste ano

VALOR INVESTE

Bancada da bala desiste de debandada após demissão de Moro e seguirá apoiando o governo

Socorro a estados prevê mais recursos a SP, RJ e MG

Eles terão 38% do montante que será repassado a governos locais após acordo da União com o Senado. Plano prevê R\$ 60 bi em verba e outros R\$ 60 bi em suspensão de dívida e refinanciamento de empréstimos. Proposta desagrada a governadores

O Globo · 1 maio 2020 · MARCELLO CORRÊA, MANOEL VENTURA E ISABELLA MACEDO economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

Depois de fechar acordo com o governo, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), apresentou ontem um projeto de socorro a estados e municípios que inclui R\$ 60 bilhões em repasses da União, parcelados em quatro meses. São Paulo, Rio e Minas Gerais serão os mais beneficiados, com 38% da fatia destinada aos estados. O plano inclui ainda outros R\$ 60 bilhões em suspensão de dívidas e refinanciamento de empréstimos, o que eleva o impacto total do pacote para R\$ 120 bilhões. A ajuda para atravessar a crise do coronavírus tem como contrapartida o congelamento de salários de servidores até dezembro de 2021.

QUANTO CADA ESTADO RECEBERÁ

Valores do repasse em bilhões de reais

ESTADO	REPASSE
São Paulo	5,513
Minas Gerais	2,495
Rio de Janeiro	1,673
Rio Grande do Sul	1,621
Paraná	1,430
Bahia	1,390
Mato Grosso	1,121
Santa Catarina	0,959
Goiás	0,952
Pará	0,913
Pernambuco	0,898
Ceará	0,766
Maranhão	0,610
Espírito Santo	0,594
Amazonas	0,522
Mato Grosso do Sul	0,518
Distrito Federal	0,389
Paraíba	0,373
Rio Grande do Norte	0,368
Alagoas	0,344
Piauí	0,334
Rondônia	0,279
Sergipe	0,261
Tocantins	0,250
Acre	0,165
Amapá	0,134
Roraima	0,123

Fonte: Projeto do Senado

Editoria de Arte

uma rede social, o governador de São Paulo, João Doria, as prefeituras) e, portanto, os estados deveriam receber terada até chegar a uma versão que seria um "meio termo".

O tamanho das transferências diretas e a forma de distribuir o dinheiro são os principais pontos do projeto. O novo valor é maior do que os R\$ 40 bilhões previstos em outra versão que chegou a ser apresentada pela equipe econômica. Dos R\$ 60 bilhões prometidos agora, R\$ 10 bilhões serão destinados exclusivamente para a saúde, enquanto os R\$ 50 bilhões serão de uso livre, divididos meio a meio entre estados e municípios.

O texto também altera o critério de repartição que vinha sendo defendido pelo Ministério da Economia. Pela proposta, o dinheiro será compartilhado de acordo com uma série de critérios, inclusive arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), população e cota nos Fundos de Participação de Estados e Municípios. O governo havia sugerido levar em consideração apenas o tamanho da população.

Nesse formato de divisão, São Paulo terá direito a R\$ 5,5 bilhões, equivalente a 22% dos R\$ 25 bilhões devidos a todos os estados. Minas receberá R\$ 2,5 bilhões, enquanto o Rio faria jus a R\$ 1,6 bilhão. Somados, esses três entes têm direito a 38% do valor total destinado aos estados. Os recursos carimbados para a saúde foram divididos de forma diferente. Do total de R\$ 10 bilhões, R\$ 7 bilhões ficarão com estados e serão divididos de acordo com a população e a taxa de incidência de Covid-19 divulgada pelo Ministério da Saúde. Os R\$ 3 bilhões restantes serão transferidos a municípios, apenas conforme a população.

O texto é resultado de uma negociação direta entre Alcolumbre e o ministro da Economia, Paulo Guedes. A equipe econômica recorreu aos senadores por não concordar com os termos da proposta que chegou a ser aprovada na Câmara dos Deputados e obrigava a União a recompor integralmente as perdas na arrecadação de impostos nos estados e municípios. A proposta deve ser votada pelos senadores amanhã e, depois, segue novamente para a Câmara. A expectativa do líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), é concluir o processo ainda no início do mês, para que o pacote esteja disponível a estados e municípios até o dia 15 de maio.

Apesar das mudanças em relação à primeira proposta do governo, o texto não foi bem recebido por todos os estados. Os governadores afirmam que é necessário mais dinheiro para bancar serviços básicos e até a folha de pagamento dos servidores. Os valores estabelecidos no projeto foram considerados baixos, e os gestores esperavam mais, segundo fontes. Em uma rede social, o governador de São Paulo, João Doria, criticou o formato, dizendo que ele não compensa a perda na arrecadação.

Uma crítica foi a divisão igual de R\$ 50 bilhões para estados e municípios. O problema, dizem os críticos, é que a arrecadação de ICMS (imposto estadual) é bem maior que ISS (recolhido pelas prefeituras) e, portanto, os estados deveriam receber mais. O argumento é que a queda de ICMS já está em cerca de 30%, e o tributo é a principal fonte de receita em muitos governos estaduais.

Ontem, o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, disse que foi feito um bom acordo inicial, mas admitiu que a proposta pode ser alterada até chegar a uma versão que seja um “meio termo”.

— O que se chegou neste momento foi uma primeira versão de algo que será submetido ao debate. Tenho certeza que no final a gente vai chegar a um bom meio termo — disse Mansueto, em entrevista ao vivo concedida ao jornal Folha de S. Paulo.

Além da transferência de recursos, o projeto dá um alívio para gestores locais no pagamento das dívidas. Em uma frente, o plano suspende o pagamento dos débitos dos entes federados com a União e com bancos públicos, com impacto de cerca de R\$ 50 bilhões. O texto permite ainda o refinanciamento de débitos com instituições financeiras internacionais, o que resultará em fôlego de R\$ 10 bilhões.

CONGELAMENTO DE SALÁRIO

O congelamento de salários de servidores foi uma exigência de Guedes para destravar a negociação com o governo. Segundo o ministro, a suspensão de reajustes permitirá que União, estados e municípios economizem R\$ 130 bilhões.

Ontem, Guedes voltou a defender a medida e disse que usar os recursos do auxílio emergencial aos estados para conceder aumento de salário a servidores seria uma “covardia contra o povo brasileiro”.

O projeto de socorro abre espaço para criação de gratificações especiais para profissionais que estejam trabalhando diretamente no combate à pandemia, como médicos e enfermeiros. O texto, no entanto, não proíbe o congelamento salarial.

— Estamos conscientes. Não podem faltar recursos para a saúde. Por isso é que não pode ter aumento de salário. Nenhum outro uso dos recursos para fins que não sejam o combate ao coronavírus. Senão seria uma covardia contra o povo brasileiro. Se aproveitar do momento que a

população brasileira está sendo abatida por um vírus, se aproveitar disso para fazer política, em vez de cuidar da saúde, seria uma traição ao povo brasileiro inaceitável—disse o ministro, em audiência pública virtual com parlamentares.

Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião
Data: 04/05/2020	Página: A2

O fim do voto de qualidade no CARF

Fernando Neves

Doutorando em Direito, advogado especializado em Direito Aduaneiro e Tributário

Fábio Perianthro de Almeida Hirsch

Doutor e Mestre em Direito (Ufba), professor universitário e advogado especializado em Direito Público

O Diário Oficial da União trouxe na sua edição que circulou em 15 de abril de 2020 a Lei Federal número 13.988. A nova legislação representa a conversão da Medida Provisória número 899/2019, denominada pela imprensa em geral e também pela especializada como "Medida Provisória do Contribuinte Legal".

A lei trouxe no seu artigo 28 uma novidade relevante: extinguiu o denominado Voto de Qualidade no âmbito do CARF (Conselho Administrativo de Recursos

Fiscais), gerando por consequência que, em caso de empate em um determinado julgamento, a decisão será considerada favorável aos contribuintes.

Agora, a norma geral que regula o processo administrativo tributário em nível nacional (o Decreto número 70.235/72) passa a conter uma norma explícita de proteção dos contribuintes em casos de dúvida razoável formada em julgamentos perante o CARF.

Formalizado o empate ao final do julgamento, o que costumava ocorrer era a

O Decreto número 70.235/72 passa a conter uma norma explícita de proteção dos contribuintes

assunção do Presidente de cada qual das Turmas a um novo voto, além da sua manifestação ordinária, denominado Voto de Qualidade.

O maior problema do Voto de Qualidade no CARF deriva da potencialidade do mesmo ser instrumento dos mais relevantes para uma proteção dos interesses do Poder Público em detrimento dos contribuintes. Isso porque apenas podem ser presidentes das Turmas Ordinárias e da Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF) aqueles conselheiros que são representantes fazendários, nos termos da legislação em vigor.

A primeira consequência imediata da vigência da norma é a revogação hierárquica das normas regimentais que tratam do tema Voto de Qualidade no CARF, bem como a revogação por norma mais nova das previsões legais que autorizavam o mencionado Voto.

A segunda consequência imediata é

que, por se tratar de norma que envolve matéria processual (decisão em processos administrativos fiscais), a nova regra do empate favorecer o contribuinte se aplica de forma imediata a todos os processos pendentes de decisão final e, ainda, a todas as decisões já adotadas pelo Colegiado, mas ainda pendentes de recurso interno, sem trânsito em julgado.

A terceira consequência imediata é que, por ser o Decreto 70.235/72 norma geral relativa aos processos administrativos em matéria tributária, sua incidência quanto à extinção do Voto de Qualidade e do empate favorecer aos contribuintes também se estende aos Estados Membros e aos Municípios, bem como ao Distrito Federal.

As empresas e, eventualmente, pessoas jurídicas atuadas e com processos no CARF ou mesmo em órgãos estaduais não de restar atentas para a relevância desta modificação legislativa tão benfazeja.

AGRICULTURA Dois dos principais produtos do estado dependem de como mercados reagirão nos próximos meses

LAVOURAS DE CACAU E ALGODÃO VIVEM INCERTEZAS EM MEIO À PANDEMIA

MIRIAM HERMES
Barreiras

Culturas como o algodão e o cacau, ambas commodities relevantes para a matriz produtiva baiana, sofrem impactos diferenciados em decorrência da pandemia da Covid-19. Em ambas, assim como em outras culturas, o desempenho econômico vai depender de quanto tempo ainda será necessário manter as medidas de isolamento social e o reflexo disso no mercado global.

O algodão, com 313.441 mil hectares plantados na safra 2019-2020, principalmente nos municípios do extremo oeste do estado, tem expectativa de alcançar a produtividade média de 300 arrobas por hectare (@/ha) e totalizar a marca de 1.410.486 toneladas.

O estado é o segundo no ranking dos produtores brasileiros, com colheita prevista para o segundo semestre deste ano. No momento, a cultura vive o reflexo da retração do consumo, com mais oferta que procura, achatando os preços no mercado mundial.

"O setor sofre impacto pe-

la escassez da demanda das indústrias", informou o diretor financeiro do Sindicato dos Produtores Rurais de Barreiras, David Schmidt, lembrando que é um dos produtos fortes na região e no estado.

Presidente da Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa), Júlio Busato disse que 70% desta safra foi vendida no mercado futuro para indústrias têxteis da China, "a preços razoáveis". Ele destacou, no entanto, que os restantes 30% não devem ser comercializados este ano, "porque os preços estão muito baixos".

Busato explicou que esta semana a @ da fibra está cotada na Bolsa de Valores de Nova York em torno de R\$ 112,50, e que o custo de produção desta safra foi de R\$ 107,14/@. Esta situação deve se refletir também na área da safra 2020-2021, que tem projeção de ser reduzida entre 20% a 30%.

Fibras

"A qualidade das fibras baianas tem destaque entre a produção nacional e está garantida para esta safra. Entretanto, o receio é que as indústrias chinesas, "não cumpram os contratos (de mercado futuro) em decor-



Cacau é commodity relevante no estado

Ana Lee / Divulgação / 257.2016

Bahia mantém o título de maior produtor nacional de cacau

Assim como o algodão, o cacau tem preços cotados pelo dólar

rência da crise econômica mundial", revelou o secretário estadual de Agricultura, Lucas Costa.

A Bahia mantém o título de maior produtor nacional de cacau. Em 2019, o estado forneceu 107.919 toneladas para moagem às empresas filiadas à Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau (AIPC), que consomem cerca de 98% da produção brasileira.

No mesmo período, o Pará, segundo maior produtor



As lavouras do algodão têm 313,4 mil hectares plantados na safra 2019-2020

Akshilun Nunes / Divulgação / 40.2017

do Brasil, entregou 51.730 toneladas de amêndoas de cacau para moagem destinada à indústria nacional, conforme os dados da AIPC.

Assim como o algodão, o cacau tem preços cotados pela moeda norte-americana. Nas últimas semanas, o dólar está cotado a mais de R\$ 5, o que eleva o preço destes produtos. Na última semana, o preço médio da @ do cacau foi de R\$ 197, classificado como "bom" pelos cacauicultores do estado.

Consumo

No entanto, apesar deste quadro atual ainda favorável para a cultura, o secretário de Agricultura da Bahia pontuou que o comportamento do mercado daqui para frente também dependerá da capacidade de consumo do produto pelos brasileiros.

"A moagem do cacau aumentou no primeiro trimestre deste ano, mesmo com a pandemia", afirmou o titular da Seagri, salientando que é difícil fazer agora uma projeção para o futuro "porque não se sabe quanto tempo perdura esta situação e o impacto que terá sobre a economia".

Senado faz sessão para votar auxílio a estados e municípios

AGÊNCIA BRASIL
Brasília

O plenário do Senado analisou ontem, em sessão deliberativa remota, texto alternativo à proposta de ajuda a estados e municípios. O Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus negociado entre parlamentares e a equipe econômica do governo estabelece repasse menor que a proposta já aprovada pela Câmara. Serão até R\$ 60 bilhões, em quatro parcelas, para que governadores e prefeitos tomem medidas nas áreas de saúde e assistência social para a contenção da Covid-19.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), autor da proposta, deu prazo até a manhã de ontem para que os senadores apresentassem emendas ao relatório. O congressista apresentou parecer definitivo na tarde de ontem, quando se iniciou a apreciação da proposta, que ainda retorna à Câmara antes da sanção.

Para receberem o auxílio, estados e municípios não poderão reajustar salários de servidores públicos até 31 de dezembro de 2021. Também será proibido "conceder a qualquer título, vantagem, aumento, reajuste ou



Édison Rodrigues / Agência Senado

Os senadores se reuniram no ambiente virtual

adequação de remuneração de membros de Poder ou de órgão, de servidores e empregados públicos e militares, exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade pública".

Proibições

A proibição também envolve criação de cargos, empregos e funções, bem como a alteração de estruturas de carreira, que impliquem au-

mento de despesas. A admissão de pessoal só será possível em "reposição de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa" ou quando houver vacância em cargos efetivos ou vitalícios.

Na proposta do presidente do Senado, dos R\$ 60 bilhões previstos a estados e municípios, R\$ 10 bilhões serão reservados a ações na área da saúde e assistência social. Do total, R\$ 7 bilhões serão para os estados.

Veículo: A Tarde On Line	Caderno: Política
Data: 04/05/2020	Página: --

A TARDE

Dom , 03/05/2020 às 08:33 | Atualizado em: 03/05/2020 às 09:00

Senado aprova socorro de R\$ 120 bilhões aos estados e municípios

Da Redação e Agência Brasil



Em uma sessão virtual realizada na noite deste sábado, o Senado aprovou o pacote de R\$ 120 bilhões de socorro aos estados e municípios na crise do coronavírus. A ajuda financeira será ofertada durante quatro meses. Com a aprovação, o texto segue para a Câmara dos Deputados.

Depois de chegar a um acordo com deputados e senadores, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), mudou o critério da partilha da ajuda de R\$ 10 bilhões que estados e o Distrito Federal receberão para o enfrentamento à pandemia de coronavírus. Desse total, 60% levarão em conta o tamanho da população, e os 40% restantes, a incidência de casos em cada unidade da Federação.

Em relação ao texto lido na última quinta-feira, 30, por Alcolumbre, houve a inversão dos percentuais. O relatório anterior previa que 60% considerariam o número de casos e 40% a população. Dos R\$ 10 bilhões destinados à saúde, R\$ 7 bilhões irão para os estados e R\$ 3 bilhões para os municípios.

Além da verba de R\$ 10 bilhões para reforçar o atendimento médico e as ações na área de saúde, o projeto destina R\$ 50 bilhões para repor a perda de arrecadação dos governos locais provocada pela crise econômica.

Pela nova versão do substitutivo, lida por Alcolumbre durante duas horas, a verba de R\$ 50 bilhões será igualmente distribuída aos estados, que ficarão com R\$ 25 bilhões, e aos municípios, que receberão os outros R\$ 25 bilhões.

Nos últimos dias, diversos senadores haviam sugerido que 60% da parcela de R\$ 50 bilhões (R\$ 30 bilhões) ficassem com os estados e 40% (R\$ 20 bilhões) com as prefeituras. Alcolumbre, no entanto, não acatou a sugestão, o que levou senadores a incluírem uma emenda para mudar a partilha. No Senado, cada unidade da Federação tem o mesmo número de parlamentares, o que leva à maior pressão para aumentar a fatia destinada aos estados.

Em outra alteração no substitutivo, Alcolumbre decidiu impedir que a União execute, em 2020, as garantias dadas por estados e municípios que não consigam pagar empréstimos com bancos e órgãos internacionais. Tradicionalmente, o Tesouro retém repasses federais a governos locais que fazem empréstimos com garantia da União e ficam inadimplentes. Pelo texto a ser votado, as garantias

deixariam de ser executadas caso os entes locais não consigam renegociar a dívida “por culpa da instituição credora”.

Atraso

Segundo Alcolumbre, a votação foi feita neste sábado, 2, para que a Câmara possa aprovar o projeto na segunda-feira, 4, e os governos locais possam receber a ajuda no próximo dia 15.

Além da verba de R\$ 60 bilhões (R\$ 50 bilhões para repor perdas de arrecadação e R\$ 10 bilhões para ações de saúde), o projeto prevê outras ajudas para os governos locais. As parcelas da dívida dos estados com a União serão suspensas entre março e dezembro, resultando em economia de R\$ 35 bilhões, e prefeituras e governos estaduais poderão renegociar dívidas com bancos públicos e organismos internacionais, deixando de pagar R\$ 24 bilhões.

Contrapartidas

Para receberem as ajudas, os estados e os municípios deverão seguir contrapartidas. A principal consiste no congelamento dos salários dos servidores públicos locais por 18 meses. Diversas emendas e destaques buscam permitir que servidores diretamente envolvidos no enfrentamento à pandemia, como profissionais da saúde e da segurança, possam ter o salário reajustado.

Outra contrapartida proíbe que as prefeituras e os governos estaduais aumentem despesas com pessoal ou criem despesas obrigatórias até 2022, exceto os gastos relacionados à calamidade pública, como contratação de médicos e de enfermeiros.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 04/05/2020	Página:

Correio*

Senado aprova projeto de socorro aos Estados

AUXÍLIO O Senado aprovou na noite do último sábado, o projeto de auxílio a Estados e municípios, que prevê a transferência de R\$ 60 bilhões da União para os entes. O texto do projeto foi aprovado após líderes do Senado chegarem a um acordo que inclui o aumento da fatia destinada às unidades da federação e a permissão de reajustes salariais a servidores da saúde e segurança.

Pelo acordo, dos R\$ 50 bilhões que serão transferidos diretamente aos cofres de governos e prefeituras, a parcela das unidades da federação será de R\$ 30 bi-

lhões (60%), reduzindo para R\$ 20 bilhões (40%) o montante destinado para cidades. Pelo texto apresentado anteriormente pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), relator da matéria, esse valor seria dividido igualmente, R\$ 25 bilhões para Estados e outros R\$ 25 bilhões para municípios.

O projeto prevê ainda que mais R\$ 10 bilhões serão destinados para a saúde. Serão R\$ 7 bilhões para Estados, divididos 60% de acordo com a população e 40% de acordo com a taxa de incidência do coronavírus de

cada localidade. Outros R\$ 3 bilhões irão para os municípios, considerando apenas o número de habitantes.

Alcolumbre disse que Maia se comprometeu a colocar em votação hoje o texto do Senado. Qualquer alteração pelos deputados fará o texto voltar para o Senado. Nesse ritmo, o projeto poderá seguir para sanção presidencial na amanhã, e a primeira parcela do pacote pode ser paga no dia 15 de maio, segundo o senador.

Além de receber R\$ 60 bilhões em transferência direta de recursos, o governo estima que os Estados e muni-

cípios deixarão de pagar R\$ 35 bilhões com a suspensão da dívida com a União entre março e dezembro deste ano. Os entes poderão ainda renegociar dívidas com bancos públicos e organismos multilaterais, o que economizaria R\$ 24 bilhões.

Como contrapartida, Estados e municípios ficarão impedidos de aumentar despesas com pessoal ou criar despesas obrigatórias até 2022, com exceção para aumento de despesas restritas ao período de calamidade, como contratação de médicos ou enfermeiros temporários.

CONCESSÕES: TARIFAS PODEM TER REAJUSTE

INADIMPLÊNCIA A forte queda na demanda e a perda de receita por causa do coronavírus deram início a uma onda de renegociação de contratos de concessão. Com o aval da Advocacia Geral da União (AGU), que classificou a pandemia como força maior, as concessionárias estão discutindo com o governo e seus advogados a melhor forma de recuperar os danos causados pela crise. As alternativas vão de ampliação de prazo das concessões a reajuste de tarifa.

O isolamento social, iniciado em meados de março, provocou uma queda de até 98% na movimentação de passageiros nos aeroportos; as rodovias perderam, em média, 30% das receitas; e o

transporte urbano teve queda de até 70% nos usuários.

No setor de energia elétrica, há um mix de redução no consumo e alta da inadimplência. Desde o início da quarentena, a queda no consumo de energia foi de 12% e o avanço da inadimplência, de 15%. Nesse caso, o governo já está avaliando medidas para amenizar o problema. Entre elas, um empréstimo para compensar a inadimplência e a liberação de recursos de fundos setoriais para amenizar a queda no consumo.

As renegociações também devem alcançar os setores de saneamento, no qual a arrecadação caiu 25%, e de arrendamentos de terminais portuários.

98%

É a queda na movimentação nos aeroportos do país por conta da pandemia

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 02 e 03/05/2020	Página:

Estado receberá 350 respiradores; óbitos chegam a 117

COVID-19 A Bahia agora soma 117 mortes em decorrência do novo coronavírus. Após confirmar oito óbitos no primeiro balanço dessa sexta-feira (1º), a Secretaria de Saúde (Sesab) anunciou mais três no segundo levantamento, no fim da tarde. Assim, o estado chegou ao número de 11 vítimas fatais nas últimas 24 horas por causa da covid-19, um aumento de 10,37%.

Ao todo, há 3.140 casos confirmados da doença na Bahia, um crescimento de 273 novos diagnósticos desde quinta-feira (30), quando eram 2.867 infectados noti-

ficados. O acréscimo de um dia para o outro representa 9,52%. O boletim ainda registra 7.931 casos descartados e 697 recuperados.

O governo estadual anunciou que a Bahia receberá 350 novos respiradores, para tratar pacientes diagnosticados com covid-19. Os equipamentos serão distribuídos pelos municípios baianos assim que chegarem à capital.

“Vamos ter 350 respiradores top de linha para entregar ao longo da próxima semana. Por enquanto, estamos fazendo o remanejamento de outros ventilado-

3.140

casos da doença foram confirmados na Bahia, segundo a Sesab

63,54%

desses casos estão em Salvador; outros 136 municípios baianos têm casos confirmados

2.326

pessoas permanecem monitoradas

res de unidades hospitalares que não são covid-19, para que possamos abrir os leitos destinados exclusivamente para pacientes infectados”, disse o secretário estadual de Saúde, Fábio Vilas-Boas.

As 117 mortes foram registradas nos municípios de Adustina (1); Água Fria (1); Araci (1); Belmonte (1); Camaçari (1); Capim Grosso (1); Catu (1), sendo que a paciente foi contaminada na capital baiana; Feira de Santana (1); Gongogi (2); Ilhéus (5); Ipiáú (2); Itabuna (3); Itagibá (1); Itapé (1); Itapeitinga (2); Juazeiro (1); Lauro de Freitas (5), um deles mo-

rava no Rio de Janeiro; Nilo Peçanha (1); Salvador (76); Ubaitaba (1); Uruçuca (4); Utinga (1); e Vitória da Conquista (3).

A 117ª vítima fatal foi de um homem de 45 anos, residente em Salvador, sem registro de comorbidades. Ele apresentou os primeiros sintomas no dia 10 de abril e faleceu em um hospital privado da capital na quinta (30).

Salvador representa 63,54% dos casos, com 1.995 contaminados. Permanecem monitoradas pela vigilância epidemiológica, com sintomas da covid-19, 2.326 pessoas no estado.



Medidas contra a crise vão custar R\$ 350 bi

NECESSÁRIO O Ministério da Economia informou nessa sexta-feira (1º) que as medidas de combate à crise provocada pelo novo coronavírus devem gerar custo de cerca de R\$ 350 bilhões neste ano. No balanço anterior, divulgado em 17 de abril, o custo estava estimado em R\$ 285 bilhões.

Entre os novos custos, informou a área econômica, estão transferências ao Fundo Nacional da Saúde, gastos maiores com o auxílio aos estados e municípios, com o auxílio emergencial de R\$ 600, e com o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Segundo o Tesouro Nacional, efetivamente foram gastos até o momento cerca de R\$ 60 bilhões nas ações. "Essa é a maior crise das últimas cinco décadas. Precisa de celeridade nas ações implementadas e em elaboração pelo governo, em conjunto com o Congresso Nacional", afirmou Waldery

600
bilhões de reais é a estimativa de rombo nas contas públicas este ano

3,3%
é a previsão de queda do PIB do Brasil este ano

Rodrigues Junior, secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia.

Ele também disse que a ação do governo brasileiro supera os valores gastos pelos países emergentes, na proporção com o Produto Interno Bruto (PIB), e afirmou que, neste momento, a ênfase é na implementação das medidas assim como na transparência na sua execução.

Na apresentação, o Ministério da Economia também reiterou a informação divulgada nesta semana, pelo Tesouro Nacional, de que o rombo nas contas públicas (governo, estados, municípios e empresas estatais) estimado para este ano, com as medidas de combate ao novo coronavírus, está em cerca de R\$ 600 bilhões, mais de 8% do Produto Interno Bruto (PIB).

Se confirmado, esse será o maior valor da série histórica do BC, iniciada em 2001. O déficit primário acontece quando as despesas do governo superam as receitas com impostos e contribuições. Quando acontece o contrário, há superávit. Esse valor não considera os gastos do governo com o pagamento dos juros da dívida pública.

O Ministério da Economia estimou que, com um tombo de 3,3% no PIB deste ano, previsto pelo mercado financeiro na semana passada, a dívida bruta do setor público avançaria para 90,8% do PIB no fim deste ano.

Ministro Paulo Guedes admite imprimir reais

DINHEIRO Questionado por parlamentares sobre a possibilidade de emissão de moeda para combater a crise da Covid-19, o ministro da Economia, Paulo Guedes, respondeu que "sim". "Bom, economista não tem que ter dogma, é muito fácil fazer inversão de marcha. Se cairmos em uma armadilha de liquidez, em um cenário de inflação zero, o Banco Central pode sim emitir muita moeda e comprar dívida interna. Pode monetizar a dívida, sem gerar impacto inflacionário", afirmou, em audiência pública da Comissão Mista do Congresso que acompanha as medidas relacionadas ao novo coronavírus.

Em entrevista a uma rádio na última quarta-feira (29), o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a defender a impressão de moeda para que as pessoas possam ficar em casa durante a pandemia. Para ele, a medida não traria risco à inflação pela falta de demanda na economia. A ideia de "imprimir dinheiro" na situação de crise atual foi defendida primeiro pelo ex-presidente do Banco Central e ex-ministro da Fazenda, Henrique Meirelles.

BNDES NEGOCIA FINANCIAMENTO DE ATÉ US\$ 1,5 BI PARA EMBRAER

AVIAÇÃO A Embraer pode obter um crédito de US\$ 1 bilhão a US\$ 1,5 bilhão junto ao BNDES e bancos comerciais para capital de giro e financiar a exportação de aeronaves, disseram duas fontes do governo próximas às negociações. As conversas entre o banco e a fabricante de aviões ainda estão estágio inicial, mas, de acordo com as fontes, a Embraer também pode ser incluída em um programa de socorro às companhias aéreas nacionais afetadas pelos impactos da pandemia.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 3.1579	R\$ 3.1584
Dólar Turismo	R\$ 3.1300	R\$ 3.2930
Euro turismo	R\$ 3.3570	R\$ 3.5970

BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Ibovespa	-	-

POUPANÇA

2/5/2020	0,2588%
----------	---------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.045,00

INFLAÇÃO

	Março	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,25%	0,96%	4,57%
INPC/IBGE	0,32%	0,98%	4,57%
IGP-M/FGV	0,07%	0,74%	4,86%

PREÇO DO GÁS NATURAL TEM QUEDA NA BAHIA

Combustível A Bahiagás reduziu nessa sexta-feira as tarifas do gás natural em 9,14% (média de todos os segmentos atendidos), conforme resolução da Agerba, publicada no Diário Oficial do Estado. A redução é justificada pela variação do preço de aquisição do energético junto a Petrobras. Para o segmento automotivo (gás natural veicular - GNV), a queda foi de 7,94% no valor do gás comercializado pela Bahiagás aos postos.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 02 e 03/05/2020	Página:

Correio*

MIRIAM LEITÃO

blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/



PROJETO DO SENADO AINDA NÃO PACIFICOU O CONFLITO EM TORNO DA AJUDA AOS ESTADOS

Para evitar uma briga federativa

A proposta do senador Davi Alcolumbre não pacificou ainda a briga sobre a ajuda federal aos estados e pode ter criado a receita para aprofundar a crise federativa. Desde que foi divulgada, na quinta-feira, tem alimentado os cálculos dos estados, que montam tabelas para saber quanto ganharão ou deixarão de receber. A grande crítica feita é que a fórmula ficou confusa, o que é o caminho para que haja briga entre os estados e entre os municípios. O Senado como a casa da federação não pode fomentar esse conflito.

Governadores e secretários de Fazenda começaram a trocar mensagens com deputados logo na quinta-feira mostrando os defeitos da proposta. Nos R\$ 10 bilhões de transferência direta para a Saúde, usando o critério de taxa de incidência, o

maior volume foi para o Amapá, estado do senador. A ideia de dividir os R\$ 50 bilhões em partes iguais para estados e municípios, passa por cima do fato de que o ICMS arrecada R\$ 480 bilhões por ano, e o ISS arrecada R\$ 73 bilhões.

Não faria sentido, dizem os críticos da proposta, que a compensação seja do mesmo tamanho para perdas de dimensões diferentes. Olhando-se as fatias para cada estado pelo cálculo per capita – que o Ministério da Economia queria – há um desequilíbrio completo, alguns estados superam R\$ 300 por habitante, outros R\$ 80.

Contas são feitas e refeitas, mas o temor é que elas alimentem mais desentendimentos, com estados beneficiados pelos critérios defendendo a pro-

posta, e os que se acham prejudicados ficando ressentidos com os outros. Cidades e estados brigando entre si. Câmara e Senado em disputa de queda de braço.

Alcolumbre quis evitar exatamente esse cenário quando chamou a relatoria para si no meio da briga entre o ministro Paulo Guedes e o presidente da Câmara Rodrigo Maia. Ele achava que, ao ser ele mesmo o relator, ficaria mais confortável para o presidente da Câmara conduzir a votação do projeto.

A briga foi resultado da falta de diálogo do atual momento. A área econômica não gostou da proposta da Câmara dizendo que era um cheque em branco, porque ela propunha a recomposição de toda receita perdida. Estados e municípios teriam a garantia de que receberiam do

governo federal o suficiente para cobrir toda a perda de arrecadação com esses dois impostos. A equipe econômica achou que assim se comprometeria com uma despesa sem valor definido, preocupação que faz todo o sentido, mas a solução poderia ter sido negociada.

O ministro Paulo Guedes escalou acusando o projeto de ser farra eleitoral e pauta bomba. O ambiente ficou ainda mais envenenado com as acusações do próprio presidente a Rodrigo Maia. O governo fora flagrantemente derrotado na Câmara na votação por 431 votos a 70, um resultado que além do mais mostrava sua fragilidade política. Parlamentares ouviram de integrantes do governo que o presidente dera ordem de que não houvesse transferência para São Paulo e Rio de Janeiro. Não sendo possível cumprir tal determinação, o que se tentou foi encontrar saídas que reduzissem a transferência.

O caminho escolhido foi o ministro Paulo Guedes falar diretamente com Alcolumbre e construir uma proposta alternativa. O projeto da Câmara foi deixado de lado. O senador tentou achar um caminho do meio. Nem a fórmula da Câmara –

compensação da perda da arrecadação – nem a da Economia, que queria a divisão do dinheiro pelo critério per capita. O senador criou uma fórmula que mistura tamanho da arrecadação, com a quota-parte do Fundo de Participação, e mais o critério per capita. O resultado ficou confuso. Além disso, argumentam os críticos do projeto, esse não deveria ser o momento nem o instrumento de política distributiva. Essa é a hora de atender à emergência sanitária.

Alcolumbre marcou para hoje a primeira votação do projeto, querendo fazer o segundo turno na terça-feira. Depois o projeto volta para a Câmara. Nesse meio tempo ele tenta dialogar com os deputados, principalmente Rodrigo Maia, as adaptações ao projeto para que o texto seja aprovado.

Há uma guerra de números que, por vezes, chega a absurdos com valores que parecem sem lógica e fora da ordem de grandeza. O melhor caminho seria todos se acalmarem para melhorar o diálogo com o Congresso. Os estados e as cidades estão precisando do dinheiro o mais urgentemente possível. Essa é uma calamidade.

Socorro a estados prevê congelamento de salário de servidor

AJUDA O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), apresentou o parecer do projeto que estabelece um socorro financeiro a estados e municípios durante a pandemia do novo coronavírus. Como contrapartida, o texto obriga os governos locais ao congelar o salário dos servidores públicos até 31 de dezembro de 2021. A votação foi marcada para amanhã. O projeto dependerá de aval da Câmara na sequência.

Alcolumbre estipulou em R\$ 60 bilhões o socorro emergencial da União para estados e municípios durante quatro meses. Nesse período, serão feitos repasses diretos a prefeitos e governadores para amenizar os efeitos da Covid-19. O valor foi considerado alto pelo Tesouro Nacional, mas o governo concordou diante da pressão dos senadores.

A proposta suspende o pagamento das dívidas com a União e permite a renegociação dos débitos com bancos públicos e instituições privadas com aval do Tesouro até o fim deste ano. O parecer também dá aval para alívio de débitos com insti-



“ Por mais que concordemos que a Covid-19 impôs restrições financeiras graves aos estados, não podemos ignorar que as contas da União também sofreram impacto da pandemia
Davi Alcolumbre

Presidente do Senado

tuições multilaterais de crédito no Brasil e no exterior.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, citou que o impacto total do projeto fica entre R\$ 120 e R\$ 130 bilhões por incluir também suspensão dos pagamentos de dívidas de estados e municípios com a União neste ano, além de permitir a renegociação de dívidas com bancos públicos e organismos internacionais.

Alcolumbre elaborou o parecer em cima de um texto do Senado, deixando na gaveta o texto aprovado pela Câmara anteriormente. Dessa forma, os senadores darão a palavra final sobre alterações

A equipe econômica classificava o texto da Câmara, que garantia compensação das perdas com ICMS (estadual) e ISS (municipal), como um "cheque em branco". Em relação ao texto da Câmara, sete estados vão acabar recebendo menos com a proposta do Senado, de acordo com cálculos do governo: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Distrito Federal, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Do total, R\$ 50 bilhões serão distribuídos para serem gastos livremente por governos estaduais e municipais.

CHAMADOIRO
LEILÕES

**LEILÃO DE IMÓVEIS BAHIA E SERGIPE
(ONLINE E PRESENCIAL)**

NINA CHAMADOIRO DE MATOS, leiloeira oficial inscrita na JUCEB Nº 19/745967-6, com sede à Rua Le Champ, 192, Ap 1701, Patamares, Salvador, Bahia, devidamente autorizada pelo Comitentes Vendedores, promoverá a venda em Leilão Público, na modalidade online e

Governo reduz exigências para operações de crédito rural

CRISE O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou uma série de medidas para flexibilizar ações relacionadas ao crédito rural, que vão desde a prorrogação de prazos para a contratação de crédito até medidas para garantia do distanciamento social. O prazo para que empresas cerealistas contratem uma linha de crédito rural com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi prorrogado em um ano.

Pela mudança, agora os produtores rurais poderão acessar a linha de crédito até 30 de junho de 2021 para o financiamento de investimentos em obras, aquisições de máquinas e equipamentos e expansão da capacidade de armazenamento de grãos. O prazo anterior para contratação ia até o final de junho deste ano.

Além disso, o CMN decidiu também flexibilizar regras para operações de crédito rural já contratadas, visando adaptá-las ao cenário de distanciamento social em função da pandemia de coronavírus. Segundo o Ministério da Economia, as novas medidas dispensam parte dos requisitos presenciais que costumavam envolver as operações, como registro de documentos em cartórios, entrega de notas fiscais e vistoria presencial de propriedades.

Outra ação do conselho para o setor rural é a autorização para que novos créditos de custeio permitam a aquisição antecipada de insumos agrícolas

CONTAS PÚBLICAS

R\$ 23,6 BI

foi o déficit primário do setor público – governo federal, estados, municípios e estatais em março. O resultado é pior que o déficit de R\$ 18,629 bilhões registrado em março de 2019

Dólar comercial encerrou o mês de abril com alta de 4,69%

MERCADO Depois de três dias seguidos de tregua, o mercado financeiro voltou a enfrentar uma sessão de turbulências. O dólar voltou a fechar acima de R\$ 5,40, e a Bolsa de Valores teve queda expressiva. O dólar comercial encerrou ontem vendido a R\$ 5,438, com alta de R\$ 0,083 (+1,55%). A divisa terminou abril com alta de 4,69% e acumula valorização de 35,51% em 2020.

A moeda norte-americana operou alta durante toda a

sessão. Na máxima do dia, por volta das 13h50, chegou a ser vendida acima de R\$ 5,45. O Banco Central (BC) voltou a atuar no mercado, mas de maneira discreta. A autoridade monetária apenas rolou (renovou) contratos de swap cambial que venceriam em junho. Os swaps cambiais funcionam como venda de dólares no mercado futuro.

Depois de três dias de fortes altas, o índice Ibovespa, da B3 (Bolsa de Valores brasileira), devolveu parte dos ganhos acumulados. O indicador fechou esta quinta aos 80.506 pontos, com recuo de 3,2%. Apesar da queda de hoje, o índice terminou abril com valorização de 10,25%. Em março, o Ibovespa tinha caído 29,91%.

Correio*

 miriam leitão


blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Sem bússola no olho do furacão

Hoje é dia do trabalho e só se viu até agora a ponta do iceberg do que poderá vir a ser o desemprego no Brasil. O país navega sem qualquer visibilidade no meio de uma tempestade. O mercado de trabalho já está em forte deterioração, e a economia corre o risco concreto de ficar sem indicadores para orientar as políticas públicas em qualquer área. O Caged não está sendo divulgado desde dezembro, e o IBGE dificilmente conseguirá trazer o retrato do desemprego ou dos outros índices econômicos.

A ex-presidente do IBGE Wasmália Bivar acha que a direção do Instituto deveria estar se mobilizando, falando com a sociedade brasileira para superar o impasse que se formou:

"É preciso ir ao Supremo, Congresso, trazer a OAB, fazer seminário virtual, falar com a imprensa, enfim, explicar a todos a necessidade de ter acesso a dados que permitam ao IBGE construir uma nova forma de trabalho".

A pandemia fez com que, em todo o mundo, houvesse a suspensão das pesquisas domiciliares. Wasmália acha que o IBGE está corretíssimo em ter também suspenso para proteger as famílias e a equipe de trabalho. O problema é que em segui-

da o governo baixou a MP determinando que o instituto tivesse acesso aos dados individuais que teriam que ser fornecidos pelas companhias telefônicas. Por ser uma MP, e pela maneira como foi feita, produziu uma onda de reação. Partidos diferentes, a OAB e outras instituições procuraram o STF, e a ministra Rosa Weber suspendeu o repasse de dados das telefônicas.

"A questão toda foi a forma, uma MP, e que ainda deixou muitas lacunas porque não mostra direito a necessidade dos dados. Era preciso ser explicado para que fosse entendido por todos os usuários do IBGE. Uma MP pedindo acesso a informações individualizadas de todos os brasileiros, de todas as empresas, provocou uma reação compreensível, mas era possível ser ex-

plicado. O que me surpreende é que vejo os dias passarem e nada ser feito", alerta Wasmália.

Ontem o IBGE divulgou que a taxa de desemprego no trimestre encerrado em março ficou em 12,2%, um aumento de 1,2 milhão de pessoas desempregadas em relação ao trimestre terminado em dezembro. Todo mundo sabia que aumentaria, mas o fato é que houve uma queda em relação ao ano passado. Alguém acha que em março de 2019 o país estava pior? No meio do mês já havia muita paralisação, e a última semana de coleta já teve que ser feita via telefone.

O dado deve estar subestimado, de acordo com o economista Cosmo Donato, da LCA Consultores.

"A redução da população

ocupada foi muito mais forte do que o esperado. Com as medidas de isolamento as pessoas ficaram em casa e pararam de procurar emprego. Dessa forma saíram da estatística de desemprego, mascarando o número", explicou.

Os dados mostram o aumento de 1,2 milhão de desempregados na comparação com o último trimestre, e ao mesmo tempo uma queda de 2,3 milhões na população ocupada.

Segundo Donato, o desemprego teria saltado para 13,2% caso a força de trabalho tivesse mantido o mesmo ritmo de crescimento anterior. A falta de indicadores confiáveis será um dos grandes problemas nesta crise. A Pnad é uma pesquisa feita por amostra de domicílio e dificilmente conseguirá ser feita

por telefone. O repórter Bruno Villas Boas, do jornal "Valor Econômico", escreveu sobre isso esta semana.

"As pesquisas do IBGE como um todo, não só as domiciliares, porque as empresas também estão fechadas, não dá para fazer pesquisa de comércio com tudo fechado. O mundo inteiro enfrenta o problema, mas os países buscaram alternativas, e a maioria tem registros administrativos que nós não temos", disse Wasmália Bivar.

O outro termômetro do mercado de trabalho é o Caged, que mede o mercado formal. Mas o indicador não é divulgado desde dezembro. O governo fez uma mudança de método de envio dos formulários, que passou a ser eletrônico, mas as empresas não aderiram a tempo. Com isso, os dados de janeiro e fevereiro foram postergados. Em março, veio a crise do coronavírus, e, com o trabalho remoto, as informações também não foram encaminhadas ao Ministério da Economia.

No meio de uma crise econômica da proporção da que estamos vivendo, o pior que pode acontecer é não ter indicadores. É como navegar sem bússola no meio de uma tempestade.

FAROL
ECONÔMICO

POR DONALDSON GOMES



@donaldsongomes

O JEITO É
COMER...

Com o impacto da pandemia do coronavírus na economia, o gás de cozinha foi o único combustível com aumento de consumo na Bahia este ano. Com boa parte da população baiana em casa, as vendas do GLP cresceram 6,16% no período, chegando a uma alta de quase 15% em março, primeiro mês de isolamento, em relação ao mesmo período do ano passado. Foram comercializados um total de 224 mil metros cúbicos do produto este ano, segundo dados da Agência Brasileira de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP). A alta nas vendas do GLP aconteceu também nacionalmente. No trimestre, as vendas do gás de cozinha tiveram alta de 6,6%, enquanto em março a alta no mercado nacional foi de aproximadamente 12%.

15

por cento foi o crescimento nas vendas do gás de cozinha na Bahia em março, primeiro mês de isolamento social

NEM CARRO, NEM AVIÃO

As vendas de gasolina e combustível para a aviação estavam registrando movimento de alta na Bahia em janeiro e em fevereiro, mas foram baqueadas pelo coronavírus em março. O mercado de diesel se manteve estável. No caso da gasolina, a queda nas vendas foi de 8,7% em março, enquanto no caso do combustível da aviação, a queda nas vendas foi de 32,4%. Com boa parte do país parado, nem mesmo a queda nos preços animou a turma a encher os tanques... No geral, o setor de combustível registrou uma queda de 7% em março. O baque não poupou nem mesmo o etanol hidratado, que experimentou um aumento de demanda para a higienização, mas foi menos buscado para abastecer carros.

32,4

por cento foi a queda nas vendas de combustível para a aviação na Bahia

Aceleração

A MobApps e a Traz Favela, startups baianas residentes no Hub Salvador, foram selecionadas para o programa de aceleração da InovAtiva Brasil. As duas empresas são especialistas em aplicativos de mobilidade urbana e de delivery para áreas periféricas de Salvador, respectivamente. A iniciativa do Ministério da Indústria e Comércio Exterior e Serviços (MDIC), realizada em parceria com o SEBRAE, vai reunir 21 startups de todo o Brasil com ideias inovadoras em diferentes setores. A lista de aprovadas ainda conta com outras três empresas de tecnologia da Bahia, GiroMaps, DMare e QuickUp.

NO HORIZONTE

● **Tecnologia.** A Spazio Oral adquiriu o novo microscópio DFVasconcellos Brasil. O equipamento oferece alta precisão na realização dos procedimentos odontológicos e já está sendo utilizado durante a quarentena para tratar os casos mais urgentes. Em um ano, a empresa já investiu cerca de R\$ 250 mil em tecnologia de ponta.

● **Reputação.** A Vivo é a empresa com a melhor reputação do setor de telecomunicações no Brasil, de acordo com o Monitor Empresarial de Reputação Corporativa (Merco). Além do primeiro lugar no segmento, a empresa avançou 30 posições na classificação geral, ocupando a 46ª posição.

Donaldson
Gomes é editor
e escreve às
sextas-feiras

Pandemia leva desemprego no Brasil a 12,2%

Pesquisa Desocupação sobe e atinge 12,9 milhões de pessoas no primeiro trimestre

Das Agências

REPORTAGEM
correio24horas@redesbahi.com.br

A pandemia do novo coronavírus afetou o mercado de trabalho já em março, quando houve o agravamento da disseminação da doença no país. Os trabalhadores informais foram os primeiros atingidos: 1,929 milhão deles perderam o emprego no primeiro trimestre deste ano, em relação ao quarto trimestre de 2019. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgados ontem pelo IBGE.

A taxa de desemprego subiu a 12,2% no primeiro trimestre,

acima dos 11% registrados no quarto trimestre de 2019. A alta só não foi mais aguda porque quase dois milhões de pessoas entraram no índice de inatividade, quando não se está trabalhando nem procurando emprego, em meio às medidas de isolamento e restrição de circulação de pessoas para combate à doença.

“Em tempos de isolamento social, a busca por trabalho tende a cair, principalmente daquelas pessoas que acabaram de perder o emprego. Não deu tempo de procurar trabalho por causa do confinamento. A desocupação tende a se reduzir mais, o que vai aumentar é a força de trabalho potencial, que é exatamente o que está aumentando”, disse

Cimar Azeredo, diretor adjunto de Pesquisa do IBGE.

A população inativa alcançou um recorde de 67,281 milhões de pessoas no trimestre encerrado em março, 1,851 milhão a mais que no trimestre anterior. Apenas no primeiro trimestre, 2,329 milhões de pessoas perderam o emprego, enquanto 1,218 milhão de brasileiros se somaram ao contingente de desempregados.

As vagas formais também encolheram. Na passagem do fim de 2019 para o início deste ano, o País registrou a demissão de 572 mil trabalhadores com carteira assinada no setor privado.

No movimento sazonal do mercado de trabalho brasileiro, o desemprego sempre é

92,2

milhões de pessoas é a população ocupada do país hoje, segundo o IBGE

menor no fim de um ano e sobe no início do seguinte, o que ajuda a explicar a dispensa de trabalhadores tanto informais quanto formais. No entanto, as dispensas foram recordes nas atividades de Alojamento e Alimentação, Outros Serviços (especialmente serviços pessoais, como cabeleireiro e manicure), Serviços Domésticos e Comércio.

INFORMAL

“As atividades que mais tiveram queda na ocupação são justamente as que absorvem mais o trabalhador informal. Você tem um processo de dispensa muito grande”, explicou Adriana Beringuy, analista da Coordenação de Trabalho e Rendimento do IBGE. “O que me chamou atenção mesmo foi Alojamento e Alimentação, que é uma atividade que não tem dispensa nessa época do ano.”

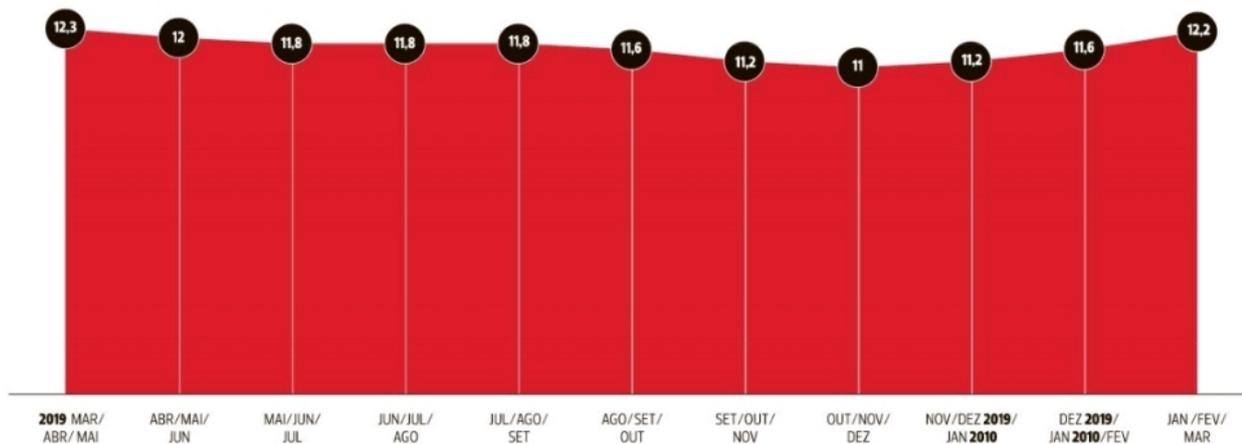
No primeiro trimestre, o Brasil tinha 12,850 milhões de pessoas desempregadas – ou seja, em busca de emprego, conforme a metodologia internacional. Em relação a dezembro de 2019, houve aumento de 1,218 milhão de desempregados, uma alta de 10,5%.

Para o economista Julio Cesar Barros, da MAG Investimentos, a queda na força de trabalho, consequência do aumento da inatividade, foi motivada pelas incertezas da crise, com a população deixando de procurar vagas. Por outro lado, possibilitou que o desemprego não saltasse no período. Para o economista, a taxa de desemprego subirá a 13,9% no último trimestre de 2020, encerrando o ano com uma média de 13,5%, o que seria um novo recorde na série histórica iniciada em 2012.

Mesmo que o aumento da inatividade permaneça evitando uma pressão na busca por emprego e que as medidas do governo federal preservem parte dos postos formais, o quadro é ruim. “Isso não muda a perspectiva de prejuízos no mercado de trabalho”, disse Barros.

Já o economista Daniel Silva, da Novus Capital, projeta que a fila de trabalhadores em busca de emprego crescerá fortemente até o fim do ano. Para Silva, a taxa de desemprego deve alcançar o pico entre 16% e 17%.

EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO Índice no Trimestre (em %)



Pedidos de seguro desemprego nos EUA passam de 30 milhões

O número de norte-americanos que solicitaram auxílio-desemprego na última semana ficou em 3,38 milhões, segundo dados divulgados ontem pelo Departamento do Trabalho dos Estados Unidos. O número ficou abaixo do registrado nas quatro semanas anteriores. Nas últimas seis semanas, no entanto, o número de novos pedidos chegou a 30,3 milhões –

uma média de cerca de 5 milhões de pedidos por semana, confirmando que todos os postos de trabalho criados durante o mais longo boom do emprego na história dos Estados Unidos foram eliminados em cerca de um mês, à medida que o novo coronavírus abala a economia.

O total de pedidos feitos na semana anterior foi revisado de 4,427 milhões para 4,442 milhões. Embora os registros semanais de auxílio-desemprego permaneçam muito altos, os dados da semana passada marcaram o quarto de-

clínio semanal seguido, aumentando as esperanças de que o pior já passou.

EUROPA

A economia da zona do euro encolheu 3,8% no primeiro trimestre de 2020, em meio à pandemia do novo coronavírus, informou o Gabinete Europeu de Estatística (Eurostat). É o maior declínio trimestral já registrado pela série histórica iniciada em 1995. No 4º trimestre do ano passado, o PIB nos 19 países que usam o euro tinha avançado 0,1%. O dado anualizado mostra forte

colapso econômico da União Europeia terá amplitude e velocidade sem precedentes em tempos de paz
Christine Lagarde
Presidente do Banco Central Europeu (BCE)

queda de 14,4% nesta base de comparação.

Na comparação com os três primeiros meses de 2019, a contração foi de 3,3%, maior declínio nessa base de comparação desde o 3º trimestre de 2009 (-4,5%).

Já o desemprego na zona do euro subiu para 7,4% em março, mês em que as medidas de contenção ao coronavírus começaram a ser amplamente introduzidas pelos países membros. A entidade estima que 14,141 milhões de pessoas estavam desempregadas em março.

Tribuna

Senado aprova projeto de ajuda fiscal a estados e municípios

FERNANDA CALGARO,
G1 — BRASÍLIA

O Senado Federal aprovou, em sessão remota, o projeto de lei que estabelece uma ajuda financeira emergencial a estados e municípios durante a pandemia do novo coronavírus. O pacote de medidas terá um custo estimado de cerca de R\$ 120 bilhões para a União.

O texto foi aprovado, após cerca de seis horas de sessão, por 79 votos a 1. Dos 81 senadores, apenas Randolfe Rodrigues (Rede-AP) votou contra. O senador Weverton (PDT-MA) presidiu a sessão e, por isso, não votou.

O projeto já havia passado pela Câmara dos Deputados, mas, como sofreu modificações, precisará ser reanalisado pelos deputados.

O objetivo da proposta é reduzir os efeitos da queda de arrecadação de impostos de estados e municípios em razão das medidas de combate ao avanço da doença, como o fechamento de comércios e empresas.

O texto condiciona a liberação de recursos aos governos locais ao congelamento do salário de servidores públicos até 31 de dezembro de 2021.

A única exceção será para os servidores civis e militares dos estados, do Distrito Federal e municipais das áreas de saúde e de segurança pública, além dos integrantes das Forças Armadas, diretamente envolvidos no combate à pandemia.

A liberação do reajuste salarial a esses profissionais atendeu ao apelo de diversos partidos e foi feita pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), que também é o relator da matéria.

Segundo Alcolumbre, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que, concluída a vota-

ção no Senado, o projeto será colocado em votação pelos deputados na segunda-feira (4), sem novas alterações.

Caso os deputados aprovem o texto, sem mais modificações, o projeto segue para a sanção pelo presidente da República, Jair Bolsonaro.

O QUE DIZ O TEXTO

O programa estabelece:

R\$ 60 bilhões de repasses da União a estados e municípios para financiar ações de enfrentamento ao coronavírus;

R\$ 49 bilhões de economia com a suspensão do pagamento de dívidas com a União e bancos, como BNDES e Caixa;

R\$ 10,6 bilhões de economia potencial com a renegociação de contratos com organismos internacionais; medidas adicionais de simplificação da gestão orçamentária e contratual para enfrentamento à pandemia.

Critérios de divisão do dinheiro

O projeto estabelece que, dos R\$ 60 bilhões previstos para estados e municípios, R\$ 10 bilhões sejam destinados a ações na área da saúde e assistência social:

R\$ 7 bilhões serão repassados aos estados. O critério de divisão será uma fórmula que considera taxa de incidência da Covid-2019 (40% de peso) e população (60% de peso);

R\$ 3 bilhões aos municípios. O critério de distribuição será o tamanho da população.

A proposta inicialmente determinava que os outros R\$ 50 bilhões seriam entregues metade para estados e ao Distrito Federal, metade para os municípios.

No entanto, durante a votação, os senadores decidiram mudar o percentual de distribuição, deixando 60% com os estados (R\$ 30 bilhões) e 40% com os municípios (R\$ 20 bilhões).

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 01 a 03/05/2020	Página: 02

Tribuna

Fake news I

Com o intuito de ajudar a população baiana a checar informações relacionadas ao Governo do Estado, principalmente no que se refere ao combate ao novo coronavírus, a Secretaria de Comunicação Social do Estado (Secom) disponibilizou três diferentes canais para tirar as dúvidas dos internautas e evitar o repasse das famosas fake news. O cidadão que tiver uma dúvida deve enviar mensagens para os perfis do Governo da Bahia no Facebook (www.facebook.com/governodabahia/) e no Instagram (www.instagram.com/govba) ou no Whatsapp, pelo número (71) 99646-4095. Para o governador Rui Costa, as fake news são disseminadas por pessoas que ele considera milicianos digitais. O petista também lembrou que não são apenas os criadores das fake news que podem responder criminalmente.

GERSON B

A desobediência



Quem manda s
Jair é mais do c

Fake news II

O servidor público baiano que disseminar fake news poderá ser multado. A medida pode entrar em vigor caso seja aprovado o projeto de lei do deputado estadual Marcell Moraes (PSDB) na Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA). Conforme a matéria, quem insistir nessa conduta ficará sujeito a pagar indenização, além das demais penalidades. Estão entre as infrações a divulgação em meio impresso ou eletrônico sem indicação da fonte primária; quem utiliza programa softwares para gerar notícias ou informações falsas. O texto ainda propõe que o poder Executivo terá autorização para criar o Fundo Estadual de Combate à Informação Falsa, com o intuito de rever as multas arrecadadas, que serão aplicadas em ações de enfrentamento à publicação de notícias falsas e em campanhas de conscientização.

Motoristas

O presidente da Comissão Especial para Regulamentação do Transporte Complementar na Bahia, deputado estadual Robinson Almeida (PT), apresentou, na Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA), uma indicação ao governador Rui Costa para que seja criado um auxílio emergencial para os trabalhadores e permissionários do subsistema complementar de transporte de passageiros. O parlamentar argumenta que, com as restrições de mobilidade e o isolamento social, causado pela pandemia do Coronavírus, esses trabalhadores ficaram sem renda e sem uma política pública de proteção social na crise.

Tribuna

Guedes afirma que governo pode "imprimir" dinheiro

EDUARDO RODRIGUES E
LORENNÁ RODRIGUES
DO TERRA

Questionado por parlamentares sobre a possibilidade de emissão de moeda para combater a crise da covid-19, o ministro da Economia, Paulo Guedes, respondeu que "sim". "Bom, economista não tem que ter dogma, é muito fácil fazer inversão de marcha. Se cairmos em uma armadilha de liquidez, em um cenário de inflação zero, o Banco Central pode sim emitir muita moeda e comprar dívida interna. Pode monetizar a dívida, sem gerar impacto inflacionário", afirmou, em audiência pública da Comissão Mista do Congresso que acompanha as medidas relacionadas ao novo coronavírus.

Em entrevista a uma rádio na quarta, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a defender a impressão de moeda para que as pessoas possam ficar em casa durante a pandemia. Para o petista, a medi-

da não traria risco à inflação pela falta de demanda na economia. A ideia de "imprimir dinheiro" na situação de crise atual foi defendida primeiro pelo ex-presidente do BC e ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles em entrevista ao canal de notícias BBC News Brasil.

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, se manifestou contrário à emissão de moeda para financiar os gastos do governo no combate à crise provocada pela pandemia do novo coronavírus.

"Não sou favorável. O argumento de que eu vou imprimir dinheiro porque a inflação está relativamente baixa é um argumento perigoso, porque se nós temos um sistema de metas de inflação e ele tem assimetrias, se você imaginar que quando está em baixa você vai imprimir dinheiro para chegar na meta, você vai fazer com que em termos de valores esperados seu equilíbrio de juro neutro seja um pouco mais alto", justificou Campos Neto.

Tribuna

Alcolumbre condiciona R\$ 60 bilhões a Estados ao congelamento de salários

DANIEL WETERMAN E
MARLLA SABINO,
O ESTADO DE S. PAULO

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), apresentou ontem, uma nova versão do projeto que estabelece um socorro financeiro a Estados e municípios durante a pandemia do novo coronavírus. O texto condiciona a liberação de recursos aos governos locais ao congelamento do salário de servidores públicos até 31 de dezembro de 2021.

Alcolumbre estipulou em R\$ 60 bilhões o socorro emergencial da União para Estados e municípios durante quatro meses.

Do total, R\$ 50 bilhões serão distribuídos diretamente conforme cálculos de arrecadação com ICMS, ISS, Fundo de Participação dos Estados (FPE), Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e população. Metade será para governos estaduais e a outra metade para prefeituras. O critério misto de rateio foi colocado para equilibrar o repasse entre as regiões do País.

Além disso, o Senado estipulou no parecer um re-

passe extra de R\$ 10 bilhões para uso exclusivo no combate ao coronavírus. Desse montante, R\$ 7 bilhões serão entregues para Estados e Distrito Federal, assim distribuídos: 60% conforme taxa de incidência da covid-19 divulgada pelo Ministério da Saúde, apurada mensalmente, e 40% de acordo com a população. Os municípios, por sua vez, terão R\$ 3 bilhões conforme a população.

Além do repasse emergencial, o relatório suspende o pagamento de dívidas dos governos locais com a União até o final de 2020. O parecer também permite a renegociação de débitos com instituições multilaterais de crédito no Brasil e no exterior que tenha tido aval da União no momento da contratação.

Entre outras medidas, o projeto diz que União, Estados, Distrito Federal e municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da covid-19 ficam proibidos de conceder a qualquer título, vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros de Poder ou de

órgão, de servidores e empregados públicos e militares, exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade pública; criar cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa; alterar estrutura de carreira que implique aumento de despesa.

De acordo com a nova proposta, a União entregará, na forma de auxílio financeiro, aos Estados, Distrito Federal e municípios, em quatro parcelas mensais e iguais, R\$ 60 bilhões para aplicação em ações de enfrentamento à covid-19 e seus efeitos financeiros.

APOIO DA EQUIPE ECONÔMICA

O projeto apresentado por Alcolumbre nesta quinta teve o aval da equipe econômica e é uma versão alternativa ao texto aprovado na Câmara dos Deputados há pouco mais de 15 dias.

Na proposta original, a ajuda aos governos regionais estava vinculada à queda do recolhimento de ICMS e o ISS. Isso desagradou à equipe econômica.

Tribuna

Comércio estima queda de 36% no Dia das Mães

YURIABREU

Considerada a segunda data mais importante do varejo nacional, o Dia das Mães, em 2020, deverá sofrer um forte impacto por conta da pandemia da Covid-19. De acordo com a Fecomércio-BA, as vendas do setor varejista, para o período, devem cair 36% em relação a 2019. Em valores, as perdas devem ser de cerca de R\$ 500 milhões.

De acordo com Guilherme Dietze, consultor econômico da entidade, as quedas mais relevantes devem ser das atividades que tiveram que manter suas portas fechadas devido ao decreto de quarentena. Segundo o especialista, as lojas de móveis e decoração devem ter uma retração de 90%. Na sequência, vem o comércio de eletroeletrônicos com expectativa de recuo de 78% em relação ao mesmo período do ano passado. Já a retração esperada para o varejo de vestuário, tecidos e calçados é de 71%.

Por outro lado, os setores que estão com expectativas menos pessimistas são os básicos de consumo, farmácias e supermercados, com quedas de 6% e 3%, respectivamente. Após a Páscoa ter sido também bastante atingida pela crise provocada pela Covid-19, com dados preliminares de retração de 5,9%, a expectativa negativa também se impõe sobre o Dia das Mães.

Para o presidente do



BAQUE

Em valores, os empresários dizem que as perdas devem ser de R\$ 500 milhões.

Sindicato dos Lojistas de Salvador (Sindilojas), Paulo Mota, mesmo faltando pouco mais de uma semana para a data, ele ainda considera uma incógnita os resultados que podem acontecer. Conforme ele, o desempenho pode ser menos desastroso se o prefeito ACM Neto flexibilizar o funcionamento do comércio.

"Neste momento é uma incógnita, pois estamos dependendo do prefeito liberar o funcionamento do comércio a partir do dia 04 de maio. Se acontecer, temos expectativa de movimento moderado, nos shoppings. Já quanto o comércio de rua,

depende dessa expectativa moderada a liberação total das lojas e não só as até 200 m², afirmou.

OUTRO CENÁRIO

Mas, se as lojas físicas já estão esperando uma queda acentuada nas vendas, o comércio online vê o período com outros olhos. De acordo com uma empresa de pesquisa e consultoria, que realizou um levantamento de dados publicados sobre consumo na Bahia e no Brasil, a expectativa é a de que as próximas duas semanas serão de crescimento do comércio online e das relações de compras em Salvador.

"Temos visto consumidores fazendo compras online pela primeira vez. Na Bahia, o crescimento dessa modalidade foi de 30% e há espaço para crescer, já que só 49% das empresas locais já se adaptaram a esse modelo de vendas. Essa mudança de comportamento vai manter em crescimento o interesse por smartphones e notebooks", disse Caroena Alves, estatística e consultora empresarial do grupo. Ela mencionou também que já é possível perceber um interesse maior por itens de conforto para o lar, como pipoqueiras, ventiladores, Smart TVs e itens de cozinha.

Tribuna

DESEMPREGO

Indústria de transformação é a que mais sofre com a pandemia

LÍCIO FERREIRA
REPORTER

“É a indústria de transformação sim, a que mais sofre com o coronavírus. O setor industrial, assim como toda a economia, será afetado de uma forma geral pela pandemia. Ainda não temos dados oficiais de emprego pois a Secretaria de Trabalho (Ministério da Economia) deixou de divulgar, nesse período, os dados da Caged (os últimos são de dezembro de 2019). No entanto, a FIEB realizou o estudo “Estimativas dos impactos do Covid-19 sobre a economia baiana”, que projeta em seu cenário mais otimista uma perda de empregos formais de cerca de 8 mil postos de trabalho na economia baiana, em relação ao ano de 2019. Já o pior cenário estima redução de 134,9 mil empregos

ção de liquidez na economia cheguem na ponta”, pontua o presidente da FIEB. E completa: “Se analisarmos sob o aspecto de perda de arrecadação e receita, o segmento de refino de petróleo tende a cair, como reflexo do cenário internacional, que já aponta para a queda de preço das commodities industriais. Isso envolve a queda de preços dos derivados de petróleo em geral”.

METALURGIA

O presidente da FIEB não esconde que um outro segmento que já sinaliza o impacto negativo de arrecadação é o de Metalurgia, que sofre com a redução das encomendas nos mercados doméstico e internacional. “Mas, numa análise mais global, são as micro e pequenas indústrias que enfrentam sérias consequências diante da dificuldade em

ção de 134,9 mil empregos formais, na comparação com o ano passado”.

As palavras do presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) Ricardo Alban, sinalizam que: “No que concerne a desaceleração econômica, um dos sinais que já se evidencia é a redução no consumo de energia elétrica, que é um termômetro para medir a atividade econômica. Segundo dados da ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico, no período de 1 a 16 de abril deste ano foi registrado uma queda no consumo de energia de 13,6% no Brasil, ao passo que, no Nordeste, a queda foi de 11,5%, em relação ao mesmo período do ano anterior”.

Ricardo Alban diz mais: “Neste cenário, as indústrias de micro e pequeno portes, têm enfrentado fortes dificuldades para comercializar seus produtos ou honrar os seus compromissos tributários, trabalhistas e com fornecedores. Nesse sentido, é de suma importância que as medidas de inje-

ção de capital de giro, pois nem sempre o acesso às linhas de financiamento consegue chegar àqueles que estão na ponta do processo produtivo” dispara.

O estudo “Estimativas dos impactos da Covid-19 sobre a economia baiana”, produzido pela FIEB projeta: “Em um cenário mais otimista, haverá uma perda de empregos formais de cerca de 8 mil postos de trabalho na economia baiana, em relação ao ano de 2019. E com o pior cenário, haverá uma redução de 134,9 mil empregos formais, na comparação com o ano passado”. Ricardo Alban diz mais: “Num cenário de alto impacto, que aparenta estar se configurando, o PIB baiano cairia 6,4%. Seria a maior queda desde 2003, e cerca de 134 mil postos de trabalho seriam eliminados em relação ao ano passado”. Em seguida acrescenta: “O cenário mais provável é o mais negativo, até porque estamos vendo perspectiva de extensão de prazo do isolamento”.

Veículo: Bahia Econômica	Notícias
Data: 04/05/2020	



MUNICÍPIOS PRESSIONAM POR FATIA MAIOR DE AJUDA FINANCEIRA



admin 4 Maio, 2020

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) promete pressionar deputados para reverter a redução de R\$ 5 bilhões na participação do socorro de R\$ 125 bilhões que será dado pela União a estados e municípios. Novos critérios para essa divisão foram aprovados pelo Senado na noite de sábado (2) por meio de um substitutivo do presidente da Casa, Davi Alcolumbre (DEM-AP), ao Projeto de Lei 149/2019. Como a proposta foi alterada pelos senadores, o texto será analisado pela Câmara dos Deputados em sessão remota convocada para esta segunda-feira (4).

Liderado pela Confederação, o movimento apoiava integralmente a primeira versão do relatório apresentado por Alcolumbre que foi modificada durante a votação de ontem. O presidente do Senado apresentou um relatório preliminar na última quinta (30) e recebeu 249 emendas. Os prefeitos reclamam que tiveram menos de 48 horas para articular com os senadores os pleitos. Na versão aprovada, cabe aos municípios a fatia de R\$ 20 bilhões do auxílio.

O presidente da CNM, Glademir Aroldi, agradeceu a união dos municipalistas, mas lamentou a modificação do rateio em cima da hora. “Fizemos várias reuniões e a votação neste sábado foi resultado de muita articulação. Não vai ser diferente até a aprovação na Câmara. Vamos ter o mínimo de segurança financeira diante de uma crise econômica que ainda nem sabemos a real dimensão, mas a divisão prevista inicialmente era mais justa”, afirmou.

O presidente do Senado justificou a alteração dizendo que acolheu o posicionamento da maioria. “Eu acolho a manifestação levantada por vários senadores e liderada pelo senador Eduardo Braga quanto ao percentual do rateio dos valores que serão repassados a estados e

municípios. Vamos alterar nosso relatório para atender o desejo da maioria”, disse o Davi Alcolumbre. Apesar do protesto, a CNM considerou um avanço a aprovação de um pleito antigo dos municipalistas que é a suspensão até 31 de dezembro, da dívida previdenciária dos regimes gerais e a contribuição patronal dos regimes próprios (desde que aprove lei municipal).

Foto: Adilson Rodrigues / Agência Senado

Veículo: Bahia Econômica	Notícias
Data: 03/05/2020	



SENADO APROVA PROJETO QUE DESTINA R\$ 120 BILHÕES A ESTADOS E MUNICÍPIOS



admin 3 Maio, 2020

O Senado Federal aprovou em sessão remota, o projeto de lei que estabelece uma ajuda financeira emergencial a estados e municípios durante a pandemia do novo coronavírus. O pacote de medidas terá um custo estimado de cerca de R\$ 120 bilhões para a União. O texto foi aprovado, após cerca de seis horas de sessão, por 79 votos a 1. Dos 81 senadores, apenas Randolfe Rodrigues (Rede-AP) votou contra. O senador Weverton (PDT-MA) presidiu a sessão e, por isso, não votou.

O projeto já havia passado pela Câmara dos Deputados, mas, como sofreu modificações, precisará ser reanalisado pelos deputados. O objetivo da proposta é reduzir os efeitos da queda de arrecadação de impostos de estados e municípios em razão das medidas de combate ao avanço da doença, como o fechamento de comércios e empresas. O texto condiciona a liberação de recursos aos governos locais ao congelamento do salário de servidores públicos até 31 de dezembro de 2021.

A única exceção será para os servidores civis e militares dos estados, do Distrito Federal e municipais das áreas de saúde e de segurança pública, além dos integrantes das Forças Armadas, diretamente envolvidos no combate à pandemia. A liberação do reajuste salarial a esses profissionais atendeu ao apelo de diversos partidos e foi feita pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), que também é o relator da matéria. Segundo Alcolumbre, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que, concluída a votação no Senado, o projeto será colocado em votação pelos deputados na segunda-feira (4), sem novas alterações.

Caso os deputados aprovem o texto, sem mais modificações, o projeto segue para a sanção pelo presidente da República, Jair Bolsonaro.

O programa estabelece:

- R\$ 60 bilhões de repasses da União a estados e municípios para financiar ações de enfrentamento ao coronavírus;
- R\$ 49 bilhões de economia com a suspensão do pagamento de dívidas com a União e bancos, como BNDES e Caixa;
- R\$ 10,6 bilhões de economia potencial com a renegociação de contratos com organismos internacionais;
- medidas adicionais de simplificação da gestão orçamentária e contratual para enfrentamento à pandemia.

Critérios de divisão do dinheiro

- O projeto estabelece que, dos R\$ 60 bilhões previstos para estados e municípios, R\$ 10 bilhões sejam destinados a ações na área da saúde e assistência social;
- R\$ 7 bilhões serão repassado aos estados. O critério de divisão será uma fórmula que considera taxa de incidência da Covid-2019 (40% de peso) e população (60% de peso);
- R\$ 3 bilhões aos municípios. O critério de distribuição será o tamanho da população.

A proposta inicialmente determinava que os outros R\$ 50 bilhões seriam entregues metade para estados e ao Distrito Federal, metade para os municípios. No entanto, durante a votação, os senadores decidiram mudar o percentual de distribuição, deixando 60% com os estados (R\$ 30 bilhões) e 40% com os municípios (R\$ 20 bilhões).

Veículo: Metro1	Economia
Data: 30/04/2020	



Economia

União, estados e municípios fecham trimestre com superávit de R\$ 11,7 bilhões

Resultado é inferior ao do ano passado, quando o trimestre fechou com resultado positivo de R\$ 13,3 bilhões



Foto : Marcello Casal Jr/Agência Brasil

Por **Luciana Freire** no dia 30 de Abril de 2020 · 19:00

As contas públicas brasileiras fecharam o primeiro trimestre com superávit de R\$ 11,7 bilhões, segundo dados divulgados hoje (30) pelo Banco Central (BC). O número é referente a União, estados, municípios e empresas estatais. O resultado é

inferior ao do ano passado, quando o trimestre fechou com resultado positivo de R\$ 13,3 bilhões.

O Tesouro Nacional informou ontem (29) que o rombo nas contas públicas pode ultrapassar R\$ 600 bilhões em 2020 por conta das medidas de combate ao coronavírus. O número é cinco vezes maior do resultado esperado antes da crise, de R\$ 124,1 bilhões.

Os impactos econômicos do coronavírus chegaram de forma mais forte apenas em março, o resultado para o mês foi um déficit de R\$ 23,7 bilhões.

Veículo: Bocão News	Política
Data: 04/05/2020	



Política

Câmara vota auxílio emergencial para estados e municípios



*04 de Maio de 2020 às 10:12 Por: Najara Araújo/Câmara dos Deputados Por: Agência Brasil
0comentários*

ACâmara dos Deputados deve votar nesta segunda-feira (4), em sessão virtual marcada para as 11h, a proposta de auxílio financeiro a estados e municípios para combate aos efeitos da pandemia da covid-19. Ao todo, serão destinados R\$ 125 bilhões, incluindo repasses diretos e suspensão de dívidas.

O Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus (PLP 39/2020) foi aprovado na noite de sábado (2) pelo Senado, na forma de um substitutivo apresentado pelo presidente da Casa, Davi Alcolumbre (DEM-AP). Por ser um texto diferente do aprovado pelos deputados, a matéria retorna para nova análise. Se aprovada sem alterações, a primeira parcela do pagamento do auxílio emergencial aos estados, municípios e ao Distrito Federal está prevista para 15 de maio.

Auxílio emergencial

Pela proposta, serão repassados R\$ 60 bilhões em quatro parcelas mensais. Desse total, R\$ 50 bilhões serão para uso livre (R\$ 30 bilhões vão para os estados e R\$ 20 bilhões para os municípios). Como não participa do rateio dos municípios, o Distrito Federal receberá uma cota à parte, de R\$ 154,6 milhões,

também em quatro parcelas. Os outros R\$ 10 bilhões terão que ser investidos exclusivamente em ações de saúde e assistência social (R\$ 7 bilhões para os estados e R\$ 3 bilhões para os municípios).

Ainda para aliviar os caixas, estados e municípios serão beneficiados com a liberação de R\$ 49 bilhões por meio da suspensão e renegociação de dívidas com a União e com bancos públicos e de outros R\$ 10,6 bilhões pela renegociação de empréstimos com organismos internacionais, que têm aval da União.

As prefeituras serão beneficiadas também com a suspensão do pagamento de dívidas previdenciárias que venceriam até o fim de 2020. Somente essa medida, acrescentada ao texto durante a votação, por meio de emenda, representará R\$ 5,6 bilhões a mais nas contas. Municípios que tenham regimes próprios de previdência para os seus servidores ficarão dispensados de pagar a contribuição patronal, desde que isso seja autorizado por lei municipal específica.

Os valores de dívidas não pagos serão incorporados ao saldo devedor apenas em 1º de janeiro de 2022, atualizados, mas sem juros, multas ou inclusão no cadastro de inadimplentes. A partir daí, o valor das parcelas que tiveram o pagamento suspenso será diluído nas parcelas seguintes.

O texto de Alcolumbre também permite a reestruturação das dívidas interna e externa dos entes federativos, incluindo a suspensão do pagamento das parcelas de 2020, desde que mantidas as condições originais do contrato. Nesse caso, não é necessário o aval da União para a repactuação, e as garantias eventualmente oferecidas permanecem as mesmas.

Para acelerar o processo de renegociação, a proposta define que caberá às instituições financeiras verificar o cumprimento dos limites e condições dos aditivos aos contratos. Já a União fica proibida de executar garantias e contragarantias em caso de inadimplência nesses contratos, desde que a renegociação tenha sido inviabilizada por culpa da instituição credora.

Rateio

A principal mudança feita por Davi Alcolumbre está na fórmula para repartir os recursos entre os entes federativos. O senador não concordou com a proposta aprovada pelos deputados, que usava como critério a queda de arrecadação do

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e sobre Serviços (ISS).

O rateio por estado será feito em função da arrecadação do ICMS, da população, da cota no Fundo de Participação dos Estados e da contrapartida paga pela União pelas isenções fiscais relativas à exportação. Já o rateio entre os municípios será calculado dividindo os recursos por estado (excluindo o DF), usando os mesmos critérios para então dividir o valor estadual entre os municípios de acordo com a população de cada um. Um dispositivo acrescentado ao projeto durante a votação determina que estados e municípios deverão privilegiar micro e pequenas empresas nas compras de produtos e serviços com os recursos liberados pelo projeto.

Os R\$ 7 bilhões destinados aos estados para saúde e assistência serão divididos de acordo com a população de cada um (critério com peso de 60%) e com a taxa de incidência da covid-19 (peso de 40%), apurada no dia 5 de cada mês. Os R\$ 3 bilhões enviados para os municípios para esse mesmo fim serão distribuídos de acordo com o tamanho da população.

Alcolumbre usou a taxa de incidência como critério para estimular a aplicação de maior número de testes, o que, segundo especialistas, é essencial para definir estratégias de combate à pandemia. O índice também serve para avaliar a capacidade do sistema de saúde local de acolher pacientes da covid-19.

A distribuição de acordo com a população visa a privilegiar os entes que poderão ter maior número absoluto de infectados e doentes. Alcolumbre observou que não adotou o mesmo critério para a divisão entre os municípios porque é mais difícil medir a incidência em nível municipal e para não estimular ações que possam contribuir para espalhar mais rapidamente a covid-19, como a liberação de quarentenas.

Veículo: Varela Notícias	Política
Data: 03/05/2020	



03/05/20 às 08h41 - Atualizado em 03/05/20 às 08h56

Senado aprova verba de R\$ 60 bilhões para estados e municípios; entenda a divisão

Dos R\$ 10 bilhões destinados à saúde, R\$ 7 bilhões irão para os estados e R\$ 3 bilhões para os municípios



Redação VN

redacao@varelanoticias.com.br

Após acordo com deputados e senadores, o Senado alterou os critérios para a partilha da ajuda de R\$ 10 bilhões que estados, municípios e o Distrito Federal receberão para enfrentar a pandemia da Covid-19.

Agora, 60% do total considera o tamanho da população e 40% deverá ser destinado com base na incidência de casos.

O relatório anterior previa que 60% considerariam o número de casos e 40% a população. Dos R\$ 10 bilhões destinados à saúde, R\$ 7 bilhões irão para os estados e R\$ 3 bilhões para os municípios.

Além da verba de R\$ 10 bilhões para reforçar as ações na área de saúde, o projeto destina ainda mais R\$ 50 bilhões para repor a perda de arrecadação dos governos locais provocada pela crise econômica.

Pela nova versão do substitutivo, lida pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), a verba de R\$ 50 bilhões será igualmente distribuída aos estados, que ficarão com R\$ 25 bilhões, e aos municípios, que receberão os outros R\$ 25 bilhões.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 04/05/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 04 de Maio de 2020 - 03:25

Lei de Responsabilidade Fiscal completa 20 anos

por Folhapress

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) completa 20 anos nesta segunda-feira (4) em uma situação inusual. Devido à decretação de estado de calamidade pública pelo governo federal por causa da pandemia de coronavírus, parte das regras previstas nessa legislação está suspensa.

A União, por exemplo, está dispensada do cumprimento da meta que limita o deficit e do bloqueio de despesas previstos na lei orçamentária de 2020. Para estados e municípios, ficam suspensos prazos para ajuste no excesso de despesa de pessoal e endividamento não só durante a pandemia mas até que a economia cresça pelo menos 1%.

Isso ocorre por causa de mecanismos previstos na própria LRF, que permitem suspender medidas de ajuste nas contas públicas para que seja possível aumentar despesas em situações como a atual.

A LRF foi sancionada em 4 de maio de 2000 por Fernando Henrique Cardoso, após tramitar por quase um ano no Congresso. Chegou ao Legislativo após longa negociação do governo com governadores e prefeitos, como destaca José Roberto Afonso, professor do Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP) e membro da equipe do Ministério do Planejamento que elaborou o projeto.

Nem todas as medidas previstas na lei foram implementadas nesses 20 anos. Parte delas foi considerada inconstitucional. Outras foram ignoradas por prefeitos, governadores ou presidentes da República, que encontraram formas de burlar as regras com ajuda do Judiciário e do Legislativo.

"Os problemas que nós tivemos têm mais a ver com políticas fiscais que se revelaram equivocadas e práticas fiscais incorretas, que inclusive geraram o impeachment de uma presidente [Dilma Rousseff], do que com a responsabilidade fiscal. A LRF dá as regras do jogo. Não trata do jogador e não trata do resultado do jogo", afirma Afonso.

Ele diz que a LRF ajudou a criar uma nova cultura, mas que ela deveria ser complementada por outros projetos que não foram aprovados. Afonso cita como exemplo a falta de um limite de endividamento para o governo federal, algo que poderia ser aprovado neste momento para sinalizar que o país voltará ao caminho do ajuste fiscal após o final da pandemia e que daria ao Brasil uma regra que existe na maior parte dos países desenvolvidos.

"Muitos dos problemas que a gente teve com a LRF é que se implantou uma disciplina muito dura para estados e municípios, e não sobre a União. E, quando estados e municípios desandaram, desandaram por causa da União, sobretudo quando o governo federal saiu dando empréstimos para eles em 2014. Não posso ter regras fiscais diferenciadas como tem hoje e, ao contrário do que muita gente fala, muito mais duras para estados e municípios do que para

a União."

Felipe Salto, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão ligado ao Senado, afirma que a LRF é a maior inovação na área de contas públicas dos últimos 40 anos, principalmente por prever controles para as finanças de estados e municípios e ajudar a conter a piora nos indicadores da dívida gerada pelas políticas adotadas pelos governos Lula e Dilma Rousseff a partir de 2010.

"A prática da lei precisa ser melhorada. Não basta ter regras, precisamos ter as lideranças políticas mais atentas a esse compromisso com a responsabilidade fiscal", afirma.

Para ele, não só a LRF mas todo o arcabouço de contas públicas é moderno e com regras dignas de países desenvolvidos. "Mas isso não é suficiente para fazer com que a gente melhore as contas, porque o espírito da responsabilidade fiscal não está compartilhado na sociedade."

Segundo ele, no país prevalece a ideia de que gastar mais é melhor, o que, diz, nem sempre é verdadeiro. "É importante renovar o espírito da responsabilidade fiscal. E ela precisa de ajustes. Alguns estados voltaram a ter aumento de dívida. Ela é bem completa, mas precisa ser cumprida. No pós-crise, a gente tem um encontro marcado com essa discussão."

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 03/05/2020	Caderno: Notícias



Domingo, 03 de Maio de 2020 - 07:20

Senado aprova R\$ 120 bi de apoio a estados com congelamento de salários



O Senado Federal aprovou, durante sessão virtual neste sábado (2), o pacote de socorro aos estados e municípios no valor de R\$ 120 bilhões em decorrência da crise do coronavírus. Deste total, R\$ 60 bilhões será repassado diretamente ao caixa dos governadores e prefeitos.

Agora o texto segue para a Câmara dos Deputados. Se houver mudanças, volta ao Senado. Só após passar pelas duas Casas a medida será encaminhada para sanção do presidente Jair Bolsonaro.

O socorro previsto aos entes federados será de quatro meses. Se após esse período estados e municípios ainda estiverem com as contas apertadas, não poderão usar a pandemia para tentar suspender o pagamento de dívidas que têm com a União.

Veículo: Política Livre	
Data: 04/05/2020	Caderno: Economia



04 de maio de 2020 | 09:47

Indústria atinge em tempo recorde o pior nível de ociosidade em 20 anos

ECONOMIA

A demanda menor das famílias e as políticas de isolamento social aplicadas em estados e municípios a partir de março deste ano levaram a uma queda recorde no nível de utilização da capacidade instalada da indústria brasileira.

A redução na atividade econômica ocorreu na tentativa de reduzir a circulação do novo coronavírus. No Brasil, o número de mortes passa de 6.000. O indicador calculado pelo Ibre/FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas) para o setor, o Nuci (Nível de Utilização da Capacidade Instalada), aponta que, em média, as fábricas estão operando em 57,5% do que poderiam.

Esse nível representa 15,9 pontos a menos do que os 73,4% registrados em dezembro de 2016, o pior momento do ciclo de crise econômica entre os anos de 2014 e 2016.

O tombo na produção foi tão grande agora que ele levou a utilização da indústria, de um mês para o outro, ao menor patamar em 20 anos.

“Na crise anterior, tivemos um ciclo de 37 meses em queda até o pior momento. Agora, em dois meses, a queda no Nuci foi duas vezes maior do que no ciclo 14-16”, diz a economista Renata de Mello Franco, do Ibre. Em fevereiro deste ano, o índice estava em 76,2%.

A queda também não foi homogênea, afetando mais os setores considerados não essenciais, como a produção de automóveis, de calçados e artigos em couro e de vestuário.

No segmento automotivo, a indústria está operando com 12,5% da capacidade. Renata Franco explica que os setores não operam com 100% da capacidade, mesmo que alguns fiquem próximos da utilização total.

Ainda assim, a ociosidade da indústria de veículos está em 66%. Em apenas um mês, a queda foi de 61,5%. No pior momento do último período de crise, a produção ocupou 56,5% da capacidade.

A redução foi ainda maior na produção de peças de vestuário. De uma capacidade instalada média de 88,3%, o setor utilizou, em abril, 20,5% do que poderia estar produzindo. No setor de couros e calçados, o nível está em 24,8% -a média de utilização é de 79,6%.

Renata diz que há duas diferenças principais na reação da indústria da transformação no período de crise anterior e o de agora.

A primeira refere-se ao modo brusco como as atividades foram reduzidas na crise do coronavírus.

“Naquele momento, a partir do esgotamento do modelo de desenvolvimento, as empresas vinham se adaptando à queda na demanda. Dessa vez, o que se viu é que em dois meses, 18 pontos da capacidade instalada deixaram de ser usado. É algo que a gente não tinha visto antes”, afirma.

Além de uma queda imediata na demanda das famílias, que estão dando prioridade a despesas consideradas essenciais, as medidas de isolamento social que, em alguns casos, obrigou o fechamento de fábricas para atender às medidas sanitárias, colaboraram para uma redução mais intensa na produção.

Folhapress

Veículo: Política Livre	
Data: 04/05/2020	Caderno: Economia



04 de maio de 2020 | 07:50

Tensão entre EUA e China afeta mercado de ações e moedas no exterior nesta segunda-feira

Os mercados de ações da Ásia começaram a segunda-feira (4) em baixa, junto com a queda nos mercados futuros dos EUA e da Europa e a alta do dólar frente a outras moedas, segundo a agência Bloomberg. Os contratos futuros do índice S&P 500 caíram mais de 1,5%, depois que as ações globais registraram uma queda de mais de 2% na sexta-feira (1º).

A moeda chinesa recua em meio a preocupações com as tensões com os EUA. Os volumes de negociação devem ser menores devido a feriados na China e no Japão.

Investidores ouvidos pela agência também citam a preocupação de que o mercado tenha exagerado no otimismo, ao apostar em uma solução para a crise de saúde com uma nova vacina ou o uso de alguns remédios, mas que a situação piore nas próximas semanas.

Na última sexta-feira, o presidente dos EUA, Donald Trump, afirmou que o acordo comercial com a China agora é de importância secundária diante da pandemia de coronavírus e ameaçou impor novas tarifas sobre Pequim, de acordo com a agência Reuters.

Trump falou também que suas preocupações com o papel da China na origem e disseminação do coronavírus estavam ganhando prioridade em relação a seus esforços para construir um acordo comercial inicial com Pequim.

“Assinamos um acordo comercial onde eles deveriam comprar, e eles estão comprando muito, na verdade. Mas isso agora se torna secundário ao que ocorreu com o vírus”, disse Trump. “A situação do vírus simplesmente não é aceitável.”

Neste domingo (3), Trump também disse que os Estados Unidos terão uma vacina contra o coronavírus até o final deste ano, segundo a agência AFP. Ele também disse que pedirá a reabertura de escolas e universidades em setembro.

Também neste domingo, o secretário de Estado americano, Mike Pompeo, retomou a campanha para responsabilizar a China pela pandemia, ao afirmar que existe uma “quantidade enorme” de provas de que o surto teve origem em um laboratório de Wuhan.

O Instituto de Virologia de Wuhan afirma ser impossível que a pandemia tenha surgido a partir de uma falha em suas instalações. Apesar de ser um grande crítico da atuação da China no começo da pandemia, Pompeo não disse se acha que o vírus foi liberado intencionalmente.

“O presidente Trump é muito claro: faremos os responsáveis prestarem contas disso”, afirmou Pompeo.

Folha de S.Paulo

Veículo: Política Livre	
Data: 04/05/2020	Caderno: Economia



04 de maio de 2020 | 07:08

Crise do coronavírus pode tirar até R\$ 500 bi do consumo

ECONOMIA

A crise do coronavírus, que já compromete a renda e o poder de compra das famílias, pode tirar até R\$ 500 bilhões dos bolsos dos brasileiros neste ano. A retração vai levar à redução da demanda e da produção em diversos setores, minando a força da recuperação no pós-pandemia. Áreas como turismo e transporte já sentem a contração na demanda, mas, com base na queda de consumo observada em outras crises, a tendência é que a retração se espalhe por outros segmentos, até no setor de alimentos.

O consumo das famílias é o principal motor da economia brasileira —equivale a cerca de dois terços do PIB (Produto Interno Bruto). Segundo cálculos do Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), a suspensão de atividades provocará uma contração de até 8% no consumo das famílias brasileiras e uma queda de até 15% na massa salarial dos trabalhadores. Os números consideram o cenário mais pessimista traçado pela instituição, de uma queda de 7% do PIB brasileiro.

No cenário otimista, que projeta uma retração de 3,4% da economia, o consumo teria um recuo de 4% e os salários de 5,9%, sempre considerando as medidas já anunciadas pelo governo para amenizar a queda na renda dos trabalhadores, que ainda assim ficaria em mais de R\$ 200 bilhões.

Se o pior cenário se confirmar, o consumo das famílias registrará o pior resultado da série histórica do IBGE, com início em 1995. Na melhor hipótese considerada pelo Ibre, o indicador praticamente repete o desempenho de 2016, quando recuou 3,8%, diante da queda de 3,3% do PIB —mas essa projeção se torna cada dia menos factível. A queda na massa de salários é recorde nos dois cenários traçados.

O consumo, nos últimos três anos, cresceu a uma taxa média de 2%, praticamente o dobro do desempenho geral da economia. Ou seja, representou um motor importante para evitar a estagnação. As medidas anunciadas pelo governo para minimizar a perda na renda de trabalhadores formais e informais vai repor apenas parte da redução dos salários. A MP (Medida Provisória) 936 permite que as empresas suspendam contratos de trabalho de seus funcionários e reduzam jornada e salários. Trabalhadores que tenham o contrato suspenso ou reduções de jornada e salário terão um benefício do governo que pode chegar a 100% do que receberiam de seguro-desemprego em caso de demissão (que hoje varia entre R\$ 1.045 e R\$ 1.813,03).

Esse benefício será acumulado, na maioria dos casos, com o pagamento de uma ajuda compensatória mensal pelo empregador. Mesmo assim, o valor final pago deverá ficar abaixo do rendimento médio dos trabalhadores como carteira, de R\$ 2.340.

Para o trabalhador informal, foi criado o programa de auxílio com valores de R\$ 600 e R\$ 1.200 mensais. Nas duas hipóteses, o valor do auxílio conhecido como “coronavoucher” está abaixo da renda média do trabalhador sem carteira, que é de R\$ 1.427.

Mais de 4 milhões de pessoas já estão recebendo compensações, segundo o Ministério da Economia. Há ainda 1 milhão de trabalhadores demitidos desde o início de março e que receberão o valor normal do seguro-desemprego.

O governo também anunciou o reforço do Bolsa Família e o saque extraordinário do FGTS. Sem essas medidas, a contração seria ainda maior.

Sob a ótica da produção, o setor mais afetado pela crise deve ser o de serviços (incluindo comércio), com uma contração de 16% na pior hipótese traçada pelo Ibre, ante queda de 12% na indústria.

Dados da empresa de pagamentos Stone mostram que as vendas dos serviços de turismo e eventos, por exemplo, tiveram queda superior a 90%, segundo dados que comparam os períodos de 5 de janeiro a 21 de março e de 22 de março a 17 de abril. Também houve queda nas vendas de softwares, peças para veículos, flores e material de construção.

Levantamento da Nielsen que inclui hipermercados, supermercados e redes de mercados de vizinhança, Cash&Carry (as chamadas redes de atacarejo) e farmácias mostram que o consumo de alimentos nesses estabelecimentos cresceu, mas isso não significa necessariamente ganhos para todas as empresas envolvidas nessas cadeias.

O aumento foi de 12% em relação ao mesmo período do ano passado, sendo que cerca da metade do crescimento se deu a partir da acumulação de estoques para despesa na segunda quinzena de março, fator que pode estar distorcendo o resultado.

“Nesse período acumulado, a gente vê um movimento de ganho de consumo, acima do que se costuma vender, bastante puxado pelo início do isolamento, na semana de 22 de março. Foi uma semana de crescimento muito expressivo, um patamar de vendas que chegou a ficar em linha com a venda da Black Friday do ano passado. Algo atípico para um mês de março”, afirma Fernanda Vilhena, gerente de atendimento ao Varejo da Nielsen Brasil.

Vilhena diz que os números mostram apenas as vendas feitas a pessoas físicas ou pequenos varejistas, aqueles que vão a esses estabelecimentos. Não inclui parte relevante da venda de alimentos, que é feita, por exemplo, para redes de restaurantes, que restringiram suas atividades por causa da quarentena.

Dados da POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares) de 2017-2018 mostram que um terço dos gastos do brasileiro com comida eram alimentação fora do domicílio. Dois terços foram feitos com alimentação na residência, mas essa relação deverá se alterar em 2020 por conta da quarentena. Além disso, muitos varejistas tiveram aumento de custos, por causa da alta de preços e das medidas necessárias para ampliar medidas de higiene de forma a proteger clientes e funcionários.

“Embora o resultado das vendas seja muito positivo, os custos aumentaram muito, com limpeza de lojas, revisão da parte logística, alguns adaptaram para separar quem está no caixa do consumidor. Os produtos também estão mais caros e não dá para repassar para o consumidor. As vendas estão acontecendo, mas na hora de colocar tudo na balança, nem sempre o resultado é positivo”, afirma a gerente de atendimento ao Varejo da Nielsen Brasil.

Folha de S.Paulo

Veículo: Política Livre	
Data: 03/05/2020	Caderno: Economia



03 de maio de 2020 | 07:42

Senado aprova socorro aos estados e municípios de R\$ 120 bilhões com congelamento de salários

BRASIL

O Senado aprovou em sessão virtual na noite deste sábado (2), por unanimidade, o pacote de R\$ 120 bilhões de socorro aos estados e municípios na crise do coronavírus, sendo R\$ 60 bilhões de repasse direto para o caixa de governadores e prefeitos.

O socorro previsto aos entes federados será de quatro meses. Se após esse período estados e municípios ainda estiverem com as contas apertadas, não poderão usar a pandemia para tentar suspender o pagamento de dívidas que têm com a União.

Agora, o texto vai para apreciação da Câmara dos Deputados. Se houver mudanças, volta ao Senado. Só após passar pelas duas Casas a medida será encaminhada para sanção do presidente Jair Bolsonaro.

A nova versão do auxílio foi elaborada pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), relator da medida, com a ajuda da equipe econômica do governo. O texto final foi fechado apenas na tarde deste sábado, minutos antes da votação.

Segundo Alcolumbre, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) ficou descontente com o Senado, que ignorou o projeto aprovado na Casa. O presidente do Senado alegou que, depois de várias conversas, as divergências foram sanadas. A expectativa é que, após sanção, os municípios possam receber a primeira parcela dos valores ainda na segunda semana de maio.

“Eu falei com o presidente Maia, que acordou que, se votarmos o texto hoje, a Câmara vota o texto do Senado sem alterações na segunda-feira (4) e depois encaminha para sanção presidencial”, afirmou.

Uma das alterações foi feita com o aval do ministro da Economia, Paulo Guedes, garantindo aos servidores públicos que estão atuando diretamente no combate à pandemia não serem atingidos pelo congelamento de benefícios.

Pelo texto, são R\$ 60 bilhões de repasses diretos. Desse total, R\$ 10 bilhões irão para o combate ao coronavírus, nas ações de saúde –R\$ 7 bilhões para estados e R\$ 3 bilhões para as cidades (distribuídos de acordo com a população). O rateio dos R\$ 7 bilhões entre estados será feito de acordo como a população do ente (com peso de 60%) e a taxa de incidência da Covid-19 (com peso de 40%). Com isso, segundo Alcolumbre, haverá estímulo para a realização de testes da doença.

Os R\$ 50 bilhões restantes para uso livre, a fim de garantir o funcionamento da máquina com a perda de ICMS (estadual) e ISS (municipal), tiveram alteração na reta final antes da votação. Antes, previa-se que metade ficaria para estados e metade, municípios

Com a mudança, feita por meio de uma emenda do senador Eduardo Braga (MDB-AM), o rateio do bolo financeiro ficou em 60% para estados e 40% para os municípios. O valor dos repasses serão abatidos dos encargos da dívida pública de estados e municípios.

O projeto prevê ainda a suspensão dos pagamentos de dívidas de estados e municípios com a União neste ano e com bancos públicos, o que resultará em uma economia de R\$ 49 bilhões. A proposta permitir ainda a renegociação com bancos privados e organismos internacionais, na ordem de R\$ 10,6 bilhões.

A proposta garante também que os recursos sejam destinados mesmo para os estados e municípios que estejam inadimplentes ou que não tenham cumprido algum critério exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), não importando a sua situação cadastral, financeira ou contábil.

Como contrapartida da ajuda financeira da União para estados e municípios durante a pandemia, seja feita uma alteração na LRF, a fim de que os gestores fiquem impedidos de criar despesas obrigatórias, como conceder reajustes ao funcionalismo público até o final de 2021. Com isso, o projeto estima uma economia entre R\$ 121 bilhões e R\$ 132 bilhões.

O relatório inicial deixava uma brecha para que a despesa com pessoal não fosse congelada se o gasto for necessário ao combate do novo coronavírus. Mas os senadores não sentiram segurança no texto, e encaminharam emendas pedindo a garantia.

Sob o receio de que pudessem dificultar a votação da proposta, o ministro da Economia telefonou aos senadores dando o aval para a mudança.

“É fundamental dar o apoio necessário aos profissionais de saúde e de assistência, garantindo, quando for o caso, suporte financeiro para o transporte, abrigo e proteção para que desempenhem a principal função durante a crise, que é preservar vida”, escreveu Alcolumbre, no relatório.

O texto aprovado permite que promoções e progressões para os ocupantes de cargos estruturados em carreiras sejam preservadas durante o período da pandemia. É o caso, por exemplo, dos militares federais e dos estados.

Com a anuência do próprio ministro, os senadores já davam boa parte das divergências com a proposta solucionada antes mesmo de o relatório estar finalizado. “O Paulo Guedes mesmo me ligou dizendo que eu podia ficar tranquilo que essa garantia estaria no texto. Ele procurou outros senadores também. O pessoal que está escalado para a linha de frente na pandemia não pode ficar sem benefícios. Ele entendeu a nossa demanda e garantiu que vai acatar a mudança”, contou Major Olímpio (PSL-SP).

Na última hora, com receio de que houvesse uma mudança no texto na Câmara, Davi Alcolumbre ainda acatou outra alteração, que estende a mudança para as Forças Armadas.

“Vamos acatar a mudança para contemplar servidores civis e militares e, no hall das emendas, atender os integrantes das forças armadas também.” Alcolumbre também aceitou a alteração que prevê a suspensão da parcela de débitos previdenciários dos últimos anos de 2019 dos entes que estão em dívida. Com isso, a União deixará de arrecadar R\$ 5,6 bilhões, de acordo com o relator.

O possível aumento na ajuda financeira para estados e municípios também foi alvo das tentativas dos senadores de mudarem o projeto. Todas elas, contudo, foram rejeitadas.

“Infelizmente, as limitações orçamentárias da própria União impuseram esse teto de R\$ 60 bilhões, até mais elevado do que os números inicialmente divulgados. Por esta razão, não podemos acolher as emendas”, disse o relator.

Em meados de abril, a proposta apresentada pela equipe econômica previa uma ajuda financeira de R\$ 77,4 bilhões, com R\$ 40 bilhões de transferência direta. A Câmara aprovou

uma proposta que poderia passar R\$ 200 bilhões, nos cálculos do governo, e que foi engavetada pelo Senado.

Com a queda da economia, a receita dos estados e municípios está caindo e alguns gestores dizem que logo ficarão sem recursos para pagar salários. Pressionado por governadores, os senadores tentaram ainda que o governo aceitasse uma nova fórmula para a divisão do dinheiro. Antes da votação, o Comsefaz (Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal), encaminhou uma carta ao relator criticando o projeto.

Segundo a entidade, a proposta do Senado destina aos entes federados 40% a menos que o previsto no projeto original da Câmara dos Deputados. Já os municípios, isoladamente, terão um acréscimo de 1% nos mesmos repasses, nessas dadas condições, por conta da mudança nos critérios de distribuição. “Os estados foram duplamente prejudicados nessa primeira versão da proposta do Senado. Primeiro, no volume de recursos, menor do que a perda de receitas, que era atendida pelo texto da Câmara; e, segundo, quanto à proporcionalidade da divisão, que prevê 50% para cada ente, quando deveria ser de 70% para os estados e 30% para os municípios, considerando a participação das receitas de ICMS e ISS em 2019”, afirmou o presidente do Comsefaz, Rafael Fonteles.

Em nota, a FNP (Frente Nacional dos Prefeitos) afirmou que a fórmula do governo desequilibra as finanças. “A alteração da proposta de partilha dos recursos federais para municípios e estados, apresentada pelo Senado Federal torna mais desequilibrada a compensação de frustração de receitas dos entes subnacionais, decorrente da pandemia do novo coronavírus.”

Para o pagamento da ajuda financeira, a União exige ainda que os entes federados retirem de ações judiciais com pedido de suspensão de pagamento de parcelas de dívidas com a União. Pelo texto, só após isso o dinheiro será liberado.

Segundo estimativas da equipe de Guedes, somente no STF (Supremo Tribunal Federal) os processos em andamento têm impacto de R\$ 50 bilhões aos cofres do Tesouro Nacional. O projeto do Senado impede que estados e municípios ingressem com as ações após o período da pandemia. Nesse período, a União deixará de depositar a ajuda financeira extra prevista.

mercado coronavírus

Por socorro, governo quer que estado retire ações

Proposta de ajuda a entes federativos fechada entre Guedes e Senado prevê desistência de processos que somam R\$ 50 bi

Iara Lemos
e Thiago Resende

BRASÍLIA O governo Jair Bolsonaro (sem partido) atrelou o socorro financeiro a estados e municípios na crise do coronavírus a retirada de ações judiciais com pedido de suspensão de pagamento de parcelas de dívidas com a União.

A cláusula consta de projeto negociado entre a equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP). O pacote de ajuda chega a R\$ 120 bilhões.

Nesta quinta (30), o projeto de lei para ajudar entes federados na pandemia foi distribuído aos senadores. O texto deverá ser votado sábado (2).

Depois, a proposta será analisada pela Câmara. Se houver mudanças pelos deputados, o projeto voltará ao Senado, que dará a palavra final.

Pela exigência do governo, só após a retirada das ações judiciais a ajuda será garantida a governadores e prefeitos.

Segundo estimativas do time de Guedes, somente no STF (Supremo Tribunal Federal), os processos em andamento têm impacto de R\$ 50 bilhões aos cofres do Tesouro.

O projeto de lei no Senado impede que estados e municípios ingressem com as ações após o período da pandemia, em que a União deixará de depositar a ajuda extra. O socorro previsto aos entes federados será de quatro meses.

Se, após esse período, estados e municípios ainda estiverem com as contas apertadas não poderão usar a crise do coronavírus para tentar suspender o pagamento de dívidas que têm com a União.

Essa determinação foi explicada por integrantes da equipe técnica do Ministério da Economia e do Tesouro com assessores e senadores no início da noite desta quinta.

A apresentação dos argumentos contra as atuais e novas judicializações foi feita horas após a minuta do relatório do projeto ter sido entregue por Alcolumbre aos colegas.

Uma reunião da equipe de Guedes com senadores foi acompanhada pela Folha.

Ao ser questionada pela reportagem sobre se a decisão não feria a autonomia dos estados e municípios, a subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais, Priscilla Maria Santana, afirmou que não há acordo para a retirada dessa cláusula.

"É verdade, sim. É uma cláusula bem forte. Eu tenho precedentes, eu não tenho o acordo em relação a isso", afirmou.

Segundo a equipe, a negociação para a votação do texto é de responsabilidade do presidente do Senado. "Essa regra está no projeto de lei. É uma exigência para que o recurso seja entregue."

Santana explicou aos técnicos do Senado que o termo usado no projeto é fundamental para a garantia de que os estados e municípios não ingressem com novas ações. Segundo ela, isso pode resultar em perdas aos cofres públicos.

"São dois institutos no direito. Um chamado desistência, e aí, quando você desiste da ação, você pode entrar com ela a qualquer momento de novo. É muito comum isso no STF, que a gente sabe mais ou menos como o ministro pensa. Vou lá e desisto", disse.

"Agora, quando é renúncia, não. É isso que está escrito no texto, renúncia", afirmou. "Se renúncia, estou dizendo [isso] ao juiz. Ai vai ter uma cartinha lá para o juiz dizendo que estou renunciando ao meu direito. O que isso significa? Que aquele direito que

eu achava que tinha na verdade eu não tenho", afirmou.

A reunião durou mais de duas horas e teve mais de 70 pessoas de forma virtual. Além de Santana, Vitor Eduardo de Almeida Saback, assessor especial do Ministério da Economia, também participou.

No relatório do socorro aos estados e municípios, R\$ 60 bilhões serão de repasse direto para governadores e prefeitos.

Em abril, a proposta da equipe econômica previa ajuda financeira de R\$ 77,4 bilhões, com R\$ 42 bilhões de transferência direta. Mas o plano foi considerado tímido, principalmente diante do projeto aprovado pela Câmara, considerado pelo governo como pauta-bomba por ter alto potencial de gasto público.

O governo diz acreditar que o plano da Câmara poderia passar de R\$ 200 bilhões.

No novo plano, o governo propõe ainda que R\$ 10 bilhões sejam repassados diretamente para o enfrentamento ao coronavírus — R\$ 7 bilhões aos cofres de estados e do Distrito Federal e R\$ 3 bilhões aos municípios. O rateio será com base na taxa de incidência da Covid-19, calculada pelo Ministério da Saúde.

Para completar o repasse, o governo sugere que um montante de R\$ 50 bilhões será distribuído de duas formas: R\$ 25 bilhões diretamente aos estados e ao DF e os outros R\$ 25 bilhões aos municípios.

A distribuição será feita segundo a regra de proporção, levando em consideração critérios mistos, como as perdas de ICMS (imposto estadual) e de ISS (municipal) causadas pela pandemia e o número de habitantes. O governo não descarta reavaliação de valores caso a crise fiscal dos governos regionais se agrave.

Segundo a equipe econômica, para se chegar a um acordo, sete estados acabaram tendo redução nos recursos que serão repassados, quando levado em consideração o texto aprovado pela Câmara.

De acordo com Saback, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal vão ter perdas nos repasses.

Governadores e prefeitos pedem ao Palácio do Planalto mais dinheiro para enfrentar a Covid-19 e para manter a máquina pública funcionando.

Com a queda da economia, a receita dos estados e muni-

cípios está caindo e gestores dizem que logo ficarão sem recursos para pagar salários.

O projeto do Senado, com apoio do governo, prevê ainda a suspensão dos pagamentos de dívidas de estados e municípios com a União neste ano e permite a renegociação de dívidas com bancos públicos e organismos internacionais.

O relatório de Alcolumbre deixa uma brecha para que a despesa com pessoal não seja congelada se o gasto for necessário ao combate ao vírus.

Esse mecanismo, segundo técnicos, pode ser acionado caso o governador ou prefeito necessite contratar mais médicos ou enfermeiros.

Brecha também vale para incentivos ou benefícios fiscais relacionados ao enfrentamento da calamidade pública.

Para o senador Esperidião Amin (PP-SC), que defendia que houvesse a possibilidade de os estados e municípios poderem fazer financiamentos com a aval da União durante a pandemia, a proposta precisa ser estudada.

Já o senador Randolf Rodrigues (Rede-AP), líder da Minoria, considerou o projeto como prejudicial para os entes federados.



Igreja Batista Água Branca, em São Paulo, que está fechada para o público. Bruno Santos - 8.abr.20/Folhapress

Bolsonaro aciona Receita para analisar pleito de igrejas

Fábio Pupo

BRASÍLIA A Receita Federal vem sendo acionada pelo presidente Jair Bolsonaro para analisar pleitos de lideranças evangélicas, que querem uma solução para deixar de pagar dívidas cobradas pela União.

Na segunda-feira (27), o secretário da Receita Federal, José Barroso Tostes Neto, foi chamado por Bolsonaro para reunião no Palácio do Planalto com o deputado David Soares (DEM-SP), filho de R. R. Soares (fundador da Igreja Inter-religional da Graça de Deus).

Os evangélicos representam um dos principais grupos de

apoio de Bolsonaro. Auditores relatam que, durante a reunião, foi solicitado à Receita uma análise sobre as dívidas tributárias de igrejas. Uma das queixas das organizações são autuações dos últimos anos.

Na visão do Fisco, as igrejas por vezes pagam muitos salários e classificam os repasses com outros nomes (doações, por exemplo). Como muitas vezes as igrejas têm grande número de empregados, a União deixa de recolher um volume significativo de recursos em imposto de Renda e contribuições previdenciárias.

Nem todas as igrejas seguem a prática. Auditores afirmam

que há casos em que os empregados e pastores são registrados conforme rege a lei.

A Igreja Internacional da Graça de Deus é a que mais deve valores à União. São pelo menos R\$ 127 milhões, segundo valores verificados pela Receita até agosto de 2019.

Somente no Fisco, o total de débitos pendentes de entidades religiosas é de aproximadamente R\$ 1 bilhão, conforme informação colhida pelos auditores a pedido do Congresso. Na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, havia na mesma época outros R\$ 462 milhões em dívidas registradas. As informações

sobre a reunião foram publicadas nesta quinta (30) pelo jornal O Estado de S. Paulo.

Apesar de membros da Receita afirmarem que não houve pressão no encontro e que nada será feito de forma irregular, a Unafisco (entidade que representa os auditores) viu no episódio um atropelo de Bolsonaro nas leis para beneficiar certos contribuintes.

"É com espanto que vemos essa investida do presidente da República, que atropela as leis para, em benefício de alguns contribuintes, atentar contra a administração pública e o equilíbrio do sistema tributário", afirma, em nota.

"Isso é ainda mais grave por acontecer na sequência das graves denúncias de tentativas de ingerência na Polícia Federal, que motivaram abertura de inquérito no STF. O caso é exemplo da necessidade de revestir órgãos de Estado, como a Receita, de urgente proteção institucional."

O deputado e pastor Marco Feliciano (Republicanos-SP) disse em rede social que o presidente "apenas exigiu análise à luz da lei". Procurado pela Folha, ele afirmou que as igrejas evangélicas exigem o cumprimento da lei enquanto a Receita cria obrigações tributárias sem amparo por

meio de resoluções, portarias e instruções normativas.

"O fisco na era PT perseguiu as igrejas, fazendo contorcionismo interpretativo para burlar a imunidade tributária garantida na Constituição aos templos de qualquer culto. Esse não é apenas um problema das igrejas evangélicas."

Auditores rebatem dizendo que as igrejas não são perseguidas, mas autuadas conforme a legislação. Na visão de Feliciano, as igrejas ainda não alcançaram o que querem e a disputa pode parar na Justiça.

Os pedidos ao governo de medidas no âmbito tributário para as igrejas ocorrerem desde a gestão do então secretário especial do fisco, Marcos Cintra, que deixou o cargo em setembro de 2019.

Principal feira pecuária do Brasil é cancelada

Marcelo Toledo

RIBEIRÃO PRETO A ABCZ (Associação Brasileira dos Criadores de Zebu) anunciou o cancelamento da edição deste ano da Expozebu, principal feira pecuária do país.

A 86ª edição deveria ter sido iniciada no dia 25 de abril e terminaria neste domingo (3) em Uberaba (MG), mas já em

17 de março já estava adiada sem data prevista para a realização devido ao coronavírus.

Segundo a ABCZ, a decisão foi tomada em reunião na terça (28) e levou em consideração as orientações relativas ao cenário da pandemia.

A previsão para esta edição era atrair 300 mil pessoas e gerar R\$ 250 milhões em faturamento. Em 2019, mais de 500

estrangeiros a visitaram.

Uberaba registrou nesta quinta (30), 52 casos positivos de Covid-19, com 4 mortes.

A Expozebu é marcada por negócios milionários envolvendo animais em seus leilões. Em 2019, o maior negócio foi a venda de 50% dos direitos do animal Landau da Di Gênio, por R\$ 1,26 milhão, no leilão Elo de Raça.

Vale aprova bônus milionário para diretores

RIO DE JANEIRO E BELO HORIZONTE

Os acionistas da Vale aprovaram nesta quinta (31) pagamento de bônus de R\$ 19,1 milhões aos diretores da companhia como o prêmio por metas alcançadas em 2019, quando o rompimento de barragem deixou 270 mortos em Brumadinho (MG).

A Vale também retomou as premiações de 2018, que havia

sido suspensas logo após o desastre, excluindo da lista de beneficiados os executivos que estão sob investigação.

O valor dos bônus de 2018 chega a R\$ 29,8 milhões. A votação teve uma série de protestos de minoritários ativistas, entre eles representantes de comunidades afetadas pelos desastres de Brumadinho e Mariana

(MG), que não chegaram a ter participação acionária relevante mas participam das assembleias para se posicionar.

Minoritários com participação relevante na companhia, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) votou contra.

O banco não detalhou o motivo. **Nicola Pamplona e Fernanda Canofre**

Guedes diz que BC pode emitir moeda se a inflação for a zero

Bom economista não tem dogma, afirma ministro a deputados e senadores

Danielle Brant e Bernardo Caram

BRASÍLIA O ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou que o Banco Central pode emitir moeda e comprar dívida interna para ajudar o governo a enfrentar os efeitos econômicos da crise do coronavírus.

A declaração foi feita nesta quinta-feira (30) durante participação de Guedes em reunião virtual da comissão mista do Congresso de acompanhamento das medidas de enfrentamento à pandemia.

A deputados e senadores o ministro apresentou as ações do governo Jair Bolsonaro (sem partido) para contornar a crise da Covid-19.

Segundo Guedes, um bom economista não tem dogma e tem a capacidade de migrar o foco de ações estruturantes para emergências durante uma crise. Nesse contexto, disse Guedes, em uma situação em que a inflação estiver praticamente em zero e os juros desabarem, o país cairia na armadilha da liquidez.

Isso significa que a queda da taxa de juros em tentativa de injetar dinheiro na economia não surtiria mais efeito.

Em vez de emprestar dinheiro a taxas prefixadas, os bancos manteriam o dinheiro em tesouraria. Com essa medida, eles tentariam evitar perdas quando os juros subissem.

"Técnicamente, o Banco Central pode, sim, emitir muita moeda e pode, sim, inclusive comprar dívida interna", afirmou o ministro.

"Ele pode comprar dívida interna e retirar, porque, se a taxa de juros for muito baixa, ninguém vai querer comprar título longo. E aí você pode monetizar a dívida, sem que haja impacto relacionado."

Hoje, o BC não pode comprar títulos de dívida pública. Isso pode mudar caso seja aprovada a PEC (proposta de emenda à Constituição) do Orçamento de guerra.

O texto em discussão no Congresso prevê que o BC poderá comprar, no mercado secundário, títulos públicos e privados. A medida já foi posta à mesa como uma saída à crise por outros economistas, até mesmo os defensores de cortes de gastos públicos.

Secretário de Fazenda e Planejamento do São Paulo, ex-presidente do BC e ex-ministro da Fazenda do governo Michel Temer (MDB), Henrique Meirelles defendeu a emissão de moeda em entrevista à BBC News Brasil em 8 de abril.

Meios de pagamento

Governo federal pode influenciar o aumento dos meios de pagamento elevando a quantidade de dinheiro que circula na economia

Agregado monetário, em R\$ bilhões



Fonte: Banco Central do Brasil. Dados atualizados até fevereiro de 2020

Entenda a 'emissão de dinheiro'

Exemplo:

- BC compra títulos emitidos pelo Tesouro Nacional
- Credita o dinheiro na conta que o Tesouro mantém no BC
- Não é necessário imprimir cédulas e moeda; a criação de dinheiro é eletrônica
- Tesouro Nacional coloca o dinheiro em circulação
- A quantidade de dinheiro na economia aumenta

Aumento da oferta de dinheiro pode:

- Alterar o nível da taxa básica de juros
- Baratear operações de crédito
- Estimular a atividade
- Elevar inflação (em caso de excessos)

Nesta quinta, Guedes ainda sugeriu que governadores e prefeitos poderiam usar o dinheiro do socorro da União a estados e municípios para fazer política, em vez de aplicar os recursos em saúde e no combate ao coronavírus.

Mais tarde, em projeto negociado com o Senado, Guedes ficou em R\$ 120 bilhões o pacote de socorro, sendo R\$ 60 bilhões de repasse direto para estados e municípios.

Após a participação do ministro na reunião da comissão mista, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), apresentou o novo projeto de ajuda a estados e municípios costurado com o governo (leia na pág. A16).



O ministro da Economia, Paulo Guedes, durante reunião virtual com congressistas nesta quinta (30). Reprodução TV Senado

“Técnicamente, o Banco Central pode, sim, emitir muita moeda e pode, sim, inclusive comprar dívida interna

Paulo Guedes ministro da Economia

lem reajustes de servidores.

"Por isso que não pode ter aumento de salário, nenhum outro uso desses recursos que não seja relacionado ao coronavírus. Senão seria uma covardia contra o projeto."

Após a participação do ministro na reunião da comissão mista, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), apresentou o novo projeto de ajuda a estados e municípios costurado com o governo (leia na pág. A16).

Aumentar dinheiro em circulação pode reduzir juros sem subir preços

— Eduardo Cucleo

SÃO PAULO Utilizar a emissão de moeda para que o Banco Central financie os gastos do Tesouro passa por mudar a legislação e rever o sistema de metas de inflação, segundo economistas. Essa emissão não significa pedir à Casa da Moeda para repor estoques e suprir o aumento de demanda por dinheiro em espécie.

Um dos caminhos para aumentar a quantidade de di-

neiro é permitir que o BC compre títulos emitidos pelo Tesouro e faça um crédito em valor equivalente na conta única da instituição, criando moeda por meio eletrônico, explica o professor do Departamento de Economia da PUC-Rio Márcio Garcia. O Tesouro usaria o recurso, por exemplo, para pagar despesas por meio de transferências.

Ação de dois órgãos se deve ao fato de que somente o Tesouro pode emitir títulos e pagar despesas do governo federal e apenas o BC pode emitir moeda, segundo a Constituição.

A Carta, no entanto, proíbe o BC de conceder empréstimos ao Tesouro. A autoridade monetária só pode comprar e vender títulos públicos para regular a oferta de moeda ou a taxa básica de juros, segundo Garcia.

Surge aí o segundo entrave para esse tipo de operação. O sistema de metas de inflação, criado em 1999, determina que cabe ao BC regular a taxa básica de juros (Selic). Como não é possível determinar ao mesmo tempo a quantidade e o preço do dinheiro, o BC define a Selic.

Depois, atua comprando e vendendo títulos públicos, de forma que a quantidade de dinheiro no sistema seja a necessária para manter a taxa próxima ao valor definido pelo Copom (Comitê de Política Monetária).

Para Garcia, o BC deve continuar reduzindo a Selic, mas sem abandonar o sistema de metas. "Se o BC quer manter a taxa de juros [no nível definido pelo Copom], precisa deixar a quantidade de dinheiro subir ou cair de acordo com a demanda. Não tem como controlar a quantidade de moeda. Senão, o BC vai dar dinheiro com a mão direita e tirar com a esquerda. Ou terá de colocar a taxa de juros em zero. Pode ser que a crise se agrave de tal maneira que a gente chegue lá."

Nelson Marconi, professor da FGV e pesquisador visitante da Universidade de Harvard, diz que a melhor forma para financiar as despesas extraordinárias com a pandemia é permitir o financiamento do Tesouro pelo BC. Para ele, a mudança na legislação e a redução dos juros pelo Copom poderiam viabilizar isso.

"A melhor forma para financiar esse gasto seria fazer uma venda de títulos do Tesouro para o BC, que em troca entregaria moeda. O Tesouro aumentaria a posição no caixa único e poderia financiar seus gastos. Poderia uma programação de recompra desses títulos ao longo do tempo, uma situação mais favorável do que fazer essa dívida no mercado", afirma Marconi. "A Selic tem de cair mesmo".

Eduardo Zilberman, professor do Departamento de Economia da PUC-Rio, afirma que a discussão sobre imprimir dinheiro para pagar a conta do aumento de despesas ignora

o fato de que o BC pode colocar mais recursos na economia simplesmente reduzindo a taxa básica, sem que haja necessidade de alterar o arcabouço institucional e legal.

"Toda vez que o Banco Central decide uma determinada política de juros, ele faz isso comprando e vendendo títulos. Quando ele baixa os juros, está expandindo a base monetária. Quando aumenta os juros, reduz a base monetária. Essa expansão e redução da base é como se implementa a decisão do Copom."

Para Zilberman, o financiamento dos gastos extraordinários deve ser feito por meios tradicionais: aumento de arrecadação e corte de gastos.

Durante debate na semana passada, o ex-presidente do BC Persio Arida disse que o que se denomina como emissão de moeda foi feito na crise de 2008 e está sendo repetido agora por vários países desenvolvidos, por meio de depósitos de recursos feitos diretamente por um banco central na conta do Tesouro, como na Inglaterra, ou por meio do afrouxamento monetário realizado pelo banco central dos EUA ao comprar títulos, algo que será permitido ao BC do Brasil caso a proposta de Orçamento de guerra seja aprovada.

Segundo ele, a experiência nos países desenvolvidos mostra que dificilmente a expansão da base monetária gera aumento de preços, o que só ocorreria se ela pressionasse a demanda a ponto de gerar pressões inflacionárias, o que geralmente só acontece quando a economia opera com pleno emprego.

"Inflação é excesso de demanda agregada em relação à oferta. Enquanto a expansão de liquidez não causar excesso de demanda agregada, ela pode ser feita, sim. O que a evidência tem demonstrado é que a inflação é um fenômeno mais inercial do que se imaginava, e o que a gente chama de excesso de demanda agregada demora muito mais para se materializar", afirmou Arida.

"Como você gerou essa narrativa de que emissão de moeda e aumento de passivo do Banco Central gera inflação, fica muito difícil para o BC se movimentar. Para administrar as expectativas, você tem de levar em conta essa narrativa. O Brasil está um pouco atrasado nesse debate, infelizmente", disse o ex-presidente do BC.

A atual administração do BC já informou que pretende utilizar o mecanismo conhecido como "twist", que consiste na compra de títulos de longo prazo, injetando dinheiro na economia em um primeiro momento, mas retirando os mesmos recursos com a venda de títulos públicos de curto prazo, sem alterar a quantidade de dinheiro em circulação, o que evitaria jogar a Selic efetivamente abaixo dos atuais 3,75% ao ano sem que haja decisão do Copom nesse sentido.

Ao imprimir dinheiro, Estado cria poder de compra que antes não existia

OPINIÃO

Colocar a economia acima da vida é reconhecer o fracasso da humanidade.

Para evitar a morte pelo Covid-19, é preciso que apenas as pessoas na linha de frente e nos serviços essenciais saiam de casa. O desemprego e a fome podem matar mais do que o vírus, é verdade. Mas esse não precisa ser o nosso destino. Colocar a saúde contra a economia é criar divisão onde pode haver cooperação.

As medidas anunciadas pelo governo vão na direção correta. Com a atividade econômica parada, acionar os canhões fiscais e monetários do Estado para manter as famílias em casa é a única e necessária saída.

Mas como manter milhões de pessoas em casa? O governo não está quebrado? O dinheiro não acabou?

Não. Diferentemente de famílias e empresas, o Estado pode emitir moeda ou pode se endividar em uma escala bem diferente de famílias.

Emitindo moeda, o Estado cria poder de compra que antes não existia. Endividando-se, toma emprestado de quem tem sobrando e transfere para quem não tem como conseguir. Emitindo ou endividando-se, o Estado injeta dinheiro na economia, e é disso que precisamos urgentemente.

EUA, Japão, Canadá, Reino Unido estão emitindo. E se endividam. Todos têm dívida

pública acima de 100% do PIB, e a nossa está abaixo de 80%. Eles estão entre os dez mais ricos do mundo, como nós. O que nos impede de agir como eles? Nada, a não ser nosso descredo em nós mesmos.

E a inflação? Não acontece. Com a atividade econômica parada, estamos longe dela agora e no médio prazo. Apenas como exemplo, mesmo com a encurrada de liquidez ofertada pelos bancos centrais, em 20 de abril os contratos futuros do petróleo foram negociados em valores negativos pela primeira vez.

A emissão de moeda reduzirá os juros e o custo da dívida, ajudando a reduzir os gastos públicos. Porém, pode ampli-

ar a saída de dólares do Brasil, o que, a médio prazo, pode impactar inflação. Temos instrumentos para lidar com o câmbio agora, e a atividade econômica está tão deprimida que mesmo a recente desvalorização do real não foi capaz de gerar repasse significativo na inflação. A médio prazo, com a economia em melhor condição, centraremos esforços em outros objetivos. Eles não são o foco agora.

Dizer que não há fontes de recursos é faltar com a verdade. Nossas regras fiscais são autoimposições que nos protegem dos excessos em tempos normais. Apegar-se a elas em meio a uma calamidade sem precedentes equivale a

mentir para a população e para os estados e municípios. É discutir a vã filosofia enquanto o país pega fogo. Superar a crise de saúde pública não exige que mergulhemos em uma depressão econômica.

O Estado detém os meios para manter a coesão social e proteger o pacto federativo. A maioria de prefeitos e governadores enfrenta desafios reais que requerem auxílio decisivo e imediato. O oportunismo de algumas corporações do Estado pode ser corrigido por meio de lei complementar ou compromissos diretos com entes federativos.

A política econômica não é dogma, não tem fórmula única. Ela depende crucialmente do governo federal. A União precisa ajudar a todos, inclusive estados e municípios, que estão na linha de frente do combate ao coronavírus.

Em momentos de crise, o que mais devemos temer é o próprio medo de agir.

Se quisermos sair desta crise, precisamos impedir que a calamidade sanitária se converta em caos social. É hora de a economia servir à sociedade.

A União tem o poder e os instrumentos para coordenar os setores essenciais e para garantir o pão nosso de cada dia. A cura não precisa ser pior que a doença. Até agora talvez tenha sido e, se assim continuar, é porque escolhemos.

André Roncaglia de Carvalho, professor da Universidade Federal de São Paulo e pesquisador do Cebrap; Fabio Terra, professor da Universidade Federal do ABC e da Universidade Federal Fluminense; Gabriel Galipolo, mestre em economia pela PUC-SP; Igor Rocha, doutor em estudos de desenvolvimento pela Universidade de Cambridge; Julia Braga, professora da Universidade Federal Fluminense; Luiz Gonzaga de Mello Beluzzo, professor da Unicamp e do Facamp; Monica De Nolle, diretora do Programa de Estudos Latino Americanos da Universidade Johns Hopkins e pesquisadora do Peterson Institute for International Economics; Paulo Gala, professor da FGV-SP

mercado **coronavírus**

Negociação para corte de salários devolve relevância a sindicatos

Entidades de classe assinam 840 acordos coletivos em abril; categorias organizadas minimizam perda de renda

Ivan Martínez-Vargas

SÃO PAULO Enfraquecidos desde a reforma trabalhista, sindicatos têm sido procurados por trabalhadores, empresas e entidades patronais para negociar acordos coletivos de redução de jornada e salários, suspensão de contratos e garantia de empregabilidade previstos pela MP 936.

Foram assinados 170 convenções e 676 acordos coletivos até esta quinta-feira (30) para aplicar a medida provisória que visa dar fôlego às empresas e evitar demissões em meio à pandemia da Covid-19.

Uma norma, que aguarda aprovação na Câmara, possibilita redução de jornada com corte proporcional de salários por até 90 dias e suspensão de contratos por até 60 dias. Em contrapartida, prevê estabilidade no emprego por até 90 dias e o pagamento de compensações pelo governo que têm como base o valor do seguro-desemprego ao qual o trabalhador teria direito.

O STF decidiu que acordos individuais têm efeito imediato e não podem ser alterados por sindicatos. Mesmo assim, entidades e advogados trabalhistas dizem que negociações coletivas ainda são a regra.

“Os sindicatos têm buscado acordos criativos para preservar empregos na crise, com dispositivos como licenças remuneradas, uso de banco de horas, garantias de estabilidade”, diz o advogado Antonio Carlos Aguiar.

As entidades têm adotado a estratégia da negociação rápida, aprovada em assembleias virtuais, e refutam os acordos individuais, segundo Douglas Izzo, presidente da CUT (maior central do país) em São Paulo. As tratativas da empresa diretamente com o empregado ainda precisam ser comunicadas ao sindicato.

“Buscamos negociação rápida com entidades patronais ou empresas. O ideal é fechar convenção que vale para toda a categoria, mas buscamos acordos

com empresas quando há heterogeneidade no setor e muitos negócios pequenos”. Segundo ele, a adesão dos trabalhadores aumentou com votações virtuais, por meio de sites ou aplicativos como o Zoom e o WhatsApp.

“Isso facilitou a interação. É possível ter uma adesão massiva de categorias como a de porteiros, que presencialmente seria quase impossível”, diz Clemente Ganz Lucio, assessor da Grande São Paulo, da Federação dos Trabalhadores do Comércio de São Paulo.

“Usamos nosso site para colocar exemplos de acordos para quem não precisasse da nossa interlocução. Cerca de 80% dos trabalhadores estavam na primeira faixa que poderia ter negociação individual. Fizemos o máximo de acordos possível”, diz o presidente da entidade, Ricardo Patah.

“Muitos trabalhadores entenderam que o momento é de crise e que buscar a negociação via sindicato é mais vantajoso, minimiza perdas. As empresas também sabem que os acordos coletivos têm mais segurança jurídica”, afirma João Carlos Gonçalves, o Juru, secretário-geral da Força.

“As negociações coletivas trazem proteção jurídica maior. Um empregado pode dizer na Justiça que se sentiu coagido a assinar um termo individual”, diz João Pereira Neto, do escritório Machado Meyer.

Até agora, há quase 10 mil ações trabalhistas que citam o coronavírus, segundo levantamento da empresa Datalaywer e do Consultor Jurídico. As centrais têm pressionado deputados a eliminar o texto da MP e possibilidade de acordos individuais ou restringir a possibilidade dessa tratativa.

“Um dos argumentos a favor dos acordos individuais é que o momento exige rapidez nas negociações, mas os sindicatos têm feito negociações rápidas, com opções de acordos em seus sites”, diz Juru.

Categorias mais organizadas, como a de químicos, bancários e metalúrgicos, têm conseguido acordos que prevêm, por exemplo, a manutenção do pagamento do salário líquido dos trabalhadores. Na Grande São Paulo, os metalúrgicos do ABC já celebraram 30 acordos para a aplicação da MP, segundo o presidente da entidade, Wagner Santana.

“Metade da categoria já está contemplada nessas negociações e todas foram assinadas depois da decisão do Supremo sobre os acordos individuais”, diz.

Santana defende a priorização da negociação de convenções gerais primeiro e, em empresas maiores, a realização de acordos com mais garantias. “As convenções dão acesso a milhares de empresas que não podem negociar diretamente com o sindicato”.

A entidade fechou acordos, por exemplo, com as montadoras Volkswagen, Scania e Mercedes-Benz que garantiram compensações pagas pelas empresas além dos valores desembolsados pelo governo.

Os sindicatos que representam 150 mil trabalhadores das indústrias químicas e de plásticos em São Paulo aprovaram convenção que garante ressarcimento, por meio de banco de horas, da perda com cortes e suspensões de jornadas.

O valor das reduções de salário será subtraído da compensação paga pelo governo para o cálculo de horas a serem compensadas pelos funcionários após o fim do acordo, que vence no fim do ano.

“São 4.950 empresas no setor, e 500 delas reúnem 82% da categoria. Se fizéssemos por meio de acordo coletivo, muita gente ficaria sem essa proteção”, diz Sérgio Luiz Leite, presidente da Federação dos Trabalhadores da Indústria Química de São Paulo.

No segmento de confecções, 40% dos empregados já foram contemplados por acordos, diz Eunice Cabral, da Conacovest (confederação nacional de trabalhadores do setor).

Ato unificado do 1º de Maio sofre desfalques na véspera

Cátia Seabra

RIO DE JANEIRO Planejado como uma demonstração de unidade das centrais, o ato virtual em comemoração do Dia do Trabalho sofreu desfalques nessa quinta-feira (30), véspera de sua realização, trazendo à tona divergências dentro do movimento sindical.

Os ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (PT), bem como os ex-ministros Ciro Gomes (PT) e Marina Silva (Rede), já enviaram suas mensagens que serão transmitidas pelas redes sociais. A tônica dos discursos será de solidariedade ao trabalhador e de coesão para enfrentamento da crise em tempos de coronavírus.

Convidados pela organização do ato, os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM), do Senado, Davi Alcolumbre (DEM), e do STF (Supremo Tribunal Federal), Dias Toffoli, no entanto, desistiram de mandar recado aos trabalhadores, embora seus nomes já constassem da grade de programação.

Até a noite desta quinta-feira (30), o deputado Paulo Pereira da Silva (Solidariedade), o Paulinho da Força, ainda procurava seus gabinetes à espera do envio das mensagens. Mas sem sucesso.

Toffoli, por exemplo, preferiu não acirrar ainda mais os ânimos depois que o presidente Jair Bolsonaro atacou, publicamente, a decisão do ministro Alexandre de Moraes de suspender a posse de seu escolhido para a diretoria-geral da Polícia Federal. Temendo que sua participação fosse encarada como uma afronta, Toffoli não gravou a mensagem.

Já Maia e Alcolumbre optaram por ficar de fora diante da reação negativa dos movimentos de esquerda à sua presença no palco virtual.

O anúncio de seus nomes como participantes afugentou o PSOL e o coordenador do MTST Guilherme Boulos do ato virtual. Reunida na noite desta quinta-feira (29), o coordenação do MTST decidiu deixar o ato. Apesar de concordar com a participação deles nos movimentos em defesa da democracia, a chamada unidade democrática, Boulos alega que o 1º de Maio celebra a luta pela preservação dos direitos dos trabalhadores — contra os quais PSDB e DEM atuaram.

MP prevê suspensão de contratos e cortes de jornadas e salários para evitar desemprego na crise

Como a pandemia afetou os salários dos trabalhadores*

4,8 milhões*

são os trabalhadores que tiveram reduções de salário e jornada ou suspensão de contrato pela MP 936

670**

foram os acordos coletivos que previam redução de jornada ou suspensão de contratos

170**

foram as convenções coletivas que aplicaram a MP 936

Ações na Justiça do trabalho aumentaram com a pandemia

Número de ações nos setores com mais processos

Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados **897**

Atividades de serviços financeiros **775**

Comércio varejista **629**

Administração pública **519**

Atividades de atenção à saúde **408**

Transporte terrestre **375**

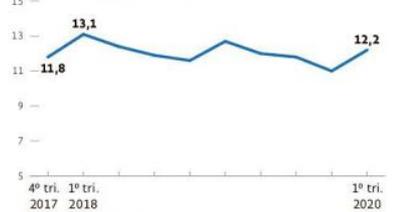
Alimentação **322**

Novos processos, por semana



Evolução do desemprego no Brasil

Taxa de desocupação por trimestre, em %



*até às 17h de 30 de abril **até 29 abr. Fontes: Secretaria de Trabalho, Datalaywer, Consultor Jurídico e IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

Na Europa, governos pagam para salvar empregos

Ana Estela de Sousa Pinto

BRUXELAS No começo da tarde, eles começaram a chegar ao centro de apoio social da comuna de Saint-Josse-ten-Noode, em Bruxelas. Eram 200, há 12 dias; são mais que o dobro duas semanas depois.

Todas as terças, 500 pessoas vêm buscar uma cesta de comida montada para durar uma semana. O serviço de emergência foi criado com a ajuda do Banco Alimentar, para atender ao número crescente de moradores cujo emprego ou renda desapareceu na crise provocada pelo coronavírus.

A pouco mais de um quilômetro de distância, na Comissão Europeia, o Poder Executivo da UE trabalha nos detalhes finais de um esquema de € 100 bilhões (R\$ 600 bilhões) para tentar salvar empregos.

O dinheiro financiará programas nacionais em que o Estado banca uma parte do salário de trabalhadores que tenham ficado sem atividade durante a crise, em troca de que a empresa reduza sua carga horária, mas não o demita.

Os programas se provaram necessários: pedidos para segurar 10,1 milhões de vagas foram feitos do começo de

março até 26 de abril na Alemanha. Mas não foram suficientes: 373 mil funcionários de empresas alemãs foram dispensados neste mês, elevando para 2,64 milhões o número de desempregados, uma taxa de 5% em abril.

Os dados do departamento de trabalho alemão mostram que a pressão da pandemia sobre o mercado de trabalho está sendo muito maior que a da crise financeira de 2008, quando o esquema foi criado. Em todo o ano de 2009, o governo alemão recebeu pedidos de subsídio para as vagas de 3,3 milhões de trabalhadores, cerca de um terço dos recebidos nos últimos 50 dias.

O Instituto de Pesquisa do Emprego alemão prevê que até 1 milhão de empregados percam suas vagas nos próximos meses. Parte deve ser recuperada quando a economia se reanimar, mas a estimativa é que a pandemia retire do mercado até 520 mil postos de trabalho neste ano.

A situação deve ficar ainda mais grave em países que adotaram confinamentos mais rígidos e dependem mais do turismo para sua retomada, como Espanha, Itália, França.

Nas cinco maiores economias

da Europa (as quatro já citadas mais o Reino Unido), calcula-se que até um quinto da força de trabalho (ou 30 milhões de funcionários) tenha se inscrito nos programas conhecidos como Kurzarbeit (nome dado pela Alemanha, pioneira no esquema, e que significa licença de curto prazo).

Os governos nacionais montaram seus próprios fundos enquanto esperam pela ajuda da União Europeia, mas empresas e analistas temem que eles não durem o suficiente para aplacar os danos da crise.

No Reino Unido, 185 mil empresas pediram ajuda estatal para segurar 1,3 milhão de vagas no primeiro dia de operação do esquema, na segunda-feira (20).

O plano foi previsto até o fim de junho, e empresas aéreas e do setor de turismo acreditam que não haverá receita suficiente para manter suas vagas depois disso.

Outro limitador é que o esquema de licença pode ser inviável para pequenas empresas. Nesta semana, o governo britânico anunciou uma linha especial de crédito para esse segmento, com garantia total do Estado.

Na Espanha, o esquema evi-

tuou 4 milhões de demissões, segundo o governo, e empresários negociam com uma prorrogação (o prazo inicial era maio) e uma redução das exigências para obter a ajuda. Mas em março foram dispensados 285,6 mil trabalhadores, levando o número de desempregados a 3,31 milhões, de acordo com o instituto nacional de estatística.

Os números do serviço de seguridade, responsável pelo pagamento do seguro-desemprego, são ainda mais altos: falam em 800 mil pessoas demitidas em março. Pelos dados do instituto de estatística, a taxa de desemprego na Espanha está em 14,4% no primeiro trimestre deste ano, segundo o instituto nacional de estatística, mas chega a 33% entre os menores de 25 anos.

Na França, são mais de 10 milhões de licenças parciais. O esquema francês, considerado o mais generoso da Europa, está sendo usado por 60% das empresas do país (820 mil companhias).

No setor de construção e de hotelaria e restaurantes, 9 em cada 10 trabalhadores estão com seus vencimentos a cargo do Estado.



Eric Ju/FramePhoto/Agência O Globo

Mais de 1,2 milhão de trabalhadores perdem o emprego no 1º trimestre

Desses, 800 mil eram informais e 400 mil tinham carteira assinada; taxa de desocupação vai a 12,2% quando país é atingido pela Covid-19

Diego Garcia

SANTOS O Brasil terminou o primeiro trimestre de 2020, mesmo período em que o coronavírus chegou ao país, com 1,218 milhão de pessoas a mais na fila do desemprego.

Com a alta no número de desempregados, a taxa de desocupação avançou para 12,2%, contra 11% no quarto trimestre de 2019, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgados nesta quinta-feira (30).

O primeiro caso conhecido de Covid-19 ocorreu em 25 de fevereiro. Em março, o país começou a sentir os efeitos econômicos do coronavírus, com fechamento de bares, restaurantes e comércio para evitar o avanço da pandemia.

A população desocupada foi de 11,632 milhões, no último trimestre de 2019, para 12,850 milhões nos três meses de 2020, segundo a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), do IBGE. A alta no período foi de 10,5%.

Analista da pesquisa, Adriana Beringuy, apontou que o crescimento no número de desempregados já era esperado.

"O primeiro trimestre de um ano não costuma sustentar as contratações feitas no último trimestre do ano anterior. Essa alta na taxa, porém, não foi das mais elevadas", disse.

Segundo o coordenador do IBGE Cimar Azeredo, no entanto, os resultados da pesquisa já retrataram os efeitos do novo coronavírus sobre o mercado de trabalho no Brasil.

"Tivemos influência expressiva da Covid-19. Não temos como separar sazonalidade e efeitos da pandemia e do distanciamento social, mas de claro temos efeitos", apontou.

Dos novos desempregados, 800 mil — dois terços — estavam no mercado informal, sem carteira assinada. Outros 400 mil eram formais.

Com a intensificação da quarentena, muitas atividades típicas da informalidade, como venda de comida na rua, dei-

DIRETOR DO IBGE MORRE DE COVID-19 David Wu Tai, 71, diretor de informática do IBGE, morreu nesta quarta-feira (29) vítima da Covid-19. Tai estava internado desde 17 de abril na UTI da Unimed da Barra da Tijuca. Ele trabalhou no instituto por mais de 40 anos e esteve à frente de ações de modernização da história recente do órgão, como trabalhos relacionados ao uso e disseminação de estatísticas pela internet e à aplicação de ferramentas de tecnologia voltadas ao levantamento de bases territoriais.

xaram de ser feitas por falta de consumidores circulando pelas cidades.

"[O setor de] Alimentação não costuma ter queda nessa época, mas ela ocorreu", disse a analista Beringuy.

Houve perdas em todos os setores de atividades: indústria (queda de 2,6%), construção (-6,5%), comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (-3,5%), alojamento e alimentação (-5,4%), outros serviços (-4,1%) e serviços domésticos (-5,9%).

As quedas em comércio, alojamento e alimentação e outros serviços, como cabeleireiros e outros prestados às famílias, foram as maiores da série histórica desde 2012.

A queda no serviço doméstico também foi um recorde, assim como o recuo de 7% no emprego sem carteira assinada do setor privado. Também caíram o emprego com carteira (recuo de 1,7%) e o por conta própria sem CNPJ (-3,8%).

O IBGE considera desocupados aqueles que não estavam empregados durante a realização da pesquisa, mas que procuravam uma ocupação.

Considerando quem estava não trabalhava nem procurando emprego, o contingente de ocupados perdeu 2,3 milhões de pessoas, para 92,2 milhões, queda de 2,5% — a maior da série. Desses, 1,9 milhão atuavam na informalidade.

"A população fora da força de trabalho já vinha crescendo, e é importante lembrar que no primeiro trimestre de cada ano, essa população costuma aumentar, porque é um período de férias e muita gente interrompe a procura por trabalho", disse Beringuy.

Em março, porém, houve o agravamento da pandemia. Com estabelecimentos fechados, há pouco estímulo para a busca por uma vaga.

O professor Marcelo Cambria, da Fipecafi, afirma que os dados ainda não mostram o reflexo da pandemia. Ele avalia que o desemprego pode chegar a 15% ou 17%, a de-

pender de quanto dure o isolamento social.

O economista do Itaú Unibanco Luka Barbosa analisa que abril deve seguir a linha de aumento na taxa de desocupação, com melhora em maio, desde que a quarentena acabe.

Já o secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, Salim Mattar, estimou nesta quinta que a taxa de desemprego pode até dobrar por conta do impacto do coronavírus na economia.

"Só vamos saber disso nos meses de julho, agosto, para verificar qual o tamanho do estrago do coronavírus no Brasil", disse, em live promovida pelo banco Credit Suisse.

Também reflexo da pandemia, o IBGE realizou a pesquisa pela primeira vez por telefone, com objetivo de proteger os trabalhadores. Estava, porém, com dificuldades de ouvir os brasileiros.

O coordenador Cimar Azeredo disse que a taxa de resposta dos entrevistados foi de 61,6%, menor do que os cerca de 88% do mês de dezembro.

"A pesquisa não foi desenhada para ser coletada por telefone. Ela tem um tamanho grande, e o que fizemos foi para não ficar sem nenhuma informação", afirmou Azeredo.

Segundo ele, ainda não se pode dizer até que ponto a pandemia muda o resultado da pesquisa. Para Ettore Sanchez, economista-chefe da Ativa Investimentos, o levantamento deve ser prejudicado.

"É claro que o IBGE não faria uma estatística mediana. Estou falando apenas sobre o número de resposta, e questões sobre a representatividade e precisão que essa pesquisa vai ter relacionada aos segmentos dela", disse Ettore.

Barbosa, do Itaú Unibanco, diz que a estatística pode ter ficado distorcida. "Quem está em quarentena provavelmente não está procurando emprego ou não está disponível para trabalhar na semana de referência", analisou.

FILA NA CAIXA PARA SACAR AUXÍLIO EMERGENCIAL É DA NOSSA CULTURA, DIZ ONYX

O ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni, afirmou nesta quinta-feira (30) que espera redução nas próximas semanas do número de pessoas em frente a agências da Caixa (na foto, unidade em Madureira, no Rio) por todo o país para sacar o auxílio emergencial. Mesmo assim, ele disse que as filas vão continuar existindo e deu como justificativa para isso a cultura da população. "Tem uma parcela da população que não tem aplicativo, que não usa o sistema digital, que precisa ir à Caixa ver e pegar o dinheiro. Essa é uma dificuldade que, com bom senso e equilíbrio, vamos enfrentar", afirmou. "Algum grau de fila nas agências da Caixa vai ter porque é da natureza nossa, da nossa cultura", afirmou. Onyx disse que o governo está trabalhando para acelerar os pagamentos. Segundo ele, no começo eram usados dez dias para processar os pedidos e agora essa espera diminuiu para seis ou sete dias



PAINEL S.A.

Joana Cunha

painelsa@grupofolha.com.br

Um por todos

Pouco mais de um mês após falar que as consequências econômicas da pandemia seriam maiores do que as mortes pela Covid-19, o empresário paranaense Junior Durski, dono da rede de restaurantes Madero, se posiciona a favor de liberar leitos de hospitais privados para atender o SUS. "Todo o mundo tem de se ajudar. Não pode deixar alguém morrer porque não tem dinheiro para pagar em uma pandemia. Não estou dizendo para virar socialista no resto da vida", disse ele.

TODOS POR UM No fim de março, quando levantou a polêmica nas redes, Durski dizia que o país não poderia parar por causa de 5.000 a 7.000 mortes, estimativa que se tornou real nos últimos dias. Ele ainda defende sua preocupação com a economia e diz que tem dificuldade em se expressar.

MALPASSADO "Eu não sei colocar ponto nem vírgula nas frases, eu tenho dificuldade em que as pessoas me entendam. Não é fácil quando eu falo. Minha esposa deveria traduzir para as pessoas", diz ele.

AO PONTO Durski afirma que foi questionado por um amigo se ele mudaria de posição caso uma de suas filhas morresse com a doença. A resposta foi que ele confia em Deus e nas estatísticas.

GARUPA Segundo Durski, as vendas nos restaurantes estão em 15% a 20% de antes da pandemia, e o delivery tem ajudado a segurar o caixa, sem ter de recorrer aos bancos ainda.

DICIONÁRIO No plano político, ele avalia o "e daí" de Bolsonaro sobre as vítimas do coronavírus no Brasil como um reflexo da dificuldade do presidente em se expressar, assim como ele. A saída de Sérgio Moro foi triste na opinião de Durski, mas o ministro "se queimou" ao sair falando mal do emprego, diz o empresário.



PROSA

As marcas precisam ser lembradas. Se o restaurante ficar fechado muito tempo, pode ser esquecido

Junior Durski
dono do Madero

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

INDICADORES

JUROS



CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência abril*

Autônomo, empregador e facultativo	Valor mín.	R\$ 1.045	20%	R\$ 209
Valor máx.	R\$ 6.101,06	20%	R\$ 1.220,21	

MEI (Microempreendedor)	Valor mín.	R\$ 1.045	5%	R\$ 52,25
Assalariado	Até R\$ 1.045	Aliquota	7,5%	
De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60	9%			
De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40	12%			
De R\$ 3.134,41 a R\$ 4.101,06	14%			

*O prazo para empresas vence no dia 20 maio, para pessoas físicas, vence em 15 maio.

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Aliquota, em %	Deduzir, em R\$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

Empregado	De 7,5%	97,04 a 14%	713,09
Empregador	20%	250,50 a 14%	1.220,21

*O prazo para o patrão da doméstica vence no dia 7 maio. A guia de pagamento dos patrões inclui a contribuição ao INSS do empregador e da doméstica, o FGTS, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS da doméstica pode ser descontada de seu salário.

mercado coronavírus

Imprimir dinheiro contra a crise?

A menos que abramos mão do controle inflacionário, não é possível monetizar o déficit

Samuel Pessôa

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV) e da Julius Baer Family Office (JBFO). É doutor em economia pela USP

No fim do ano a dívida pública será dez pontos percentuais do PIB maior do que se pensava antes de a pandemia desembarcar por aqui. A elevação será consequência do aumento do déficit público, fruto da redução da arrecadação que advém da queda da economia e da elevação do gasto público, necessária para enfrentar a pandemia.

Várias coletagens têm defendido que haja a monetização do déficit público. Isto é, que o Banco Central emita moeda e envie-a diretamente ao Tesouro

para o financiamento das políticas públicas recentemente adotadas.

Essa medida somente funcionará se abandonarmos o regime de metas de inflação. E, se o fizermos, ela não será necessária.

O Tesouro Nacional, por meio de seu agente, o BC, tem o monopólio da emissão de moeda no território nacional.

O grande bônus é que sempre que o setor privado precisa de mais moeda o BC pode emitir a custo zero e ganhar dinheiro. Esse poder de compra cri-

ado do nada é uma renda do Tesouro, único acionista do BC, chamada de senhoriação.

Mas tudo na vida tem ônus. Como o BC é o monopolista na criação de moeda (sendo rigoroso de base monetária), ele é responsável por operar a política monetária.

O BC opera a política monetária fixando a taxa de juros vigente no mercado em que as condições de crédito são criadas. Trata-se do mercado do caixa dos grandes bancos. É o mercado em que um banco empresta para outro ban-

co ou que bancos emprestam ao BC, ou vice-versa.

Esse mercado é chamado de mercado de reservas bancárias, ou, como preferem os americanos, mercado de moedas.

Se alguém fixa o preço de algo, esse alguém tem que comprar toda a quantidade que os demais agentes estão dispostos a vender a esse preço. Caso contrário, o preço do bem que foi fixado irá cair. Ou seja, não será fixo.

Assim, sempre que à taxa Selic fixada pelo Copom recursos sobrem no caixa dos ban-

cos —sobre os bancos assim escolheram—, o BC emite dívida cujo juro é dado pela Selic e recompra as reservas sobranças.

Ou seja, o ônus do BC de ser o monopolista na criação de moeda é que o custo da liquidez do mercado de reservas em excesso ao que os bancos gostariam de ter, à taxa de juros fixada pelo Copom, é do BC. Em última instância, é do Tesouro.

Se o BC imprimir reservas e transferi-las ao Tesouro e este as gastar, elas retornarão aos bancos. Estes, à taxa Selic fixada pelo Copom, decidirão emprestá-las ao BC, que terá que remunerá-las à taxa Selic. Se o BC não comprar esse excesso de liquidez, fará com que a taxa do mercado de reservas bancárias fique abaixo da Selic, estimulando um processo inflacionário.

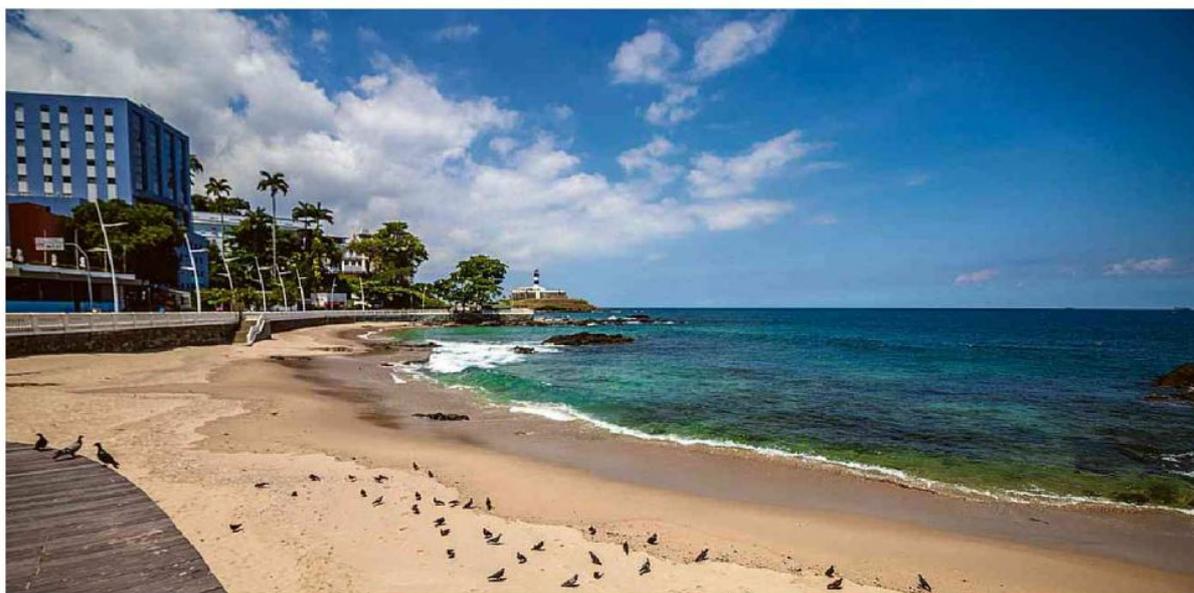
Ou seja, o BC imprimir moeda e transferi-la ao Tesouro

podria ser um equilíbrio momentâneo, a partir do normal funcionamento do regime de metas de inflação, a taxa Selic caísse a zero. Pois nesse caso a taxa de juros fixada pelo Copom para o mercado de reservas bancárias é exatamente a taxa de juros da moeda. Os bancos estarão indiferentes entre carregar no seu caixa reserva bancária ou dívida.

Mas, se a taxa de juros do mercado de reservas bancárias for zero, o Tesouro conseguirá emitir títulos de curto prazo a juro zero e se financiar sem custo.

O problema não é a falta de dinheiro. Dinheiro se cria. O problema é o custo das reservas bancárias. Enquanto pela operação do regime de metas de inflação esse custo for positivo, não é possível monetizar o déficit. A menos que abramos mão do controle inflacionário.

| DOM. Samuel Pessôa | SEC. Marcia Dessen | TER. Nizan Guanaes, Cecília Machado | QUA. Helio Beltrão | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan



Praia de Salvador, na Bahia, completamente vazia por causa da pandemia do novo coronavírus; turismo responde por 10% do PIB da região Nordeste | Igor Santos/Prefeitura de Salvador

Para o turismo do Nordeste, 2020 já acabou

Depois de óleo nas praias, pandemia de Covid-19 afasta visitantes, fecha negócios e deixa informais sem trabalho

João Valadares e João Pedro Pitombo

RECIFE E SALVADOR Nas praias mais movimentadas de Porto de Galinhas, em Pernambuco, a faixa de areia permanece intacta, e quase não há pegadas de pessoas no chão. No badalado Rio Vermelho, onde a noite ferve em Salvador, restaram apenas as estátuas dos escritores Jorge Amado e Zélia Gattai devidamente trajadas de máscaras cirúrgicas.

Após um verão marcado pelo derramamento de óleo nas praias, que afetou visitantes por quatro meses, a pandemia do novo coronavírus deve consolidar um ano perdido para o turismo no Nordeste.

O turismo representa cerca de 10% do PIB (Produto Interno Bruto) da região. Movimento de resorts a pequenas hospedarias, de restaurantes a bugueiros, jangadeiros, baias de acarajé e vendedores de fitinhas do Senhor do Bonfim.

Na Bahia, 90% dos hotéis estão temporariamente com portas fechadas, segundo a seção local da ABIH (Associação Brasileira da Indústria de Hotéis). Dos que mantiveram as portas abertas, a ocupação média é de 10% dos leitos.

"A receita dos hotéis neste período tem sido praticamente zero. É um impacto enor-

me", diz o presidente da ABIH Bahia, Luciano Lopes. A maior parte dos hotéis deu férias coletivas aos funcionários. Mas alguns já começam a demitir e até fechar definitivamente.

Um dos mais icônicos do Centro Histórico de Salvador, o Pestana Convento do Carmo encerrou suas atividades após 15 anos de atividades na cidade. O grupo hoteleiro português informou que tomou a decisão diante da crise causada pela pandemia.

Queridinhos dos turistas estrangeiros, os grandes resorts do litoral norte da Bahia, como Costa do Sauípe e Iberostar Praia do Forte, suspenderam as atividades por determinação da Prefeitura de Matá de São João.

Em Salvador, onde o setor hoteleiro esperava ter o melhor ano em uma década, empresários lamentam. "É uma crise violenta", diz Glicério Lemos, proprietário do Hotel Monte Pascoal, na praia da Barra. Elediz que deu férias aos 70 funcionários e demitiu os temporários que haviam sido contratados para o verão.

O avanço da pandemia e o consequente sumiço dos turistas também teve forte impacto no setor informal, afetando jangadeiros, bugueiros, ambulantes e guias.

Na Chapada Diamantina, in-

terior da Bahia, moradores e visitantes organizaram uma vaquinha para comprar cestas básicas para os guias que atuam no Parque Nacional. A meta é comprar cem cestas básicas no valor de R\$ 100 cada uma com alimentos e produtos de higiene e de limpeza.

Dono de um pequeno receptivo turístico em Maceió, Ivanildo Sabino Alves, 51, estava reerguendo o negócio após um 2019 prejudicado pelo vazamento de óleo, quando parou de vez. "Tínhamos conseguido voltar ao normal. Agora, zero mesmo. Sem turistas, não tenho como trabalhar".

Além de agenciar passeios, ele mesmo transportava turistas em vans e um táxi. Agora, depende da mulher para garantir o sustento da família.

"Minha esposa trabalha na área administrativa de um hospital e está garantindo a bolacha. É esperar passar".

Em Maragogi (AL), um dos destinos mais procurados do litoral nordestino, Juan José Moreno, 39, locatário de uma pequena lancha e de um catamarã, ganha a vida levando turistas para as piscinas naturais paradisíacas no meio do mar.

"Está tudo parado. Estou pensando em entregar as embarcações ao proprietário", disse. Juan se cadastrou para receber o auxílio emergencial

do governo federal, mas ainda não conseguiu ter acesso ao dinheiro. "Sobrevivo disso. Tenho três filhas que dependem de mim", conta.

Em Maragogi, há 200 bugueiros que sobrevivem levando pessoas para pontos turísticos da região. Jefferson Floreano da Silva, 33, é um deles.

"O ano já está perdido para quem trabalha com turismo. Muita gente foi forçada a tirar férias antecipadas, outras pessoas foram demitidas e estão sem dinheiro para viajar. Infelizmente, 2020 acabou", diz.

Em Trancoso, no sul da Bahia, o empresário Erisvaldo Lopes Santos, 47, sofreu um duplo baque. Ele perdeu a sua mulher, Rafaela da Silva de Jesus, 28, que morreu de Covid-19 sete dias após ao nascimento da filha do casal.

Dono de uma empresa de transfer turístico, com uma frota de dez carros, teve que demitir 2 dos 8 funcionários. Agora, vai vender um dos veículos para pagar salários.

"Estou com todos os carros parados há 36 dias. E sem previsão de retomar", afirma. Ele diz que não teve acesso a crédito nem a nenhum tipo de apoio do poder público.

Em Fernando de Noronha, o governo de Pernambuco fechou o aeroporto e decretou quarentena até o fim de abril.

A presidente do Conselho de Turismo da ilha e secretária-executiva da Associação dos Pousadeiros, Auxiliadora Costa, cobra teste de toda a população para as coisas voltarem ao normal rapidamente.

"Temos uma população pequena, e é possível testar todo o mundo", diz Auxiliadora. Especialistas, contudo, afirmam que a testagem em massa, por si só, não é suficiente para garantir segurança para o retorno à normalidade.

No dia 24 de abril, a governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra (PT), liberou a volta de funcionamento de hotéis e pousadas. A retomada das atividades, contudo, ainda não ocorreu.

Muitos funcionários foram demitidos e outros tiveram o contrato suspenso. Com a restrição de voos e a vida das cidades ainda fora da normalidade, empresários do setor têm a avaliação de que não vale a pena abrir as portas agora, por causa da demanda inexistente.

A empresária Ludmila Abreu, 37, dona de um dos maiores receptivos de passeios turísticos da praia de Pipa (RN), suspendeu as atividades no dia 20 de março, três dias antes de o governo estadual anunciar medidas restritivas. "Não quis colocar a empresa em risco. Precisava prote-

ger meus funcionários. Aqui, zerou desde o dia 20 de março", diz. A empresa tinha 15 empregados. Os que tinham condições de receber o seguro-desemprego foram demitidos. Outros tiveram o contrato suspenso, e dois continuaram vinculados à agência.

Ela não espera clientes antes de julho. "Acho que a partir de outubro pode ficar parecido com uma baixa estação".

Em uníssono, empresários cobram medidas como a abertura de linhas de crédito, o adiamento do pagamento de impostos e apoio na divulgação dos destinos turísticos locais no pós-pandemia.

"Vai ser preciso motivar as pessoas a sair de suas casas e voltar a viajar", afirma Luciano Lopes, da ABIH Bahia.

Em nota, o Ministério do Turismo informou que que vem tomando medidas para enfrentar a crise. E citou como exemplo a medida provisória de manutenção dos empregos, do Ministério da Economia, que deve ajudar a manter cerca de 1 milhão de postos de trabalho apenas no segmento do turismo.

O ministério também informou que vai facilitar o acesso a crédito para micro, pequenos e médios empresários do setor por meio do Fundo Geral de Turismo.

mercado coronavírus

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Encaminhada

Não foi só o grande varejo, como Casas Bahia e Ponto Frio, que recorreu às vendas de Whatsapp para tentar salvar o faturamento enquanto as portas estão fechadas durante a quarentena. Joalherias, grifes estrangeiras, estilistas nacionais e salões de beleza também estão usando a rede social para oferecer seus produtos. O resultado fica longe do desempenho das lojas físicas antes de a crise começar, mas o aplicativo foi uma alternativa para impulsionar o comércio eletrônico.

ZAP Na Vivara, a participação das vendas no e-commerce triplicou após o início do isolamento, quando os atendentes passaram a atrair seus clientes pelo aplicativo, segundo Márcio Kaufman, presidente da empresa. "Não foi o suficiente para trazer o que tinha na loja", afirma o executivo.

FIQUE EM CASA Segundo ele, o novo canal, batizado de Joia em Casa, representava hoje 12% das vendas pelo comércio eletrônico da Vivara. A abordagem no WhatsApp é feita só entre os consumidores que fazem parte da base de contato das lojas, diz Kaufman.

XAMPU Fundado em 1958 em São Paulo, o tradicional salão de beleza L'Officiel também aderiu à nova prática. "Quando veio a pandemia, ficamos sem renda, sem poder trabalhar. Ainda não tínhamos estrutura de e-commerce para nossa linha de produtos porque ela era muito nova, foi lançada em dezembro", diz Marcello Pascotto, dono do salão.

PASSARELA Na grife Reinaldo Lourenço, as vendas pelo app estão em 15% do faturamento de um mês normal, segundo Thiago Arikawa, diretor de marketing da empresa. De casa, os funcionários enviam aos clientes imagens de roupas fotografadas antes da paralisação. A equipe fez até figurinhas de WhatsApp para divertir o consumidor.



VITRINE Na China, o mercado de luxo, que foi fortemente abalado pela pandemia, deu sinal positivo logo após as primeiras movimentações da reabertura há poucas semanas.

NO PROVADOR Em algumas marcas do grupo LVMH, dono da Louis Vuitton, Dior, Givenchy e outras, as vendas no país em abril tiveram alta superior a 50% na comparação com o mesmo período do ano passado, de acordo com The Wall Street Journal.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

A HORA DO CAFÉ | Fabiane Langona



Crise trazida pela pandemia acelera o empobrecimento do brasileiro

Continuação da pág. A17

Segundo o economista Samuel Pessoa, mesmo se considerados apenas os últimos anos, o distanciamento entre os dois países foi significativo. Isso porque o PIB per capita chinês (em PPC) atingiu o mesmo nível que o brasileiro apenas em 2016.

"Essa abertura de quase 30% de diferença em apenas quatro anos é muito grande", diz ele, que é colunista da Folha e pesquisador do Ibré-FGV.

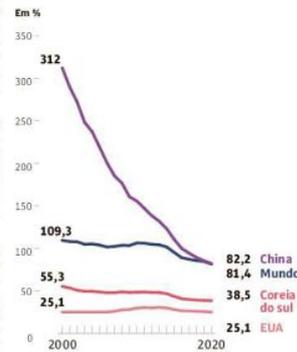
"Isso é fruto da nossa tragédia e do desempenho espetacular da China", afirma. O economista ressalta que há limites para a replicação das políticas adotadas no país asiático, que vive sob um regime autoritário, em nações democráticas, como o Brasil.

"Eles têm atrasado o processo de urbanização e, portanto, o crescimento desordenado das cidades, porque restringem a mobilidade das pessoas", cita o economista. No entanto, há aspectos reproduzíveis do desenvolvimento de países asiáticos, como a valorização da educação e a preocupação com a poupança.

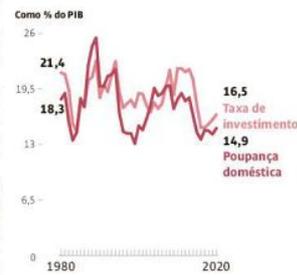
"Nesses países, não há servidores públicos com renda como a do Brasil, não tem criança não estudando, o consumo é mais moderado e as famílias têm reservas", diz.

Na América Latina, alguns desses fatores que conduzem ao crescimento não são tão presentes como na Ásia. No Brasil, tanto a taxa de poupança quanto a de investimento estão, há anos, estagnados em patamares muito baixo e a qualidade da

Renda per capita brasileira como fatia da de outros países



Indicadores como baixos níveis de poupança e de investimento limitam a capacidade de crescimento brasileiro



Fontes: Economist Intelligence Unit (EIU) e Fundo Monetário Internacional (FMI)

Lei de Responsabilidade Fiscal completa 20 anos parcialmente suspensa

Mecanismo da própria LRF interrompe medidas de ajuste fiscal em casos de calamidade ou quando a economia crescer abaixo de 1%

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO A LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) completa 20 anos nesta segunda-feira (4) em uma situação inusual. Devido à decretação de estado de calamidade pública pelo governo federal por causa da pandemia de coronavírus, parte das regras previstas nessa legislação está suspensa.

A União, por exemplo, está dispensada do cumprimento da meta que limita o déficit e do bloqueio de despesas previstos na lei orçamentária de 2020. Para estados e municípios, ficam suspensos prazos para ajuste no excesso de despesa de pessoal e endividamento não só durante a pandemia mas até que a economia cresça pelo menos 1%. Isso ocorre por causa de mecanismos previstos na própria LRF, que permitem suspender medidas de ajuste nas contas públicas para que seja possível aumentar despesas em situações como a atual.

A LRF foi sancionada em 4 de maio de 2000 por Fernando Henrique Cardoso, após tramitar por quase um ano no Congresso. Chegou ao Legislativo após longa negociação do governo com governadores e prefeitos, como destaca José Roberto Afonso, professor do IDP (Instituto Brasileiro de Direito Público) e membro da equipe do Ministério do Planejamento que elaborou o projeto.

Nem todas as medidas previstas na lei foram implemen-

tadas nesses 20 anos. Parte delas foi considerada inconstitucional. Outras foram ignoradas por prefeitos, governadores ou presidentes da República, que encontraram formas de burlar as regras com ajuda do Judiciário e do Legislativo.

"Os problemas que nós tivemos têm mais a ver com políticas fiscais que se revelaram equivocadas e práticas fiscais incorretas, que inclusive geraram o impeachment de uma presidente [Dilma Rousseff], do que com a responsabilidade fiscal. A LRF dá as regras do jogo. Não trata do jogador e não trata do resultado do jogo", afirma Afonso.

Ele diz que a LRF ajudou a criar uma nova cultura, mas que ela deveria ser complementada por outros projetos que não foram aprovados. Afonso cita como exemplo a falta de um limite de endividamento para o governo federal, algo que poderia ser aprovado neste momento para sinalizar que o país volta ao caminho do ajuste fiscal após o final da pandemia e que daria ao Brasil uma regra que existe na maior parte dos países desenvolvidos.

"Muitos dos problemas que a gente teve com a LRF é que se implantou uma disciplina muito dura para estados e municípios, e não sobre a União. E, quando estados e municípios desandaram, desandaram por causa da União, sobretudo quando o governo federal saiu dando empréstimos para eles em 2014. Não posso

ALGUNS PONTOS DA LRF

- Torna obrigatório estabelecer e cumprir metas de resultado primário e da dívida pública

- Exige compensação em caso de concessão de benefício tributário com renúncia fiscal

- Define que é preciso indicar recursos para custeio de aumento de despesas obrigatórias

- Fixa limite para despesa com pessoal para União, estados e municípios

- Define casos para redução de jornada e salário de servidores (ação questiona este ponto no STF)

educação permaneça baixa. Mas, de acordo com Pessoa, há países na região que têm conseguido melhor desempenho relativo, como Chile, Colômbia e Peru.

Para analistas, o fato de o Brasil ter sido atingido pela pandemia com a economia ainda desequilibrada poderá complicar o cenário de recuperação do país mais do que o de outros países.

Wood, da EIU, diz que uma das preocupações é o impacto negativo que o inevitável aumento da já elevada dívida pública brasileira terá sobre as finanças do governo.

Outra é o risco de que muitas pequenas e médias empresas sejam afetadas de forma permanente e acabem falindo. Esses dois fatores, diz o analista, limitarão o potencial de crescimento do Brasil nos próximos anos.

De acordo com especialistas, seria positivo se os efeitos devastadores da crise criassem impeto para a realização de reformas necessárias que vinham sendo discutidas antes da pandemia, como a tributária.

"Há frentes nas quais podemos avançar, como aumentar os impostos pagos por profissionais de renda alta que atuam como PJs [pessoas jurídicas]", afirma Pessoa.

Wood acrescenta que, após a pandemia, os investidores observarão o avanço do Brasil em sua agenda de reformas. Mas, para ele, a proximidade do ciclo eleitoral de 2022 e o cenário político conturbado tornam as perspectivas de progresso nessa frente mais sombrias.

Brasil não vai tão mal na epidemia

Dado o tamanho da população, país tem menos mortes que Europa, mas situação desanda

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

O Brasil não vai tão mal no ranking mundial da pandemia de coronavírus, embora faça força para subir na tabela do morticínio. O horror é grande, mas há piores, feitas as comparações são feitas de modo mais preciso. Não se trata de menosprezar as já mais de 6.000 mortes, mas de pensar melhor o ritmo da epidemia e o que se pode fazer a respeito. Quarenta dias depois da décima vítima da Covid-19, o Brasil contava 23,6 mortes por milhão de habitantes. EUA, 66,8. Alemanha, 63,5. Itália, 254. Rei-

no Unido: 298. Espanha: 363. Coreia do Sul: 3,6 mortes por milhão. Japão: 1,3. A Europa inteira: 62,4. Como é fácil perceber, a comparação pondera o número de mortes pelo tamanho da população. Considera também o número de mortes em estágios similares da epidemia: dias equivalentes depois da décima morte. Um país pode ter mais ou menos mortes apenas porque está no início ou em fase mais tardia do espalhamento da doença. Este exercício é baseado em

trabalho de Pedro Hallal, epidemiologista e reitor da Universidade Federal de Pelotas. Hallal também coordena o primeiro estudo brasileiro que tenta estimar a taxa real de infecção por coronavírus no Brasil, por testes em amostras da população. Duas rodadas da pesquisa já foram realizadas no Rio Grande do Sul. O estudo nacional começa na semana que vem. Hallal vai publicar seu artigo na revista Ciência e Saúde Coletiva. Quando terminou seu trabalho, contava com dados rele-

vantes até 9 de abril. As contas feitas por este jornalista consideram as estatísticas publicadas até 1º de maio, sexta-feira passada. O pesquisador prefere utilizar dados de mortes a fim de medir os avanços da epidemia, mesmo assim com ressalvas. Os números oficiais de casos confirmados, além de subestimar o alcance da doença, são disparates por diferenças internacionais de critérios de contagem. O número de mortes também pode estar especialmente subestimado no Brasil? Chute-

mos que sim. Suponha-se que seja 40% maior — seria o caso se colocássemos todas as mortes por SRAG na conta da Covid-19 (SRAG: Síndrome Respiratória Aguda Grave). Ainda assim, o número relativo de mortes no Brasil seria inferior aos de Europa, EUA ou Canadá. Na América Latina, a epidemia não está em fase tão avançada quanto no Brasil. No trigésimo dia, o número de mortes por milhão de habitantes era similar ao de México e Chile e metade do que se registrava no Peru. Mas era o triplo da taxa argentina e pouco mais que o dobro da colombiana. "Os resultados brasileiros são consistentemente melhores do que os da maioria dos países europeus e consistentemente piores do que a maioria dos países asiáticos", afirma Hallal. Foram relativamente melhores em especial pela adoção precoce do distanciamento social,

afirma o pesquisador. Ter um SUS também ajuda muito. A evolução do número relativo de mortes no Brasil ainda foi mais lenta do que na Europa do 30º para o 40º dia da epidemia (o Brasil está hoje no 44º), similar à de França e Itália, bem melhor que no Reino Unido e bem pior que nos EUA, na Alemanha e na Espanha. Nos últimos dez dias, o ritmo do número total de mortes parou de desacelerar, porém. O presidente da República sobota o distanciamento social e a política anti-Covid em geral. Brasileirices fúnebres, aquelas que nos fazem ter as mais altas taxas de morte no trânsito, por exemplo, parecem se expressar também na avacalhada do isolamento, que tem diminuído e é objeto de campanha de ignorância necrófila, vide as carretas da morte. vinicius.torres@grupofohla.com.br

Senado aprova socorro aos estados e municípios de R\$ 120 bi

Iara Lemos

BRASÍLIA O Senado aprovou em sessão virtual na noite deste sábado (2), por unanimidade, o pacote de R\$ 120 bilhões de socorro aos estados e municípios na crise do coronavírus, sendo R\$ 60 bilhões de repasse direto para o caixa de governadores e prefeitos. O socorro previsto aos entes federados será de quatro meses. Se após esse período estados e municípios ainda estiverem com as contas apertadas, não poderão usar a pandemia para tentar suspender

o pagamento de dívidas que têm com a União. Agora, o texto vai para apreciação da Câmara dos Deputados. Se houver mudanças, volta ao Senado. Só após passar pelas duas Casas a medida será encaminhada para sanção do presidente Jair Bolsonaro. A nova versão do auxílio foi elaborada pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), relator da medida, com a ajuda da equipe econômica do governo. O texto final foi fechado apenas na tarde deste sábado, minutos antes da votação.

Uma das alterações foi feita com o aval do ministro da Economia, Paulo Guedes, garantindo aos servidores que estão atuando diretamente no combate à pandemia não serem atingidos pelo congelamento de benefícios. Pelo texto, são R\$ 60 bilhões de repasses diretos. Desse total, R\$ 10 bilhões irão para o combate ao coronavírus, nas ações de saúde — R\$ 7 bilhões para os estados e R\$ 3 bilhões para as cidades (distribuídos de acordo com a população). O rateio dos R\$ 7 bilhões entre estados será feito de acor-

do como a população do ente (com peso de 60%) e a taxa de incidência da Covid-19 (com peso de 40%). Com isso, segundo Alcolumbre, haverá estímulo para a realização de testes da doença. Os R\$ 50 bilhões restantes para uso livre, a fim de garantir o funcionamento da máquina com a perda de ICMS (estadual) e ISS (municipal), tiveram alteração na reta final antes da votação. Antes, previa-se que metade ficaria para estados e metade, municípios. Com a mudança, feita por meio de uma emenda do senador Eduardo Braga (MDB-AM), o rateio do bolo financeiro ficou em 60% para estados e 40% para os municípios. O valor dos repasses serão abatidos dos encargos da dívida de estados e municípios. O projeto prevê ainda a suspensão dos pagamentos de dívidas de estados e municípios com a União neste ano e com bancos públicos, o que resultará em uma economia de R\$ 49 bilhões. A proposta permitir ainda a renegociação com bancos privados e organismos internacionais, na ordem de R\$ 10,6 bilhões.

A proposta garante também que os recursos sejam destinados mesmo para os estados e municípios que estejam inadimplentes ou que não tenham cumprido algum critério exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, não importando a sua situação cadastral, financeira ou contábil. Como contrapartida da ajuda financeira da União para estados e municípios durante a pandemia, seja feita uma alteração na LRF, a fim de que os gestores fiquem impedidos de criar despesas obrigatórias, como conceder reajustes.

★
★
★

COLEÇÃO FOLHA

Contos e Fábulas Bilingües

NAS BANCAS OU SITE DA COLEÇÃO

“The Brave Tin Soldier”, a clássica história do soldadinho de chumbo de Hans Andersen agora em versão bilingüe.

Apesar de ter só uma perna, o Soldadinho de Chumbo sempre foi muito valente. Nessa história clássica, agora na versão bilingüe (inglês e português), o soldadinho se vê sozinho em uma aventura para voltar para casa. Enfrentando muitos perigos, ele vai despertar a imaginação das crianças até reencontrar a sua bailarina.

APENAS R\$ 19,90* CADA LIVRO

ASSINANTE: na compra da coleção completa, ganhe 4 livros e o frete*.

Ligue (11) 3224 3090 (Grande São Paulo) ou 0800 775 8080 (outras localidades).

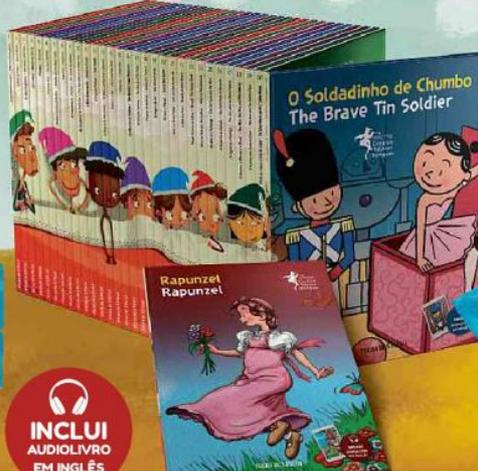
folha.com.br/contosbilingues

*Preço e frete válidos para os Estados de SP, RJ, MG e PR. Para outras localidades, consulte folha.com.br/contosbilingues.



texto em português

texto em inglês



O Soldadinho de Chumbo
The Brave Tin Soldier

Rapunzel
Rapunzel

PRÓXIMO DOMINGO

FOLHA
NÃO DÁ PRA NÃO LER.

Crise trazida pela pandemia acelera o empobrecimento do brasileiro

Em 2000, renda no Brasil era 9% maior que a média mundial; neste ano, deve ser 19% abaixo da média

Érica Fraga

SÃO PAULO A crise econômica causada pelo novo coronavírus deverá acelerar o empobrecimento do brasileiro em relação à média da população mundial, iniciado em 2015.

Segundo dados da consultoria britânica EIU (Economist Intelligence Unit), a renda per capita do Brasil recuará de US\$ 16.676, no ano passado, para US\$ 15.916, em 2020.

Esses valores são aferidos em paridade do poder de compra (PPC), medida que considera a nível as diferenças nos custos de vida dos países para permitir comparações internacionais.

Se a projeção da consultoria se confirmar, a renda média do brasileiro encerrará este ano 18,6% abaixo da média mundial, que deverá cair para US\$ 19.550, um pouco abaixo dos US\$ 19.730 registrados no ano passado.

A diferença reflete uma forte reversão ocorrida nos últimos anos. Em 2000, a renda per capita do Brasil (em PPC) era 9% superior à do cidadão global médio. Essa vantagem relativa se manteve — ora maior, ora menor — até 2014, quando teve início uma das mais severas recessões da história do país.

A crise colocou o Brasil em uma espiral de empobrecimento tanto absoluto — a renda per capita em reais caiu —

quanto relativo, levando o poder aquisitivo de países diversos, como China, Costa Rica, Botsuana e Iraque, a ultrapassar o do brasileiro.

A lenta retomada da economia a partir de 2017 não foi suficiente para alterar esse processo de distanciamento entre a renda brasileira e a de outros países, e, com a crise econômica provocada pela pandemia de Covid-19, a situação tende a piorar.

A EIU, braço do grupo que publica a revista The Economist, foi uma das primeiras a reduzir, drasticamente, sua projeção para o PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil, após a eclosão do coronavírus. A consultoria espera uma con-

tração de 5,5% da atividade econômica do país neste ano.

Logo em seguida, o Banco Mundial e o FMI (Fundo Monetário Internacional) também ajustaram significativamente suas estimativas. As duas instituições multilaterais projetam recuos de 5% e 5,3%, respectivamente, do PIB brasileiro em 2020.

Entre os analistas brasileiros, as projeções, compiladas pelo Banco Central, vêm se deteriorando semana após semana e, atualmente, indicam uma recessão de 3,3%.

“Esse foi um golpe terrível justamente quando o Brasil parecia se levantar de novo e caminhar para um crescimento superior a 2% de forma mais sustentável”, diz Robert Wood, economista chefe da EIU para a América Latina.

Ele destaca que, embora o cenário do país ainda fosse frágil, o desemprego vinha caindo lentamente e havia alguma perspectiva de reformas estruturais, como a tributária, apesar do ruído político.

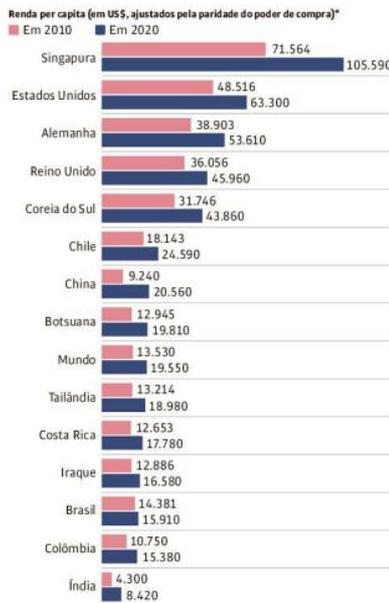
Agora, afirma o analista, o Brasil terá algum poder de fogo para mitigar o efeito da pandemia, mas não tanto quanto outros países.

“Por isso, o sofrimento, particularmente dos mais pobres, será mais severo no Brasil”, diz Wood.

“E há o desafio extra de implementar os programas de assistência anunciados,

Poder de compra do brasileiro

Limitado por desempenho fraco da economia, poder de compra do brasileiro se distancia do de outros países



*A paridade do poder de compra nivela as diferenças de preços existentes entre os países a fim de permitir comparações internacionais. Os dados de 2020 são projeções

“ Há o desafio extra de implementar os programas de assistência [...] em um contexto de alta informalidade e fraquezas institucionais

Robert Wood
economista-chefe da EIU
para a América Latina

como os vouchers [de R\$ 600] para os mais vulneráveis, em um contexto de alta informalidade e fraquezas institucionais”, completa ele.

No primeiro trimestre do ano, 1,218 milhão de pessoas ficaram desempregadas — dois terços delas atuavam na informalidade —, levando a taxa de desocupação a subir para 12,2%, segundo o IBGE.

De acordo com Wood, o cenário brasileiro é complicado também pela falta de consenso e coordenação em relação às medidas de afastamento social contra a Covid-19.

“Isso é algo problemático, que não tem sido tão visto em outros países onde há maior unidade de propósito, incluindo até os Estados Unidos”, afirma o especialista.

A fraqueza anterior da economia brasileira, somada à turbulência institucional recente e à falta de coordenação nas respostas à pandemia, pode agravar a crise econômica.

A queda de 5,5% esperada pela EIU para o Brasil é mais do que o dobro da contração de 2,5% projetada para a economia global.

Isso contribuirá para aumentar o crescente hiato de renda que separa o Brasil da média mundial e de outros emergentes, como a China.

Segundo a consultoria britânica, apesar de sofrer uma forte desaceleração, a atividade econômica no país asiático encerrará 2020 com uma pequena expansão de 1%.

Com isso, o poder aquisitivo do brasileiro (em PPC) ficará quase 30% abaixo do chinês neste ano. Essa distância representa uma mudança brutal em relação ao verificado no início da década de 1980, quando a renda per capita brasileira era 15 vezes maior do que a chinesa.

Continua na pág. A18

TOP 5

23º TOP OF MIND DERH

TECH GENERATIO

BENEFÍCIO MEDICAMENTOS
DOSP - Drogeria São Paulo e Drogerias Pacheco
Epharma
Golden Farma
Farmácia Pague Menos
Univers - Benefício Drogasil e Droga Raia

EDUCAÇÃO EXECUTIVA
Universidade de Arnhem
ESPM
FDC - Fundação Dom Cabral
Sales Paul Escola de Negócios
StartSE

ATRAÇÃO E RETENÇÃO DE TALENTOS
Credencis
The Walt Disney Company Brasil
Itau Unibanco
Magazine Luiza
Senior Sistemas

BENEFÍCIO REFEIÇÃO
Alilo
Ben Vix Vale
Ticket
Valecard
Vale Benefícios

ESPAÇO PARA EVENTOS CORPORATIVOS
Centro de Convenções Rebouças
Pro Hono Centro de Eventos
Grupo Bisutti
São Paulo Expo
Villa Blue Tree

BENEFÍCIOS CORPORATIVOS
Alilo
Droga - Drogerias Pacheco e Drogeria São Paulo
IBM
Naturium
Johnson & Johnson

BENEFÍCIO VALE-TRANSPORTE
Benefício Certo
Benefício Fácil
RB
VB Serviços
Vale nos Benefícios

MEDICINA OCUPACIONAL
Altra Segurança e Medicina do Trabalho
SEG Saúde Ocupacional
BMPC
Engimed Saúde Ocupacional
Vendrame Saúde Ocupacional

DIVERSIDADE E INCLUSÃO
Bunge
Ebans
Sabin Medicina Diagnóstica
Banco Santander
Whisper

COACHING
Fabrício Coaching
IBCC - Instituto Brasileiro de Coaching
Instituto Hódos de Qualidade
SILCoaching
SLAC - Sociedade Latinoamericana de Coaching

PALESTRANTE
Eduardo Carmello
Ricardo Amorim
Leila Navarro
Oscar Schmidt
Prof. Griez

EDUCAÇÃO CORPORATIVA
Allianz Partners
Universidade Corporativa Brasileira - UNIBRAD
Banco do Brasil - UNIBB
Claro
Hospital Albert Einstein

CONSERVAÇÃO E LIMPEZA
Grupo Brasnitas
Grupo GPS
Hansen
Moiheira
Grupo Verzani e Sandrini

SEGURANÇA PATRIMONIAL
Beifort Segurança de Bens e Valores
Haganá Segurança
Grupo Protege
Grupo Souza Lima
Segurpro

GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE
Bayer
Grupo Botocário
Klabon
Novartis
Usiminas

CONSTRUTORA DE BENEFÍCIOS
AON
KLP Soluções em Seguros
Bancora
Qualicorp
iHealth Inteligência em Saúde e Benefícios

SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO COLETIVA
Exal Excelência em Alimentação e Facilities
Apetit Serviços de Alimentação
Cordina Alimentação
Sapone
Sodexo On-Site Brasil

PROMOÇÃO DE SAÚDE
ArcealMittal
Avon
SESI - Serviço Social da Indústria
Unilever
Vale

CONSTRUTORA PARA RH
Employer RH
BWG
Grupo Meta RH
Leme Consultoria
Soulan RH

SISTEMAS DE FOLHA DE PAGAMENTO
ADP Brasil
G.infor
LS - Lugar de Gente
Nalcorp
Techware

DIRIGENTE DE RH
Fernando R. Souza - Unilever
Jean Carlo A. Nogueira - Gol Linhas Aéreas
José Ricardo Amaral - Ticket Services
Laura M. R. da Câmara - Lwart Lubrificantes
Mariane Guerra - ADP

CONTROLE DE FREQUÊNCIA
Agora
Control ID
Dinero Sistemas
Mads
RWTECH

SITE PARA RECRUTAMENTO
Infojobs
Catho
Gupy
LinkedIn
Vagas.com

EMPRESÁRIO DESTAQUE DE EMP.FORNECEDORA
Alex Botoletti - Grupo Souza Lima
Fernando S. B. Medina - Luandre RH
José Roberto Marques - IBC
Laércio Cosentino - Totvs
Paulo Vieira - Fabrício Coaching

CONVÊNIO ASS. MEDICA/SEGURO SAÚDE
Allianz Saúde
Bra-desco Saúde
Unimed
Onewest
Sulamérica

TECNOLOGIA PARA GESTÃO DE RH
Aptela
Grupo Datamace
Senior Sistemas
Starsoft
Totvs

JÓVENI TALENTO DE RH
Alan D. N. de Moraes - Motorantim Cimentos
Daniele Matos - Grupo Botocário
Isabela F. Pinheiro - Bayer
Paula Eckstein - Quatern Shopping Center
Wellington Soares - Grupo Petropolis

CONVÊNIO ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA
Amil Dental
Metlife Brasil
Odontoprev
Instituto Dental
Unodont do Brasil

TEMPORÁRIOS & EFETIVOS
GI Grupo Brasil
Catho
Jobcenter do Brasil LTDA
Luandre RH
RHBrasil Recursos Humanos

PROF. DE VENDAS DE EMP. FORNECEDORA
Luis Felipe A. Bez - Unilever
Marco Antonio Theodoro - VB
Mathias C. Pereira - Farmácias Pague Menos
Mauricio Pedro - Saneac São Paulo
Núbia Lima - Luandre RH

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
Klabon Soluções Educacionais
FGV Online
ILOG Tecnologia
Instituto Educacional Corporativa
Unineve

TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO
Cercivertium
Enros Leaders
PeopleStrategy Consultoria
Saneac São Paulo
SG Aprendizagem Corporativa

ESPECIAL - TECH GENERATION AWARD
Gupy
Kenoby
Pulses
Revelo
Sáides

Conheça os indicados pelo RH ao maior prêmio de reconhecimento de empresas e profissionais. Parabéns a todos! Comecem suas campanhas, a segunda fase da votação já está valendo.

EXCLUSIVE

ibe INSTITUTO DE COACHING

MASTER

SOUZA LIMA

CONVÊNIO FARMACIA

KLP Soluções em Seguros

PREMIUM

Luandre Soluções em Recursos Humanos

apdata Soluções em Recursos Humanos

alelo

SPECIAL

StarSoft **illog** **UNIVERS** **Pague Menos** **odiffreco**

senax **4four** **InfoJobs** **TOTVS**

Votação aberta! Agora, você já pode dar o seu voto. Ou acesse topofmindderh.com.br

relacionamento@topofmindderh.com.br
topofmindderh.com.br
@topofmindderh

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PRESIDENTE Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Marcelo Coelho, Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Colucci, Hélio Schwartsman, Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinicius Mota, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)
DIRETORIA EXECUTIVA Marcelo Benez (comercial), Marcelo Machado Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Tombo global

Coronavírus começa a derrubar economias em escala inaudita; emergentes devem sofrer mais

Já não há dúvida de que a pandemia do novo coronavírus provocará a maior retração da atividade econômica mundial desde a Grande Depressão, iniciada em 1929.

A queda da produção e da renda, abrupta e generalizada em todas as regiões, traz desafios inéditos para os governos e riscos sociais ainda não plenamente compreendidos.

Nos Estados Unidos, a queda do Produto Interno Bruto no primeiro trimestre foi de 4,8%, em valores anualizados, ante o trimestre anterior. Trata-se, contudo, apenas do impacto inicial, já que as restrições para conter a disseminação da epidemia passaram a ser adotadas ao longo de março.

Para o período abril-junho espera-se uma contração dramática, de até 30% na mesma base de comparação. Mesmo nos cenários mais positivos, com distensão paulatina do isolamento social e uma retomada na segunda metade do ano, o PIB americano deve terminar 2020 com baixa de 5%.

O mesmo padrão se dá na Europa, com projeções de encolhimento de 5% a 12% na zona do euro. No Brasil, as estimativas rondam os 3% por ora, mas o tombo esperado aumenta a toda semana. Para o mundo, de forma agregada, o Fundo Monetário Internacional prevê retração de 3% neste ano, ante alta de 2,9% antes da crise.

O cálculo pressupõe uma recu-

peração sem nova interrupção por eventual ressurgimento do contágio. Os cenários alternativos são mais negativos, seja por uma segunda onda de infecção ou por lentidão na saída das quarentenas.

Mesmo assim, não se pode descartar surpresas positivas, caso a epidemia seja controlada. Um fator para isso é a reação dos governos, que tentam minorar a recessão e evitar perdas permanentes de renda e empregos por meio de transferências orçamentárias.

O custo até aqui em geral passa de 5% do PIB e não raro chega ao dobro disso nos países ricos.

Mas, se a pandemia é democrática em sua chegada, atingindo a todos, o mesmo não se dá nas consequências. Há enorme diferença em meios para uma resposta do Estado na intensidade necessária.

Países cujas moedas são aceitas como reserva de valor — caso do dólar e do euro — têm maior facilidade em elevar seu endividamento. Já as nações emergentes enfrentam mais restrições, com riscos de fuga de capitais e interrupção de acesso a financiamento.

O mundo todo sairá desta crise mais endividado e, tudo indica, mais desigual. A crise, por outro lado, aponta com clareza onde estão as carências e, dependendo de boas decisões políticas, poderá abrir espaço para novas prioridades nas políticas governamentais.

Máscaras já

Amplia-se o entendimento de que artefatos devem ser obrigatórios em público contra o coronavírus

Todos se lembram das cenas patéticas em 18 de março. Numa das primeiras entrevistas sobre a doença Covid-19, o presidente Jair Bolsonaro e vários de seus ministros manipulavam sem parar máscaras brancas, contrariando recomendações técnicas sobre o uso do equipamento de proteção individual.

Naquela altura, autoridades sanitárias internacionais e do Brasil ainda insistiam no equívoco de contraindicar o uso da proteção individual por todos, recomendando-o só para doentes sintomáticos e profissionais de saúde. No Plano, o que se via era puro teatro.

Não por acaso, o Brasil aparece no topo da lista dos países em que a taxa de infecção é mais alta. O mau exemplo presidencial e o desincentivo ao dispositivo facial se compõem com o fiasco na disseminação de testes e na notificação realista de casos e mortes para manter a curva da epidemia em alta.

Desde então, só o ministro Paulo Guedes (Economia) tem se apresentado de modo consistente por tanto o dispositivo, em obediência à razão que terminou por se impor: máscaras devem ser envergadas por todos em público.

Além de oferecerem alguma proteção, imperfeita que seja, a quem a utiliza, elas evitam que infectados com CoV-2, mas sem sintomas,

transmitam o vírus sem se dar conta. Por esse motivo governantes no mundo todo, tardiamente em São Paulo também, passaram a recomendar seu emprego.

Bolsonaro caminhou na direção oposta, revelando sua verdadeira face diante do flagelo da Covid-19. Abandonou o apetrecho e intensificou a presença em aglomerações, não raro incentivadas por ele e os filhos. Se questionarem, é capaz de retorquir com o característico desdém pela saúde alheia — e daí?

A partir de segunda (4), máscaras se tornam obrigatórias em meios de transporte público na capital paulista e em todo o estado — a regra ainda precisa ser generalizada. Empresários perceberam a urgência e se engajaram no esforço para distribuir os artefatos à população.

A relação custo-benefício da medida se mostra favorável, pois o acessório é barato e fácil de fabricar, até em casa. A corrida inicial por compras e estoqueagem indevidas se diluiu, e hoje a disponibilidade para profissionais de saúde é questão de logística e recursos.

Lamentavelmente, o Brasil figura na cena mundial como uma nação que negligencia suas obrigações sanitárias, mas boa parte dos brasileiros já reage para demonstrar que a verdadeira face do país exhibe altruísmo e solidariedade.



Podemos usar cobaias humanas?

Hélio Schwartsman

SÃO PAULO Até onde vai a autonomia das pessoas? Qual o nível de perigo que cada um de nós está autorizado a correr? Instituições podem beneficiar-se do risco assumido por indivíduos?

Ainda não temos uma vacina contra a Covid-19, mas estão em curso várias iniciativas para desenvolvê-la. Fala-se, não sem uma boa dose de otimismo, em um ano e meio até que uma esteja disponível. O ponto central aqui é que, em tese, seria possível reduzir em vários meses o tempo de testes da vacina se permitirmos que voluntários que a tenham tomado se inoculem de propósito com o vírus para descobrir rapidamente se o imunizante de fato funciona. É ético fazê-lo?

No plano individual, não penso que haja muito espaço para dúvida. Se eu posso tentar escalar o Everest, por que não poderia correr um risco menor participando de um experimento em que me contaminasse propositalmente com o Sars-CoV-2? No primeiro caso, eu atenderia apenas a meu ego alpinístico, no segun-

do, estaria prestando um serviço à humanidade.

A questão se torna mais complexa quando perguntamos se é aceitável que uma instituição como a ciência, que deve sempre balizar-se por rígidos critérios éticos, participe de uma iniciativa que de algum modo coloque pessoas em perigo.

Eu concordo que, para a ciência, as linhas vermelhas devem ser mais estritas do que para indivíduos. Um experimento que envolva matar diretamente uma pessoa será sempre necessariamente antiético. Mas penso que, se o nível de perigo individual for relativamente baixo e o benefício esperado, alto, a ciência pode aceitar ações altruístas de voluntários, desde que estejam devidamente esclarecidos dos riscos e não se pousem esforços para minimizá-los ainda mais.

Na ética que pauta as investigações científicas, afinal, todas as vidas valem o mesmo e, no atual quadro pandêmico, cada semana de antecipação de uma vacina significa milhares de mortes a menos.

heio@uol.com.br

O líder da carreta

Bruno Boghossian

BRASÍLIA Dias depois da primeira morte por coronavírus no país, três a cada quatro brasileiros concordavam com medidas de isolamento para reduzir a disseminação da doença. Entre os que aprovavam o desempenho de Jair Bolsonaro na crise, 75% também achavam que o governo deveria proibir as pessoas de saírem às ruas por algum tempo.

Naquela segunda quinzena de março, apoiadores de Bolsonaro enxergavam a pandemia mais ou menos como o restante da população, segundo o Datafolha. Metade deles achava que haveria poucas vítimas, mas a maior parte considerava o vírus um problema muito sério. Então, o presidente decidiu atrapalhar.

As últimas pesquisas mostram que, embora a maioria da população ainda apoie o isolamento, os bolsonaristas passaram a se mover rapidamente em sentido contrário.

Não foi por acaso. Nos últimos 40 dias, Bolsonaro reforçou sua cruzada contra as restrições impostas por governadores e prefeitos. No fim de março, ele fez o pronunciamento de-

lirante na TV em que chamava a doença de resfriadinho. Depois, o governo encomendou uma campanha publicitária para incentivar a volta ao trabalho no meio da pandemia.

Na última semana, o Datafolha perguntou a opinião dos brasileiros sobre o isolamento. No grupo de entrevistados que classificam o desempenho do presidente contra o coronavírus como ótimo ou bom, só 39% afirmaram que é importante manter as pessoas em casa. No restante da população, esse índice foi de 78%.

Metade daqueles que aprovam o trabalho de Bolsonaro na crise acredita que é melhor acabar com o isolamento para estimular a economia e conter o desemprego, mesmo que o vírus se espalhe. Apenas 15% dos demais brasileiros pensam assim.

A influência é visível. Bolsonaristas continuam fazendo carreatas em que reproduzem o discurso do presidente. Na sexta (1º), manifestantes ligaram um alto-falante em frente a um hospital de campanha. Naquela dia, o país ultrapassou a marca de 6.000 mortos pelo coronavírus.

Do riso à revolta

Ruy Castro

RIO DE JANEIRO Entre as atividades de Marty Konigsberg, proeminente cidadão do Brooklyn, em Nova York, nos anos 40, estavam vender palpites para lutas "arranjadas" e receber objetos, digamos, roubados. Ninguém ficou rico por sua causa, porque ele só trabalhava com ladroes de quinta, mas um dos objetos — uma máquina de escrever Underwood, que ele levou por dois dólares e deu a seu garoto — teve um nobre destino. De lá saíram os primeiros textos, frases e roteiros de Woody Allen.

Esta é uma das histórias contadas por Woody em sua autobiografia recém-lançada, "Apropos of Nothing" — a respeito de nada. O título é enganador. Em suas 288 páginas, Woody fala de tudo e se dedica, inclusive, a uma autodepreciação em regra, impensável para as platéias que seus filmes seduziram nos últimos 50 anos.

Woody zomba de sua imagem de "intelectual" — que atribui ao fato de usar óculos — e cita uma longa lista de livros que, até em seu prejú-

zo, nunca leu. Em jovem, por exemplo, agarota que ele queria namorar insistia em citar um sujeito chamado Stendhal, enquanto ele só queria falar das bochechas de "Cuddles".

"Cuddles" era o apelido de S.Z. Fakall, um amado ator coadjuvante, famoso por sacudir as bochechas (ele fez o chefe dos garçons em "Casablanca"). Esta é só uma das mil referências de Woody a figuras e gêneros da cultura americana que o marcaram, a maioria de trânsito quase impossível para qualquer língua. Imagine traduzir "Ulisses", de James Joyce, reescrito por Damon Runyon — eu não encararia.

Para os afins a pelo menos metade das referências, "Apropos of Nothing" é uma obra-prima do humor. Mas Woody teve de dedicar boa parte dele a se defender da infame pecha de tarado, lançada por sua ex-namorada Mia Farrow e por Dylan, sua filha adotiva. O livro se torna então uma versão pessoal e pungente do "Eu Acuso", de Emile Zola, e o riso dá lugar à revolta.

Veneza

Marcos Lisboa

Presidente do Insper, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda (2003-2005). Escreve aos domingos

Em 1224, Veneza tornou-se senhora de uma vastidão de terras, passando a controlar 1/8 do Império Bizantino, várias ilhas, a costa ocidental da Grécia e outras regiões, resultado de uma guerra lendária.

Enrico Dandolo comandava a armada de Veneza na cruzada ungida pelo papa Inocêncio 3º. Peripécias levaram os invasores a tentar herver o trono usurpado do rei de Bizâncio. Constantinopla era a cidade mais impressionante da cristandade, e o ataque inicial foi rechaçado.

O velho líder não teve dúvidas e mandou sua embarcação avançar solitariamente em direção à costa. Incredivelmente, foi bem-sucedido. A bandeira de Veneza foi fincada em solo. Seus aliados o seguiram.

Após a vitória, Dandolo negociou habilmente os espólios e morreu pouco depois, sendo enterrado na grandiosa Hagia Sofia. Veneza, porém, recusou o império legado. Controlar estrangeiros custava caro e a desviação da fonte de riqueza, o comércio. Apenas não aceitava perder o controle da sua rota de navegação.

Em "Venice: A New History", Thomas Madden conta a história da cidade inesperada.

Alguna no norte da Itália possui muitas ilhotas. No fim do Império Romano, com as seguidas invasões bárbaras, moradores da redondeza passaram a ocupá-las para se proteger. Sua sobrevivência dependia da pesca e da extração de sal para comercialização.

As guerras acabaram por induzir a povoação nas terras inóspitas no centro da laguna, que, com muito aterro e pontes, tornou-se Veneza.

A natureza e o domínio da navegação resultaram em uma sociedade peculiar. Sem terras, não havia regime feudal. A cidade dominada por comerciantes era liderada pelo doge, escolhido pela população. Alguns tentaram transformar o cargo em hereditário, mas Veneza em geral descartava os herdeiros.

Em 1192, a cidade elegeu, por vias indiretas, Dandolo como doge. Ele tinha 85 anos e era cego havia duas décadas.

Seu juramento de posse foi, em boa parte, dedicado a prometer o que não iria fazer, como divulgar segredos de Estado ou conduzir os negócios comunitários sem a aprovação do conselho do doge. No governo, ordenou a codificação das leis, entre outras reformas.

Quatro dignitários vieram negociar a participação na cruzada, explicou que não tinha autoridade para fazer acordos. Seguindo a governança, a proposta foi apresentada ao conselho do doge, que estimou os custos da empreitada. Posteriormente, foi aprovada pelo conselho da corte.

Dandolo iniciou a travessia aos 95 anos e, aos 97, liderou, cego e em pé na proa, o desembarque em Constantinopla.

A Veneza de 1202 parece saber mais do Estado de Direito do que o mandatário em Brasília.

mpme coronavírus



Adislene Araújo Pereira, 36, dona do restaurante Fazendinha, na zona sul de São Paulo Mathilde Missioneiro/Folhapress

Em vez de ajudar, voucher de desconto pode gerar mais dívida

Empresário deve ver promoção como forma de crédito e avaliar se não vale mais a pena pedir empréstimo a banco

Dante Ferrasoli

SÃO PAULO Muitos negócios que tiveram de fechar as portas ou funcionar de maneira restrita durante a quarentena encontraram nos vouchers de desconto uma saída para a crise. Especialistas dizem que a prática é válida neste momento de exceção, mas que é preciso cuidado ao adotá-la.

O modelo funciona assim: o cliente compra hoje, mais barato, um produto ou serviço que só vai consumir quando a situação voltar ao normal. Na prática, o empresário pega um empréstimo com o freguês.

"A lógica por trás disso é a de uma operação de crédito. Você compromete o resultado futuro para conseguir um dinheiro emergencial", afirma Rubens Massa, professor do centro de empreendedorismo da FGV (Fundação Getúlio Vargas).

"Se o empresário não tiver um controle muito grande, ele pode ter um acúmulo de pedidos que não vai conseguir entregar lá na frente", completa.

Wilson Poit, superintendente do Sebrae-SP, explica que pode ser mais barato procurar uma linha de crédito para passar pelo período da pandemia. Ele lembra que há opções com juros baixos, que chegam a 0,35% ao mês — dependendo do desconto ofertado, o voucher pode sair mais caro para o empreendedor.

Ele afirma, porém, que essa é a opção mais simples para quem tem pressa. "As linhas de crédito são mais burocráticas, e há gente que não consegue a aprovação porque não tem o nome limpo."

Para quem preferir emitir os vouchers, a recomendação é oferecê-los primeiro, aos clientes mais antigos, que tendem a aceitar descontos menores. Na hora de planejar as promoções, é importante levar em consideração a formação do custo do produto e a inflação, tomando cuidado para não dar um abatimento que leve ao prejuízo.

Dono da rede de franquias de limpeza Maria Brasileira, Felipe Buranello, 32, liberou

a prática para seus 250 franqueados. Segundo ele, cerca de 15% das unidades aderiram aos vouchers. O resto preferiu outros tipos de promoção.

"Não foi algo obrigatório, só mais uma opção para quem precisasse e achasse que daria certo", diz ele. Cerca de 500 vouchers já foram emitidos na rede.

Um dos franqueados que adotou o modelo foi Daniell Caldeira, 34, que tem quatro unidades, todas em São Paulo. "Começamos emitindo apenas para novos clientes, em 20 de abril. Atrairamos cerca de 20 pessoas", afirma. O programa agora deve valer também para clientes antigos.

Em suas lojas, o consumidor pode comprar o serviço de limpeza para utilizá-lo quando se sentir confortável para receber alguém em sua casa.

A tática do desconto tem ajudado a pagar as contas, já que as unidades tiveram queda média de 70% de faturamento entre março e abril. Já Adislene Araújo Pécora,

36, dona do restaurante Fazendinha, na zona sul, prefere evitar esse tipo de promoção.

"Pra mim, isso seria só segurar meu problema. Vendo os vouchers e amanhã vou ter de cozinhar tudo de uma vez. E se não tiver dinheiro para comprar os insumos? Faço outra dívida? Viraria uma bola de neve", afirma.

Ela tinha acabado de ampliar o estabelecimento quando foi decretada a quarentena e ainda está pagando pela reforma — mais um motivo para querer passar longe de novos compromissos de pagamento futuros.

Ela, agora, está trabalhando com delivery e retirada de pedidos. Para não perder os clientes, não tem repassado a eles o aumento do preço dos alimentos no atacado.

Adislene diz que a prática tem funcionado. "Vendo mais ou menos o quanto vendia antes da crise. O ruim é que, com a ampliação, pretendia triplicar os ganhos, mas não acho justo repassar os preços agora", afirma ela, que fatura cerca de R\$ 40 mil por mês.

O empresário Henry Fernandes, por sua vez, confiou nos vouchers para atingir uma meta. Após fazer contas, viu que precisaria de R\$ 15 mil para pagar as contas de 40 dias do salão de beleza Henry Fernandes Coiffeur, na zona leste.

Ele ofereceu 20% de desconto para as clientes que comprassem o serviço agora para recebê-lo em até um mês após a volta às atividades.

"Peguei a moto e fui à casa de cada uma delas para passar a maquininha. Quem mora longe pôde pagar online", conta. Essa alternativa, junto com a venda de produtos capilares, já rendeu ao empresário pouco mais de R\$ 16 mil.

Ele diz que preferiu fazer esse tipo de promoção em vez de ir atrás de linhas de crédito porque queria fugir da burocracia e também garantir o serviço do salão para o primeiro mês pós-pandemia.

"Há clientes que não vão ter condições de vir no começo. A crise afetou todo mundo, e ir ao salão é supérfluo, por isso não tenho medo de não dar conta de atender todo o mundo quando reabrir", diz.

O sistema de vouchers também tem funcionado para a Delinea, que fabrica e vende cortinas e persianas sob medida. A empresa fez, em dez dias, 30 vendas dessa maneira. O desconto é de 10%, e o pagamento, que antes da pandemia poderia ser dividido em duas vezes, agora pode ser feito em até quatro parcelas.

"Não é um desconto tão agressivo, mas suficiente para manter a equipe. Não posso me desfazer de ninguém para conseguir cumprir esses compromissos depois", afirma Tanieli Meira, 28, sócia.

A instalação só será feita quando o cliente se sentir confortável para receber os profissionais em casa. A companhia, que tem nove funcionários, faturou R\$ 1,8 milhão no ano passado. Por causa da crise gerada pela Covid-19, a cifra deve ficar em R\$ 1 milhão em 2020, segundo a sócia.



Felipe Buranello, 32, fundador da rede de franquias de limpeza Maria Brasileira Divulgação

Quando é hora de fechar as portas para evitar um prejuízo maior

Cristiane Teixeira

SÃO PAULO Neste momento de retração econômica, o empresário precisa avaliar se seu negócio tem chances de se recuperar ou se é melhor fechar as portas agora para não se afundar mais em dívidas.

O empreendedor tem o desafio de tentar imaginar quanto tempo a crise vai durar e como será a retomada da economia, se imediata ou gradual, diz David Kallás, professor de estratégia do Insper. "Quanto mais demorar, maior será o déficit a recompor."

Outro componente fundamental é o interesse do público em consumir — ou voltar a comprar — determinado pro-

duto ou serviço, afirma Dariane Fraga, professora da FIA (Fundação Instituto de Administração), da Universidade de São Paulo.

Se o empresário não está tendo lucro, mas faz o controle das finanças e tem a expectativa de bons resultados no ano que vem e nos dois seguintes, vale a pena enxugar tudo o que for possível a fim de não ficar no prejuízo agora e, assim, aguentar até o pior passar, diz a especialista.

Não é o mesmo que se aconselha a quem experimenta sérias dificuldades e está cheio de dívidas — por adiar o pagamento de impostos e fornecedores ou assumir empréstimos bancários.

A esse segundo grupo de empresários, os dois professores recomendam que eles se perguntem: "Minha capacidade de gerar lucro no futuro será suficiente para quitar as dívidas que estou contraindo hoje e para cobrir as despesas que o negócio continuará tendo depois?"

"Se a resposta for negativa, às vezes é melhor tomar uma decisão drástica e fechar imediatamente", afirma Fraga.

Ela adverte que, nessas situações, o empreendedor nem deve recorrer à interrupção temporária dos contratos de trabalho ou à redução de jornadas e salários, porque essas medidas previnem uma estabilidade ao em-

pregado pelo dobro de tempo que forem adotadas.

O empresário que desiste do negócio antes de falir tem a opção de tentar vendê-lo para um concorrente maior, com condições de absorver os custos e dívidas, segundo Kallás. "Se a empresa era lucrativa antes da pandemia, crescem as chances de passá-la para frente."

Já Wilson Poit, superintendente do Sebrae-SP, tem uma visão contrária. "Fazendo uso de todas as medidas governamentais, dá para manter o negócio quase parado, mas respirando, por até seis meses. O empresário não precisa fechar. Acreditamos que vamos sair desta crise a par-

tir de junho."

Quem necessita um empréstimo deve conversar diariamente com o gerente do banco até encontrar uma linha de crédito com juros baixos e carência de até um ano para começar a pagar, segundo Poit. "Essas linhas existem, mas demora até o pessoal dos bancos conhecer os detalhes e começar a disponibilizá-las."

O superintendente do Sebrae recomenda que os pequenos empresários, em vez de se desesperrarem, busquem soluções. Entre elas, diminuir custos, pedir ajuda a fornecedores e clientes fiéis, recorrer ao digital para vender — mesmo aqueles que nunca fizeram isso —, capacitar-se e

pensar em novas estratégias.

"Alguns negócios estão se reinventando. Sei de confecções que agora fazem aventais médicos e máscaras; de produtores de ovos que perderam clientes entre os restaurantes, mas estão atendendo aos mercadinhos; e até de uma oficina mecânica que passou a oferecer a revisão de carros enquanto eles estão sem uso", diz.

Os empresários que resistem à crise devem encontrar vantagens no mercado, afirma Kallás. "Infelizmente, muitos ficarão pelo caminho. Isso significa que o perfil da concorrência será diferente: sobrarão as empresas mais sólidas."

Crise do coronavírus pode tirar até R\$ 500 bi do consumo

Retração na renda das famílias compromete o principal motor da economia

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO A crise do coronavírus, que já compromete a renda e o poder de compra das famílias, pode tirar até R\$ 500 bilhões dos bolsos dos brasileiros neste ano. A retração vai levar à redução da demanda e da produção em diversos setores, minando a força da recuperação no pós-pandemia. Áreas como turismo e transporte já sentem a contração na demanda, mas, com base na queda de consumo observada em outras crises, a tendência é que a retração se espalhe por outros segmentos, até no setor de alimentos.

O consumo das famílias é o principal motor da economia brasileira — equivale a cerca de dois terços do PIB (Produto Interno Bruto).

Segundo cálculos do Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), a suspensão de atividades provocará uma contração de até 8% no consumo das famílias brasileiras e uma queda de até 15% na massa salarial dos trabalhadores. Os números consideram o cenário mais pessimista traçado pela instituição, de uma queda de 7% do PIB brasileiro.

No cenário otimista, que projeta uma retração de 3,4% da economia, o consumo teria um recuo de 4% e os salários de 5,9%, sempre considerando as medidas já anunciadas pelo governo para amenizar a queda na renda dos trabalhadores, que ainda assim ficaria em mais de R\$ 200 bilhões.

Se o pior cenário se confirmar, o consumo das famílias registrará o pior resultado da série histórica do IBGE, com início em 1995. Na melhor hipótese considerada pelo Ibre, o indicador praticamente repete o desempenho de 2016, quando recuou 3,8%, diante da queda de 3,3% do PIB — mas essa projeção se torna cada dia menos factível. A queda na massa de salários é recorde nos dois cenários traçados.

O consumo, nos últimos três anos, cresceu a uma taxa média de 2%, praticamente o dobro do desempenho geral da economia. Ou seja, representou um motor importante para evitar a estagnação.

As medidas anunciadas pelo governo para minimizar a perda na renda de trabalhadores formais e informais vai repor apenas parte da redução dos salários. A MP (Medida Provisória) 936 permite que as em-

presas suspendam contratos de trabalho de seus funcionários e reduzam jornada e salários. Trabalhadores que tenham o contrato suspenso ou reduções de jornada e salário terão um benefício do governo que pode chegar a 100% do que receberiam de seguro-desemprego em caso de demissão (que hoje varia entre R\$ 1.045 e R\$ 1.813,23).

Esse benefício será acumulado, na maioria dos casos, com o pagamento de uma ajuda compensatória mensal pelo empregador. Mesmo assim, o valor final pago deverá ficar abaixo do rendimento médio dos trabalhadores como carteira, de R\$ 2.340.

Para o trabalhador informal, foi criado o programa de auxílio com valores de R\$ 600 e R\$ 1.200 mensais. Nas duas hipóteses, o valor do auxílio conhecido como "coronavoucher" está abaixo da renda média do trabalhador sem carteira, que é de R\$ 1.427.

Mais de 4 milhões de pessoas já estão recebendo compensações, segundo o Ministério da Economia. Há ainda

1 milhão de trabalhadores demitidos desde o início de março e que receberão o valor normal do seguro-desemprego.

O governo também anunciou o reforço do Bolsa Família e o saque extraordinário do FGTS. Sem essas medidas, a contração seria ainda maior. Sob a ótica da produção, o setor mais afetado pela crise deve ser o de serviços (incluindo comércio), com uma contração de 16% na pior hipótese traçada pelo Ibre, ante queda de 12% na indústria.

Dados da empresa de pagamentos Stone mostram que as vendas dos serviços de turismo e eventos, por exemplo, tiveram queda superior a 90%, segundo dados que comparem os períodos de 5 de janeiro a 21 de março e de 22 de março a 17 de abril. Também houve queda nas vendas de softwares, peças para veículos, flores e material de construção.

Levantamento da Nielsen que inclui hipermercados, supermercados e redes de mercados de vizinhança, Cash&Carry (as chamadas redes de

atacarejo) e farmácias mostram que o consumo de alimentos nesses estabelecimentos cresceu, mas isso não significa necessariamente ganhos para todas as empresas envolvidas nessas cadeias.

O aumento foi de 12% em relação ao mesmo período do ano passado, sendo que cerca da metade do crescimento se deu a partir da acumulação de estoques para despesa na segunda quinzena de março, fator que pode estar distorcendo o resultado.

"Nesse período acumulado, a gente vê um movimento de ganho de consumo, acima do que se costuma vender, bastante puxado pelo início do isolamento, na semana de 22 de março. Foi uma semana de crescimento muito expressivo, um patamar de vendas que chegou a ficar em linha com a venda da Black Friday do ano passado. Algo atípico para um mês de março", afirma Fernanda Vilhena, gerente de atendimento ao Varejo da Nielsen Brasil.

Vilhena diz que os números mostram apenas as vendas feitas a pessoas físicas ou pequenos varejistas, aqueles que vão a esses estabelecimentos. Não inclui parte relevante da venda de alimentos, que é feita, por exemplo, para redes de restaurantes, que restringiram suas atividades por causa da quarentena.

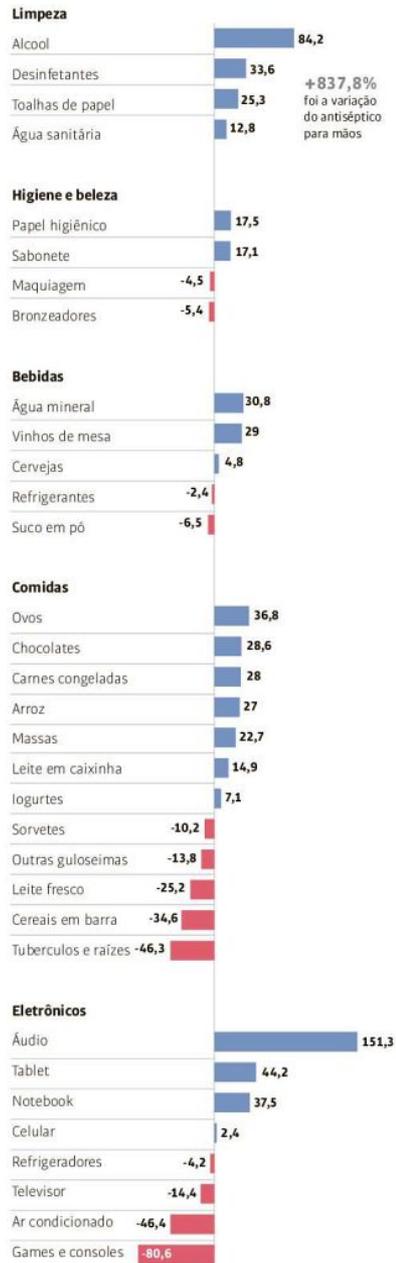
Dados da POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares) de 2017-2018 mostram que um terço dos gastos do brasileiro com comida eram alimentação fora do domicílio. Dois terços foram feitos com alimentação na residência, mas essa relação deverá se alterar em 2020 por conta da quarentena.

Além disso, muitos varejistas tiveram aumento de custos, por causa da alta de preços e das medidas necessárias para ampliar medidas de higiene de forma a proteger clientes e funcionários.

"Embora o resultado das vendas seja muito positivo, os custos aumentaram muito, com limpeza de lojas, revisão da parte logística, alguns adaptaram para separar quem está no caixa do consumidor. Os produtos também estão mais caros e não dá para repassar para o consumidor. As vendas estão acontecendo, mas na hora de colocar tudo na balança, nem sempre o resultado é positivo", afirma a gerente de atendimento ao Varejo da Nielsen Brasil.

Varição na venda de produtos em cadeias de mercados, cash&carry e farmácias

Em %**



*Dados da empresa de pagamentos Stone que comparou os períodos de 5 jan a 21 mar e de 22 mar a 17 abr.
**Levantamento da Nielsen que inclui hipermercados, supermercados e redes de mercados de vizinhança, Cash&Carry (as chamadas redes de atacarejo) e farmácias. Variação das vendas em 2020 até o dia 12.abr em relação ao mesmo período de 2019

Mudança no perfil do consumo durante a pandemia

Varição de volume*, em %



Quem planeja tem futuro

Planejamento financeiro é adequado para qualquer pessoa, idade ou faixa de renda

Marcia Dessen

Planejadora financeira CFP ("Certified Financial Planner"), autora de "Finanças Pessoais: O Que Fazer com Meu Dinheiro"

Se engana quem pensa que planejamento financeiro é coisa de gente rica. Os benefícios de um bom planejamento são inúmeros e adequados para qualquer pessoa — não depende da idade, da profissão ou faixa de renda.

Muitos não fazem orçamento e acham que são capazes de controlar os números de cabeça. Não é bem assim. Basta um exercício de colocar tudo no papel ou em uma planilha e constatar que estavam enganados.

Quem ganha pouco tende a dizer que não sobra dinheiro.

Com o salário totalmente comprometido com as despesas recorrentes e algumas voluntárias, não percebe a oportunidade de mudar as coisas, repensar a maneira como se relaciona com o dinheiro e ponderar antes de realizar novos gastos.

Quem ganha bem tende a gastar muito, sem planejamento prévio, sem estabelecer prioridades e limites, e acaba cometendo os mesmos erros dos menos afortunados. Não raramente, recorre ao caríssimo crédito rotativo para financiar

os excessos de consumo.

A imensa população de brasileiros endividados e inadimplentes reúne pessoas de várias faixas de renda, demonstrando não ser esse o fator que determina a capacidade de pagamento das pessoas, mas seu comportamento, estilo de vida, hábitos de consumo.

O segredo para ficar rico não é ganhar muito, mas gastar pouco, respeitar limites, fazer escolhas conscientes. Como fazer isso? Com planejamento, decidindo a destinação de cada parcela do salário.

O primeiro pagamento é seu, destinado a projetos importantes de longo prazo, como o seu futuro. Transfira para um investimento no mesmo dia do recebimento do salário, antes que seja envolvido no turbilhão de despesas que virá na sequência.

Depois, destine parte do salário para a necessária reserva financeira que permitirá tranquilidade na hora de enfrentar imprevistos e despesas emergenciais.

Agora que as suas prioridades foram atendidas, calcule

novo valor disponível e organize os pagamentos, separando as despesas obrigatórias das voluntárias. Para as obrigatórias, recorrentes e importantes, não há muito espaço para decidir se vamos ou não pagar, mas podemos administrá-las.

Comece com as despesas de moradia: aluguel, condomínio, luz, água, IPTU, manutenção etc. Educação e saúde também são relevantes e merecem destaque no orçamento.

Alimentação é um item que podemos administrar consumindo produtos da estação, comida caseira em casa ou no trabalho, e restringindo refeições fora de casa, quando for necessário apertar o cinto.

Elabore o orçamento conforme o seu perfil de despesas. As prioridades e a distribuição dos recursos podem diferir bastante de uma família para outra. Uma pessoa solteira, um casal sem filhos ou com três fi-

lhos, uma família que acolhe e mantém um ou mais idosos, por exemplo, farão escolhas distintas, respeitando a importância e a relevância de cada item do orçamento.

O desafio é pagar tudo com os recursos disponíveis em cada mês, sem utilizar o limite do crédito rotativo do cheque especial e do cartão de crédito.

Os gastos voluntários, que podem ser evitados ou adiados, ficam para o fim da fila.

Uma boa organização e planejamento há de abrir espaço para o lazer e para as coisas menos desnecessárias, mas que queremos tanto. Só quando e se sobrar dinheiro...

Saiba que cerca de 80% das pessoas ricas não nasceram em berço esplêndido e formaram sua riqueza e patrimônio em uma geração, com muito trabalho, persistência e decisões financeiras sábias.

marcia.dessen@gmail.com

Economias de Sul e Sudeste devem sofrer mais com Covid-19, diz BC

O Globo · 1 maio 2020 · GABRIEL SHINOHARA gabriel.shinohara@bsb.oglobo.com.br BRASÍLIA

Por ter suas economias mais ligadas à indústria e ao comércio, as regiões Sudeste e Sul devem sofrer mais efeitos da crise do coronavírus, de acordo com o Boletim Regional do Banco Central (BC), divulgado ontem. O estudo avalia que o cenário de incerteza causado pela pandemia provoca “desaceleração significativa” da atividade econômica e impacto em todas as regiões do país, mas com diferenças por conta das estruturas produtivas de cada uma.

No caso do Sudeste, a produção industrial já estava em queda antes da crise, situação que deve se acentuar nos próximos meses. “A atividade fabril na região, que já mostrava pouca robustez no início do ano, deve repercutir significativamente os efeitos da pandemia, movimento antecipado pelas pesquisas de confiança empresarial”, diz o texto.

No Sul, a situação da indústria é parecida, com queda na confiança empresarial e na demanda de produtos. Os efeitos negativos serão parcialmente compensados pela produção de grãos, que deve ser menos afetada, segundo o BC.

As demais regiões devem sofrer menos em razão das características de suas economias. O Centro-Oeste, por exemplo, se destaca com o agronegócio, cujo desempenho deve mitigar os efeitos da crise e dar uma “contração mais moderada” em comparação ao nível nacional. Apesar de sofrer com efeitos expressivos da pandemia, o Norte registrou crescimento, em março, da produção de grãos, como soja e o milho. A situação é parecida com a do Nordeste, que estava em recuperação gradual da economia nos primeiros meses do ano até sentir os efeitos da pandemia.

O BC avalia que a indústria sentirá o maior efeito da pandemia. Segundo o relatório, “a deterioração da confiança de forma expressiva e generalizada sinaliza que a indústria está sendo severamente impactada pelos efeitos da Covid-19 em todas as regiões”. Por outro lado, o texto prevê que o setor agropecuário sofrerá menos. A estimativa de produção de grãos, como soja e milho, é 1,5% maior neste ano do que em 2019. Um ponto positivo, diz o relatório, é que a compra de insumos para as lavouras aconteceu antes da crise.

SÉRIAS DECISÕES A SEREM TOMADAS NESTA CRISE

Os políticos e a sociedade aceitam manter o Brasil da mesma forma como este que o vírus expõe?

O Globo · 3 maio 2020

A crise excita o espírito populista que existe no Congresso. Se ele sempre avesso a fazer contas, neste momento a aversão aumenta e se mistura com a louvável mas desinformada intenção de fazer “justiça social” não importa como, que vai na contramão da lógica, por vias que estrangulam a única fonte de geração de empregos em uma situação como esta, a empresa privada. São feitas propostas que podem ser bem-intencionadas, como “empréstimo compulsório” e aumento da carga tributária sobre as pessoas jurídicas, mas justamente quando as empresas se esgotam na queda em parafuso das receitas dragadas pela recessão. Não faz sentido. O mergulho na recessão, com o fechamento de empresas, aumento de desemprego e toda uma série de malefícios que estrangulam também os cofres públicos, causa uma corrida no setor público em busca de novas receitas — mesmo que a base a ser taxada por aumento de impostos ou novos gravames esteja sendo estreitada pela redução da renda e da receita de pessoas físicas e jurídicas. Como estrangulamento desta fonte de receitas do Estado, repete-se o apiedado cavalo acostumado pelo dono a ser mercada vez menos, até que um dia morre. Dentro da tradição nacional, não se fala em corte de gastos para ajudar no reequilíbrio das finanças públicas.

Reflete bem a excitação populista o número de projetos que se acumulam no Congresso há anos para a taxa de “grandes fortunas”, sempre vendida como a solução para todos os déficits fiscais. O mais conhecido dos autores de um desses projetos, o ainda senador tucano Fernando Henrique Cardoso, ele mesmo se convenceu da ineficácia da iniciativa. Assim como aconteceu com países europeus, que tentaram explorar este suposto rico filão e apenas incentivaram a fuga de patrimônios e ficaram com o prejuízo da queda de receita e da geração de empregos. Dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostram que em 1990 o bloco tinha 12 dos seus membros, países desenvolvidos, com este imposto; em 2017, apenas quatro: França, Noruega, Espanha e Suíça. Haviam extinto a taxa Alemanha, Áustria, Dinamarca, Holanda, Finlândia, Islândia, Luxemburgo e Suécia. Não compensava. O Nobel de Economia Milton Friedman foi certo: “Um dos maiores erros é julgar as políticas e programas por suas intenções, em vez de julgá-los por seus resultados.”

Se os políticos querem defender os eleitores e a sociedade, precisam cobrar um ajuste no setor público à altura desta crise, a maior desde a Grande Depressão de 1929/30. Devem trabalhar contra o fato muito injusto de trabalhadores do setor privado serem forçados pelas circunstâncias a abrir mão de parte do salário, com redução da jornada, para manter empregos e empregadores — uma coisa não existe em outra —, enquanto o funcionalismo mantém as maiores rubricas de gastos da Federação, sem que contribuam para o ajuste de

que todos são levados a participar. Os servidores vivem num país à parte, sob a blindagem de fortes corporações no Congresso. E depois políticos denunciarão que a renda se concentrou ainda mais na crise. Precisam ter consciência das causas. Executadas medidas de emergência, é preciso atacar de reformas estruturais, contornando o varejo de propostas tóxicas impulsionadas por ideologia, sem uma visão de sistema. Em vez de mudanças oportunistas em impostos, deve-se realizar reforma tributária. Também ado Estado. Mudanças como estas farão com que o país saia da crise em outras bases. Uma falha histórica será o enfrentamento da crise sem se fazerem as correções de que o país precisa. Parece que parte dos políticos ainda não enxergou o Brasil que a paralisação abrupta do sistema produtivo no mundo e no país, devido ao coronavírus, colocou à mostra: a miséria no entorno e dentro de grandes capitais, a falta de saneamento básico — 35 milhões de brasileiros não têm água tratada, e quase 100 milhões não dispõem de coleta de esgoto —, as dezenas de milhões sem emprego formal, sem fonte regular de renda, também por falta de instrução. Trata-se de uma população sem acesso a benefício previdenciário sustentável. Não terá qualquer segurança financeira na velhice. Milhões deverão continuara constituir uma nação de pobres e, no futuro, de idosos miseráveis. Não se pode esquecer que o governo lançou o auxílio de R \$600 e esperava atender 54 milhões. Poderão ser 70 milhões. Os tais “invisíveis” têm o tamanho de um país. Estão nas favelas, nos sinais fazendo malabarismo, pedindo esmola, trabalhando como “flanelinhas”, vendendo amendoim nos bares etc. Ficaram à vista.

A pergunta é se os políticos e a sociedade querem manter o Brasil depois da crise da mesma forma como está agora. Com renda e riqueza concentradas, sem infraestrutura condizente com um país de 220 milhões de pessoas, do tamanho de um continente e com um PIB entre os dez maiores do mundo — pelo menos era antes da epidemia —, e também um dos mais violentos. Muito pode ser feito agora contra isso.

Falta de dados impede retrato fiel do desemprego

Sem divulgação de cadastro pelo governo e com limitações de pesquisas do IBGE, políticas públicas e decisões empresariais são prejudicadas pela ausência de diagnósticos precisos do impacto do coronavírus no mercado de trabalho

O Globo · 3 maio 2020 · GERALDA DOCA E CÁSSIA ALMEIDA economia@oglobo.com.br

Conhecer bem um problema primeiro passo para tomar decisões em busca de uma solução, seja no governo ou nas empresas. No momento em que a pandemia de coronavírus paralisa várias atividades, o Brasil não está conseguindo ter a verdadeira dimensão do tombo imposto pela quarentena ao emprego por falta de estatísticas precisas. Economistas e entidades representativas do setor produtivo enfrentam dificuldades para prever o impacto da crise no mercado de trabalho e no consumo das famílias e planeja ações contra a crise. O principal levantamento sobre o emprego e a situação social das famílias está comprometido. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC), do IBGE, conseguiu pouco mais de 60% de respostas no levantamento de março, feito parcialmente por telefone por causa da pandemia. No mês anterior, aproximara-se de 88%. A divulgação pelo Ministério da Economia do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), que contabiliza demissões e admissões formais, está suspensa desde janeiro. E o apagão se agravou com a pandemia. A Confederação Nacional do Comércio (CNC) precisou recorrer a empresas privadas e ferramentas de pesquisa na internet para fazer estimativas sobre o impacto da paralisação nas vendas do setor, o que pode ceifar 2,2 milhões de vagas com carteira assinada. Segundo o economista da entidade, Fábio Bentes, a falta do Caged dificulta uma ação mais precisa nos próximos meses: — Estamos navegando às escuras. Estamos no meio de uma tempestade, e a bússola quebrou.



O presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), José Carlos Martins, diz que a falta de dados prejudica investimentos porque as demissões têm impacto direto na arrecadação do FGTS, uma das principais fontes de recursos para projetos imobiliários:

— Como vamos continuar as obras se não sabemos se haverá recursos? Se você me pedir hoje um quadro nacional, setores e estados que mais demitiram, não sei com clareza. A Pnadcnã om ostra só o movimento do emprego formal. Traz dados imprescindíveis para entender a situação dos sem carteira, conta própria, empregados domésticos e outros informais. No primeiro índice trimestral, divulgado na última quinta-feira, houve queda da ocupação em todos esses grupos de trabalhadores. O levantamento traz ainda informações por escolaridade, região e até por município.

PNADC DE ABRIL AMEAÇADA

Sem poder ir às casas dos trabalhadores, o IBGE usa seu cadastro para entrevistas a distância, mas ele está defasado. Uma medida provisória foi editada para dar ao órgão acesso às listas das operadoras de telefonia celular, mas foi suspensa pelo Supremo Tribunal Federal (STF) apedido departido seda Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Temem pela privacidade do cidadão. O IBGE está usando agora uma lista da Anatel de 2019 para fazer o levantamento, mas, ao apresentar os números de março, o diretor adjunto de Pesquisas do instituto, Cimar Azeredo, disse não poder garantir pesquisa de abril: — Se eu disser que vai ter em abril, seria irresponsável, mas estamos fazendo uma insistência grande para que isso seja feito.

Simon Schwartzman, sociólogo que presidiu o IBGE de 1994 a 1998, alerta que, sem dados, políticas públicas ficam mais erráticas: — A Pnadc mostra os setores mais afetados, os municípios. É uma informação importante para identificar os grupos mais vulneráveis. Se o IBGE não tiver uma listagem atual, vai errar mais. Como todo mundo tem celular, com uma listagem mais completa é mais fácil de alcançar as pessoas. A qualidade do dado melhora. Schwartzman acredita que o IBGE vai continuar produzindo as pesquisas de trabalho, importante fonte de dados para o cálculo do Produto Interno Bruto (PIB), cujo resultado

do primeiro trimestre será divulgado no fim do mês. Mesma avaliação tem outro ex-presidente do IBGE, Edmar Bacha, mas ele ressalta que as informações terão um “grau de confiabilidade menor”: — O IBGE tem de atualizar o cadastro para os censos, e há um esforço de usar registros administrativos. É uma maluquice, um absurdo, o IBGE não poder ter acesso a nome, endereço e telefone das pessoas. Se fosse a Telebrás (empresa pública de telefonia privatizada em 1998), era de estatal para estatal. Mas operadoras são proprietárias dos dados. O vice-presidente da Confederação Nacional de Serviços (CNS), Luigi Nese, diz que, com exceção dos sub-setores de saúde, informática e telecomunicações, todos os demais são fortemente afetados pela crise. Contudo, não consegue saber precisamente quais são os mais atingidos. Ele sabe que restaurantes, bares, barbearias, salões de beleza estão todos fechados, mas não tem ideia de quantos empregados foram ou poderão ser demitidos. — Isso é muito ruim porque informação é item primordial neste momento — disse Nese, que enviou ofício ao governo federal pedindo explicações. O presidente da seção paulista do Sindicato das Empresas e Serviços Contábeis (Sescon-SP), Reynaldo Lima Júnior, reforça a preocupação: — O Caged é muito ruim para auxiliar as empresas na tomada de decisão. Ficamos sem referência, às cegas. Economista da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Maria Carolina Marques diz que sonda-

gens da entidade não captam totalmente o choque nos empregos: — Faltam dados concretos, do mês fechado.

SEM PRAZO PARA O CAGED

Se o Caged estivesse ativo, já seria possível ter os dados de abril e até de meados de maio, porque as empresas repassavam as informações até o sétimo dia do mês seguinte. O Caged parou com a decisão do governo de migrar os dados para a plataforma e-social em janeiro. O novo sistema é mais abrangente e complexo. Muitas empresas, sobretudo pequenas, tiveram dificuldades para inserir dados. O governo deu mais prazo de adaptação e, com a pandemia, não tem previsão de retomar a divulgação do cadastro, que traz dados sobre renda, idade e sexo dos trabalhadores, além de porte e distribuição regional dos empregadores. Para o consultor Rodolfo Torelly, o ideal teria sido manter os dois sistemas funcionando até completara transição: — O Caged funcionou por 54 anos, estava incorporado à rotina das empresas. Torelly lembra que o Caged é usado pelo Sistema S, integra a base do Cadastro Nacional de Informações Sociais (Cnis), da Previdência Social, e complementa informações do seguro-desemprego, cujos dados têm sido mascarados pela fila de ao menos 200 mil pedidos à espera do benefício. A Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, do Ministério da Economia, diz que não há previsão para a retomada da divulgação do Caged porque muitos empregadores estão sem certificado digital e sem serviços de contabilidade, com muitos funcionários em home office. A secretaria diz que a base de dados existente não é confiável porque há a suspeita de que algumas empresas só informaram admissões em janeiro ou não fizeram qualquer declaração. “Montamos um grupo de trabalho com IBGE, Ipea, FGV, PUC e Insper, para que os dados possam ser certificados pelos maiores especialistas do país e voltem a ser publicados com total qualidade”, informou a secretaria, acrescentando que alguns dados podem ser liberados em maio.

“Estamos navegando às escuras. Estamos no meio de uma tempestade, e a bússola quebrou”

— Fábio Bentes, economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio (CNC)

“A PnadC mostra os setores mais afetados, os municípios. É uma informação importante para identificar os mais vulneráveis. Se o IBGE não tiver uma listagem atual, vai errar mais”

— Simon Schwartzman, sociólogo, ex-presidente do IBGE

“O Caged é muito importante para auxiliar as empresas na tomada de decisão. Ficamos sem referência, às cegas”

— Reynaldo Lima Jr., presidente do Sindicato das Empresas e Serviços Contábeis de SP

Alcolumbre muda critério de divisão de recursos a estados

Relator do projeto de socorro a governos locais altera proposta após pressão de parlamentares

O Globo · 3 maio 2020 · GABRIEL SHINOHARA gabriel.shinohara@bsb.oglobo.com.br

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEMAP), apresentou ontem nova versão de seu relatório para o projeto de socorro a estados e municípios, que prevê o repasse de R\$ 60 bilhões aos governos locais. Após a pressão de parlamentares, ele mudou o critério de divisão de recursos de R\$ 10 bilhões que precisam ser destinados exclusivamente para ações de saúde, ou seja, são recursos carimbados, não podem ser movimentados livremente por governadores e prefeitos. Dos R\$ 10 bilhões, R\$ 7 bilhões serão repassados a estados e R\$ 3 bilhões para os municípios. A maior parte da verba será dividida (60%) com base no tamanho da população, e os 40% restantes, de acordo com a taxa de incidência de coronavírus em cada estado. O critério original previa percentuais contrários, ou seja, separava 60% do montante segundo o percentual de disseminação da doença. Apesar dessa mudança, o relatório não alterou as linhas básicas da proposta, que prevê R\$ 60 bilhões em repasses, dos quais R\$ 50 bilhões são recursos livres, divididos meio a meio entre estados e municípios. Parte dos parlamentares defendeu uma proporção maior para os governos estaduais. O governador de São Paulo, João Doria (PSDB) reclamou do formato, argumentando que a proposta não recompõe a arrecadação que o estado perde com a crise e que, dessa forma, não haveria recurso suficiente para saúde, educação e pagamento de servidores. Nas redes sociais, a senadora Simone Tebet (MDB-MS) defendeu o texto, definido como “construção possível”. A expectativa era que fosse votado no Senado na noite de ontem.

MEDIDAS ADICIONAIS

Para o presidente do Comitê Nacional de Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz), Rafael Fonteles, sem aumento do valor destinado a estados e municípios, de R\$ 60 bilhões, os governos locais vão precisar de um segundo conjunto de medidas. Ele defendia que o montante fosse elevado a R\$ 75 bilhões em repasses.

— A gente está correndo contra o tempo. Vamos lutar para aprovar logo na Câmara (após a aprovação no Senado) e buscar novos projetos de lei para novas ajudas, porque isso vai se revelar insuficiente — disse. O texto prevê congelamento de salários de servidores por 18 meses como contrapartida. Profissionais de saúde, como médicos e enfermeiros, poderão receber gratificação desde que relacionada ao enfrentamento da Covid-19 e o período de vigência não ultrapasse o de calamidade pública. O projeto inclui R\$ 60 bilhões em medidas já anunciadas e a suspensão do pagamento de dívidas com bancos públicos.

Com pandemia, economia tem a pior década em 120 anos

Com pandemia, economia tem o pior desempenho em 120 anos entre 2011 e 2020 e ameaça futuro dos jovens

O Globo · 4 maio 2020 · RENNAN SETTI, CÁSSIA ALMEIDA E VITOR DA COSTA* economia@oglobo.com.br (*estagiário sob supervisão de Rennan Setti)

Dé cadas“perdidas”d esperdiçam gerações, e os jovens brasileiros seve em espremidos entrea- mais perda delas e um futuro incógnito. É na década que termina este ano que o país estag- nou e sofreu o maior recuo de renda de sua História. A retomada lenta após recessão profun- da foi atropelada pela pandemia, selando um desastre econômico maior que o dos anos 1980 e que deixou um quarto dos jovens sem trabalho. Pela frente, espec ia listaspr eve em uma re- cuperação incertas oba sombrado coronavírus, desemprego e desigualdade mais elevadas efr ei oà mobil idade social. Um coquetel desalentador para a juventude mais preparada que o país já teve, sobretudo a mais pobre, eque atravessará a crise no auge do seu potencial.



O PIB (Produto Interno Bruto) brasileira última década praticamente não cresceu. Deve fe- char 2020 com taxa média de 0,1% a 0,3%, dependendo do buraco econômico coma Covid-19 es teano. Será o menor ritmo em 120 anos, segundo levantamento do pesquisador do Ibre/FGV Marcel Balassiano. Na década de 1990, a pior até agora, a expansão média fora de 1,6%. A ren- da per capita, queé PIB dividido pela população, deve, na melhor das hipóteses, repetir o re- cuo anual médio de 0,6% dos anos 1980.

—É amais perdi dadas décadas. Parte do desastre foi culpa nossa, outra, da pandemia. O Brasil ficará mais pobre depois de já ter empobrecido muito. Sairemos com mais cicatrizes que os países desenvolvidos — prevê Ricardo Denadai, economista-chefe da Ace Capital.

EDUCAÇÃO COMO DEFESA

A geração mais jovem viverá num mundo mais precário e inseguro, sobretudo os mais pobres, disse Ricardo Henriques, superintendente do Instituto Unibanco e um dos criadores do Bolsa Família:

—Passada a pandemia, essa juventude viverá um cenário grave de defasagem educacional, de inserção futura no mercado de trabalho. Parte grande desses jovens estará com expectativa

máxima de trabalho informal. Uma geração de jovens que entraram com defasagem histórica na pandemia. É uma enorme perversidade.

Os mais desfavorecidos ainda não se recuperaram da recessão. Enquanto a renda da população caiu 2% de 2014 a 2018, os 5% mais pobres perderam 39%, lembrou Marcelo Neri, diretor da FGV Social. Por isso, a desigualdade cresceu por 18 trimestres seguidos, sequência inédita. Os mais jovens foram especialmente afetados. A taxa de desemprego até 24 anos subiu de 16,4%, em 2012, para 28,7% em 2017, auge da recessão. No fim de 2018, estava em 23,8%, contra média de 11%.

Neri prevê mais desigualdade, queda de renda e freio à ascensão social dos jovens:

—A crise chega quando o país já estava com o organismo social debilitado. Poderemos voltar aos índices de pobreza dos anos 1990.

Em 1992, 40% da população estavam na pobreza. Essa taxa caiu para 12,1% em 2018.

Umadas defesas d anova geraçãoéa educação. O especialistaem mobilidade social Carlos Ribeiro, pesquisador do Iesp-Uerj, diz que, mesmo com a crise, os jovens de hoje dificilmente ficarão numa situação pior que a dos seus pais.

— A educação aumentou, temos mais gente na universidade, o que ajuda na mobilidade intergeracional. Sabemos da importância da educação das mães para o futuro dos filhos. Elas são mais escolarizadas, isso não vai mudar.

O risco que correm, alertou Ribeiro, é o de regressão intrageracional intensa, com famílias inteiras empobrecendo.

PERDA RÁPIDA DE RENDA

Isabela Silva, de 24 anos,éa primeira da família acursar faculdade. Graças ao sistema de cotas, conseguiu vaga na Uerj, onde cursa Pedagogia. Isso lhe dá otimismo. Masa situação econômica da família se deteriorou. Cuidadora de idosos, sua mãe, que já vinha perdendo clientes antes da pandemia e não tinha carteira assinada, não consegue mais trabalhar.

A renda familiar, que chegou aR \$4.500, resume-se a R\$ 900 que a própria Isabela consegue cuidando do afilhado. Apesar de terem direito ao auxílio do governo, não conseguiram acessar o dinheiro. No passado, mãe e filha deram entrada num imóvel, já abandonado. Hoje, a renda só dá para aluguel e comida.

—A situação deixa agente pessimista. Mas, para quem vem de classe social mais baixa, o estudo é uma oportunidade de mudar de vida. Tendo a faculdade, a tendência é melhorar — contou a jovem de Paciência, na Zona Oeste.

A professora da Universidade Federal de Pernambuco, Tatiane Menezes, alerta para o aumento da desigualdade regional, que vinha recuando.

—Os grandes bolsões de pobreza estão no Nordeste. É onde está a maior parte da população sem boa instrução.

Para Neri, a saída é apostar no bônus educacional acumulado no passado recente. Foi ele que permitiu crescimento inclusivo antes da recessão:

—Com restrições fiscais, será preciso alocação muito clara de recursos. O problema é que política educacional atual não parece te ressa clareza.

Ricardo Henriques defende a reinauguração do sistema educacional e uma política nacional de conectividade focada nas escolas, usando o Fundo de Universalização dos Serviços de Tele-

comunicações (Fust). O acesso à internet das famílias mais ricas chega a 95%. Entre os mais pobres, só metade dos lares tem acesso.

— Odes afioé oferecer qualidade em massa, com redução acentuada da desigualdade e salto no desempenho.

O investimento em educação é um dos caminhos para aumentara produtividade.

— O aumento da produtividade passa pelas reformas, mas o recrudescimento das tensões políticas deixa isso em xeque — disse Balassiano.

Governadores criticam projeto, mas cobram agilidade na votação

Governadores criticam montante de R\$ 60 bi e já falam em pedir mais ajuda

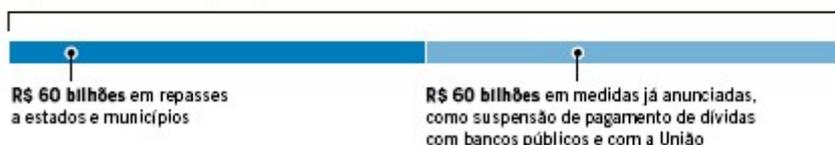
O Globo · 4 maio 2020 · BRUNO GÓES, ELIANE OLIVEIRA, AMANDA ALMEIDA E PEDRO CAPETTI economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA E RIO

Após a aprovação do projeto de socorro a estados e municípios pelo Senado, a proposta voltará para a Câmara, onde lideranças partidárias prometem rapidez na votação. Governadores e prefeitos fizeram críticas ontem ao texto, que garante R\$ 60 bilhões em repasses aos governos locais, além de R\$ 60 bilhões em medidas como a suspensão do pagamento de dívidas com União e bancos públicos.

A PROPOSTA APROVADA NO SENADO

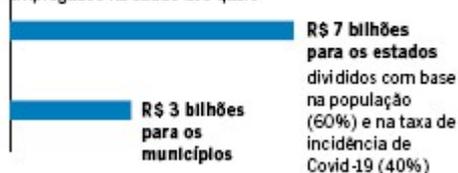
Recursos serão usados para o enfrentamento da crise do coronavírus

R\$ 120 bilhões, dos quais

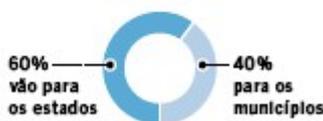


COMO É DIVIDIDA A VERBA DE R\$ 60 BILHÕES LIBERADA AOS GOVERNOS LOCAIS

R\$ 10 bilhões precisam ser empregados na saúde dos quais



Os outros **R\$ 50 bilhões** são recursos livres, podem ser utilizados como o governo local definir



Governadores e prefeitos avaliam que a injeção de recursos, de R \$60 bilhões, não é suficiente para o enfrentamento da crise do coronavírus. Ficaram insatisfeitos também com os critérios de divisão da verba. De um lado, governos locais pressionam por mais mudanças no texto, o que pode fazer com que ele tenha de ser analisado novamente no Senado, mas, de outro, em razão da pressão por recursos no caixa, alguns já falam em agilizar a votação do projeto atual e reivindicar novas medidas de auxílio adiante.

SAÚDE E SEGURANÇA

O relatório de Davi Alcolumbre (DEM-AP) previa que, dos R\$ 60 bilhões, R\$ 50 bilhões seriam em recursos livres, que podem ser empregados conforme a decisão do governo local. Eles seriam divididos meio a meio entre estados e municípios. Parlamentares, porém, fizeram alterações, e a proposta aprovada prevê 60% do total para esta dose 40% para municípios. Os outros R \$10 bilhões são recursos que precisam ser alocados na saúde. Deste total, R\$ 7 bilhões ficam com os estados, e houve mudança no critério de divisão do bolo. Os senadores também asseguraram que servidores de saúde e de segurança ficarão fora do congelamento de salários previsto no texto por 18 meses.

O presidente da Câmara,

Rodrigo Maia (DEM-RJ), quer dar celeridade ao projeto, mas ainda conversa com deputados para ajustara redação final. Um dia antes da votação no Senado, ele escreveu em uma rede social que “estados e municípios não podem mais esperar”. A ideia é manter a divisão de recursos acordada pelos senadores. A proposta deve ser votada no início da semana.

O texto aprovado antes na Câmara previa a compensação por perdas na arrecadação de ICMS ISS, mas foi considerada pela equipe econômica um “cheque em branco”.

Para o secretário de Fazenda do Rio, Luiz Claudio Rodrigues de Carvalho, o pacote destinaria ao estado R\$ 4,8 bilhões, bem menos que as perdas previstas, de R\$ 15 bilhões. O estado articula com abanca dado Ri oque a divisão leve em conta a proporção de perdas de arrecadação de cada ente, a ampliação do prazo de auxílio de quatro para seis meses e o aumento do valor do pacote.

— É uma escolha de Sofia, aprova rum projeto insuficiente dada a urgência o ubus caros aperfeiçoamentos na Câmara eter prazo maior para aprovação. Talvez defenda o aperfeiçoamento, ainda que demore mais —disse, ponderando que é urgente a aprovação das medidas para manter os serviços públicos em funcionamento.

Para o governador do Piauí, Wellington Dias (PT), o texto do Senado permitirá a reposição de apenas parte das receitas, o que significa que será necessário novo auxílio para evitar o colapso das contas estaduais. Para ele, é importante aprovar o texto na Câmara, pois, o repasse poderia ser feito a partir de 15 de maio: —Teremos previsibilidade. O secretário de Fazenda do Rio Grande do Sul, Marco Aurélio Cardoso, aval iaque Sule Sudeste estão recebendo menos que o necessário, mas o mais importante agora é garantir a chegada dos recursos.

O presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Glademir Aroldi, defende agilidade na votação, mas quer mudanças para compensar a perda de R\$ 5 bilhões dos prefeitos com o novo critério de divisão de verb. A Frente Nacional dos Municípios avalia que será necessário negociar novo auxílio adiante.

Socorro aos Estados deve ter aprovação rápida na Câmara

Proposta destina R\$ 60 bilhões a prefeitos e governadores

Por Renan Truffi, Marcelo Ribeiro, Fabio Graner e Lu Aiko Otta — De Brasília

04/05/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Aprovado pelo Senado, o novo plano de socorro aos Estados e municípios está longe de ser o ideal na avaliação de deputados, Ministério da Economia e também dos governos locais, mas deve ser aprovado diante da urgência para que os entes federativos recebam os recursos. O texto será analisado pela Câmara dos Deputados nesta semana e destina aproximadamente R\$ 60 bilhões em transferências diretas para prefeitos e governadores, além de outros R\$ 65,2 bilhões em suspensão de dívidas ou obrigações.

Ainda que alguns pontos do relatório do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP) tenham desagradado parte dos parlamentares, a tendência é que o projeto seja aprovado na Casa comandada por Rodrigo Maia (DEM-RJ). O principal motivo é o consenso de que o auxílio precisa ser enviado o quanto antes, diante do agravamento da crise econômica e da disseminação da covid-19 pelo país.

Nos bastidores, as lideranças partidárias e o próprio Maia reconhecem que o governo fez concessões relevantes e, por isso, a melhor alternativa é garantir a aprovação da proposta rapidamente. Essa percepção é compartilhada, inclusive, pelo relator da proposta na Câmara, deputado Pedro Paulo (DEM-RJ), um dos mais resistentes às mudanças feitas pelos senadores. Isso não significa que não existam críticas ao conteúdo da proposta.

O valor do suporte financeiro é o que mais gera insatisfação tanto em deputados como nos secretários estaduais de Fazenda. Os Estados queriam mais do que os R\$ 60 bilhões negociados entre senadores e o governo. “Os recursos previstos no projeto não são suficientes para cobrir as perdas de arrecadação”, disse ontem o presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados (Comsefaz), Rafael Fonteles.

As perdas de arrecadação dos Estados em abril chegaram a 20%. Para maio, estima-se queda maior: 40%. Além de receitas menores, os governadores enfrentam demanda crescente por serviços de saúde pública, acrescenta Fonteles, que é secretário de Fazenda do Piauí. Os secretários discordam ainda da forma como foram divididos os recursos, com 60% para Estados e 40% para municípios (R\$ 30 bilhões e R\$ 20 bilhões, respectivamente, além dos R\$ 10 bilhões destinados

exclusivamente às ações de saúde). Defendem que o rateio fosse de 67% para os governadores e 33% para os prefeitos.

Apesar dessas demandas, os deputados avaliam não fazer novas alterações no projeto para que o texto possa ser sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro ainda nesta semana. Na prática, isso possibilitaria que a primeira parcela do auxílio chegasse para os entes por volta do dia 15 de maio.

Neste cenário, os deputados tentariam, paralelamente, negociar uma maneira de viabilizar uma ajuda adicional por meio de outro projeto. O foco desse recurso extra seriam os Estados do Sul do país e municípios com mais de 250 mil habitantes que atendem mais pacientes com coronavírus. Por outro lado, caso os deputados insistam em fazer alterações no plano aprovado, seu conteúdo precisará ser votado de novo pelos senadores, atrasando o pagamento.

O conteúdo final do Senado também não é o que equipe econômica gostaria, mas, ainda assim, o saldo não pode ser considerado negativo para o ministro da Economia, Paulo Guedes. O objetivo principal dele foi atingido: derrubar a ideia de seguro-receita sem limite, que era o desenho aprovado, inicialmente, na Câmara e apoiado pelos Estados.

Apesar de o repasse ser maior do que gostaria o time de Guedes, ao menos o tamanho do rombo foi claramente desenhado para os gestores da dívida pública, que precisam fazer sua rolagem. Além disso, houve contrapartidas como o congelamento de salário de servidores, ainda que na última hora os senadores tenham colocado exceções. Entre elas, estão a liberação de reajuste para Forças Armadas e servidores de antigos territórios, favorecendo, por exemplo, o Amapá, de Alcolumbre. Com as mudanças nas contrapartidas, a perda de economia fiscal de médio prazo foi da ordem de R\$ 40 bilhões.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula alemã que "engrossa" cartilagem

ARTICAPS



Por Sergio Lamucci

É repórter do Valor desde o fim de 2003. Em 2002, ganhou o P... [ver mais](#)

A máquina de produzir incertezas

Fonte de conflitos, Bolsonaro contribui para manter a incerteza elevada, prejudicando a economia, que pode encolher 5% ou mais neste ano

04/05/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A pandemia da covid-19 fez a incerteza disparar no Brasil e no mundo, com os indicadores criados para medir o grau de indefinição na economia superando em muito recordes anteriores. A combinação de uma crise de saúde com a paralisação da atividade global provocou um choque de imprevisibilidade sem precedentes.

Por aqui, soma-se a esse cenário os conflitos e ruídos causados pelo presidente Jair Bolsonaro, uma máquina de produzir incertezas desde o início de sua gestão. É um fator de peso a conspirar contra a recuperação da economia quando houver o abrandamento das medidas de isolamento social. Níveis elevados de incerteza atrapalham especialmente o investimento, que depende de um horizonte previsível.

Em quadro já incerto, Bolsonaro amplifica a imprevisibilidade

O Indicador de Incerteza da Economia (IIE) da Fundação Getulio Vargas (FGV) alcançou em abril 210,5 pontos, o nível mais alto da série. Em dois meses, subiu mais de 95 pontos. Antes dos recordes de março e abril, o patamar máximo anterior, de 136,8 pontos, tinha sido atingido em setembro de 2015, mês em que a agência de classificação de risco Standard and Poor's (S&P) tirou o grau de investimento do Brasil.

A imprevisibilidade também superou marcas históricas no exterior. O índice de incerteza de política econômica dos EUA bateu o recorde em março, ao atingir 425,9 pontos, bem acima dos 284,1 pontos do pico anterior, de janeiro de 2019. Em abril, o indicador cedeu um pouco, mas seguiu elevadíssimo, em 400,7 pontos. O índice foi criado em 2011 por Nicholas Bloom, da Universidade Stanford, Steven Davis, da Universidade de Chicago, e Scott Baker, da Universidade Northwestern. Estudiosos do tema, os três mostram em seus trabalhos a influência da imprevisibilidade sobre o investimento, a produção e o emprego. Eles desenvolveram indicadores para mais de 20 países, entre eles o Brasil, baseados na varredura de notícias na imprensa relacionadas à incerteza econômica. O IIE da FGV,, por sua vez, tem dois componentes. O de mídia, com peso de 80%, se baseia na frequência de notícias com menção à incerteza em meios de comunicação impressos e on-line. O de expectativa busca medir a indefinição relacionada a previsões do mercado em relação a câmbio, juros e inflação, com peso de 20%.

No mês passado, Bloom, Davis, Baker e Stephen Terry, da Universidade de Boston, publicaram um estudo sobre a incerteza provocada pela pandemia. Segundo eles, a doença criou um enorme choque de imprevisibilidade, maior do que o associado à crise financeira de 2008 e 2009 e mais próximo em magnitude ao que ocorreu durante a Grande Depressão de 1929 a 1933. Para avaliar esse aumento maciço da incerteza em tempo real, eles usaram medidas de volatilidade no mercado de ações, de incerteza econômica baseada em notícias da imprensa e respostas a pesquisas sobre a percepção do tema pelas empresas. O exercício indica uma contração do PIB dos EUA de 9% no segundo trimestre em relação ao mesmo período do ano passado, atingindo uma retração máxima de 11% nessa base de comparação no quarto trimestre de 2020. Mais da metade desse tombo se deve à incerteza econômica induzida pela doença, de acordo com eles.

Para atenuar os efeitos negativos do choque sobre a economia, bancos centrais e governos têm adotado medidas para garantir a liquidez dos mercados e ajudar consumidores e empresas, que sofrem com a abrupta queda de renda e de receita. Essa estratégia, se bem sucedida, terá um papel relevante para reduzir a incerteza e contribuir para a recuperação da economia quando o isolamento for relaxado. É difícil, porém, acreditar numa retomada rápida. É provável que famílias e empresas sigam cautelosas, num cenário em que medidas de confinamento poderão ser retomadas de modo intermitente, a depender do grau de contágio.

No Brasil, o auxílio emergencial de R\$ 600 para informais começou a ser pago, mas há reclamações de trabalhadores que em tese têm direito ao benefício e não o receberam. O maior problema, contudo, é fazer o crédito chegar em maior volume e com maior fluidez a micro e pequenas empresas. Depois da hesitação inicial, a equipe econômica tem buscado agir, mas ainda há correções a serem feitas. Há ainda a importante atuação do Banco Central (BC), reduzindo os juros e provendo liquidez, por exemplo.

Quem joga contra e aumenta a incerteza é Bolsonaro. No meio da pandemia, ele minimiza a gravidade da doença e faz seguidos apelos para o abrandamento da quarentena, contrariando a recomendação da maior parte dos especialistas e a decisão de muitos governadores e prefeitos. Para completar, trocou o ministro da Saúde durante a crise sanitária. O rompimento com Sergio Moro, que pediu demissão do governo, provocou uma grave crise política. Há ainda os constantes atritos com o Congresso e o Judiciário. Fonte de conflitos, Bolsonaro contribui para manter a incerteza elevada, prejudicando a economia, que pode encolher 5% ou mais neste ano. Isso aumenta a probabilidade de uma recuperação lenta depois que a quarentena for relaxada.

Sergio Lamucci é editor de Brasil e escreve quinzenalmente

E-mail: sergio.lamucci@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Médico alerta: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente

DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO

Pessoas de Salvador, aprenderam a tocar violão e guitarra usando um pequeno aparelho.

GUITAR ACORDES

LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula alemã que "engrossa" cartilagem

ARTICAPS

LINK PATROCINADO

Use o número do seu INSS para simular um empréstimo. Conheça

Crise vai levar à reconfiguração das concessões de infraestrutura

Além do cronograma de leilões, as premissas de demanda e investimento precisarão ser adequadas

Por **Lu Aiko Otta** — De Brasília

04/05/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A crise provocada pelo coronavírus levará o governo a mudar a configuração das concessões em infraestrutura, disse ao **Valor** a secretária especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Martha Seillier. Além do cronograma de leilões, as premissas de demanda e investimento precisarão ser adequadas.

O governo deverá, ainda, facilitar a entrada dos investidores financeiros nas concessões. São os que hoje detêm liquidez, enquanto os operadores de infraestrutura enfrentam dificuldades para pagar empregados e honrar dívidas.

“A crise nos faz pensar na revisão de regras editalícias e de contrato”, afirmou. “Quanto mais os operadores forem afetados em seus fluxos de caixa, em sua capacidade de investimento, mais será importante buscar o investidor financeiro, o capital que está em busca de retornos e bons projetos.”

A disputa por esse capital promete ser acirrada no pós-pandemia. Esse é um dos motivos que fez acender os sinais de alerta na área econômica quando começou a ganhar força uma discussão sobre o reaquecimento da economia pela via do investimento público, no plano Pró-Brasil.

“É preciso tornar o ambiente de negócios cada vez mais propício e mostrar que somos uma nação que não vai quebrar”, disse a secretária. A manutenção do teto de

gastos é um importante sinal nessa direção, afirmou.

As medidas de combate à pandemia vão elevar a dívida pública brasileira para perto de 90% do Produto Interno Bruto (PIB). “Não temos condições fiscais para abraçar um grande plano de investimentos com recursos públicos.”

O programa de concessões ganha ainda mais importância na retomada, avalia a secretária. Só no Ministério da Infraestrutura, estima-se que haja R\$ 250 bilhões em investimentos a serem contratados com os leilões programados até 2022.

Todo o esforço é para manter o cronograma tal como estava antes do início da crise, disse Martha. No entanto, setores mais afetados poderão precisar de mais tempo. Na área de Minas e Energia, por exemplo, os leilões de óleo e gás e os de geração e transmissão de energia tiveram seu calendário suspenso. A área de telefonia, por outro lado, vive um aumento de demanda e os preparativos do leilão da internet 5G prosseguem.

Outro setor negativamente afetado é o aéreo. O governo tem programado para este ano o leilão de concessão de 22 aeroportos nas regiões Norte, Sul e Centro-Oeste.

Já há clareza sobre algumas alterações que serão necessárias. Por exemplo, rever a exigência de participação mínima de 15% dos operadores aeroportuários nos consórcios. E alterar a programação de investimentos exigidos em contrato.

As regras das concessões exigem a manutenção de um determinado nível de serviço e conforto no aeroporto, o que é definido pela quantidade de passageiros. “A demanda projetada para 2021, com certeza, está errada”, afirmou a secretária. “O quanto, não sabemos.”

Há muitas incertezas quanto ao uso dos aeroportos após a pandemia. Não se sabe em quanto tempo os voos serão retomados, nem se eles voltarão à quantidade de passageiros de antes da crise. É possível que o uso de tecnologias de comunicação imposto pela pandemia reduza o fluxo de passageiros em rotas como Rio-São Paulo, por exemplo.

Por causa da queda na demanda, o Tribunal de Contas da União (TCU) orientou o governo a rever as projeções de fluxo na rodovia BR-153 em Goiás e Tocantins, a primeira concessão rodoviária na fila de leilões. O mesmo deverá ser feito com o trecho da BR-163 no Mato Grosso e no Pará. A rentabilidade implícita nos preços mínimos de pedágio poderá ser elevada, para atrair o investidor financeiro.

O primeiro teste do apetite dos investidores são os leilões de portos, mais adiantados. Serão oferecidos, por exemplo, três terminais de combustíveis em Itaqui, no Maranhão, um de veículos em Paranaguá, no Paraná, e um celulose em Santos, em São Paulo.

Os leilões de rodovias e aeroportos já estavam programados para o segundo semestre. A área técnica segue com os preparativos para manter as condições de realizá-los, se as condições de mercado permitirem.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula alemã que "engrossa" cartilagem
ARTICAPS

LINK PATROCINADO

Use o número do seu INSS para simular um empréstimo. Conheça
PB CONSIGNADO

LINK PATROCINADO

Empréstimos pessoais já estão disponíveis online
EMPRESTIMOS PESSOAIS | LINKS PATROCINADOS

LINK PATROCINADO

Esse tênis é indicado para quem sofre com joanete, fascite e esporão.
DONABELLE

LINK PATROCINADO

Óleo em gotas pode te livrar de dores nas articulações utilizando modo fácil
EXTRATO VMD³

LINK PATROCINADO

O tradicional preto está em alta confira!

Governo planeja liquidar pelo menos duas estatais neste ano

Empresa Gestora de Ativos (Emgea) e Agência Brasileira de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF) devem ser liquidadas em 2020

Por Lu Aiko Otta — De Brasília

04/05/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

As privatizações do governo federal, que já eram motivo de dúvida devido obstáculos políticos antes da crise do coronavírus, foram definitivamente colocadas de lado em 2020. Mas o processo de desestatização deve prosseguir, com a liquidação de pelo menos duas empresas neste ano: Empresa Gestora de Ativos (Emgea) e Agência Brasileira de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF). A lista deve ser aumentada com a inclusão da fabricante de chips Ceitec, informou a secretária especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Martha Seillier.

Emgea e ABGF foram incluídas no PPI em agosto de 2019 para a realização de estudos que indicariam o melhor destino a ser dado a elas. No caso, o governo já decidiu pela liquidação. Outras seguem sob análise que poderá indicar se o caminho é a privatização, a liquidação ou outro. É o caso, por exemplo, da Dataprev, da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e o Ceagesp. Em geral, os processos estão na etapa inicial, de contratação das consultorias.

Na semana passada, o ministro da Economia, Paulo Guedes, reuniu-se com o ministro-chefe da Casa Civil, Braga Netto, para discutir o destino da Telebras. A empresa tornou-se dependente do Tesouro Nacional no ano passado, exigindo aporte de R\$ 1,5 bilhão no ano passado. No entanto, o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, resiste à sua privatização.

Os estudos sugerindo o destino da Telebras deverão ser entregues ao governo em julho, disse Martha. Trata-se de um caso delicado, pois a estatal opera um satélite utilizado pelas forças de defesa nacional. Fornece também serviços de banda larga para escolas. Segundo fonte da área técnica, outro complicador é o fato de a estatal ser uma empresa de capital aberto.

A liquidação da Emgea vem sendo preparada desde o ano passado. Em dezembro de 2019, o **Valor** informou que a empresa pretende vender seus ativos de forma “fatiada” em 2020 para depois ser extinta. Na época, a previsão era que a liquidação ocorreria em meados deste ano.

A estatal foi criada em 2001 para administrar os ativos “podres” da Caixa. Sua carteira possui, por exemplo, 3.000 imóveis de mutuários inadimplentes. Mas o principal ativo da Emgea são valores do Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS), estimados em R\$ 13,1 bilhões em setembro passado. A carteira total da Emgea era de R\$ 14,4 bilhões.

O FCVS não será colocado à venda, uma vez que são créditos contra o Tesouro Nacional. Esse foi o principal motivo que fez o governo optar pela liquidação.

A ABGF, por sua vez, tem registrado prejuízos operacionais recorrentes. A principal fonte de receita da estatal é a operação do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), mas desde o segundo semestre de 2018 não há arrecadação de prêmios para novas operações.

Criada no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), a Ceitec tinha a ambição de colocar o Brasil num novo patamar tecnológico, com a fabricação de chips e outros componentes eletrônicos. Hoje, é conhecida como a fabricante do “chip do boi”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Médico alerta: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente

DR. RAFAEL FREITAS

Flexibilizações em projeto de auxílio reduz economia de Estados e municípios em R\$ 40 bi

Projeto de socorro à economia por causa do novo coronavírus foi aprovado pelo Senado no sábado, 2; proposta deve ir a plenário na Câmara na segunda-feira, 4

Lorena Rodrigues, O Estado de S.Paulo

03 de maio de 2020 | 17h48

BRASÍLIA – A flexibilização de regras para aumento de salário para servidores de saúde e segurança, ocorrida durante a votação do projeto de auxílio a Estados e municípios, reduzirá em cerca de R\$ 40 bilhões a economia estimada dos entes com o congelamento de reajustes previsto no texto. A estimativa foi feita por técnicos do governo federal, depois de o Senado aprovar ontem o projeto. A proposta faz parte das ações para combater a crise gerada pela pandemia do **novo coronavírus**.

A proibição de aumento de salário para funcionários públicos até dezembro de 2021 foi uma das exigências feitas pela equipe do **ministro da Economia, Paulo Guedes**, para aumentar o tamanho da ajuda para prefeituras e governos. Inicialmente de R\$ 40 bilhões, a transferência de recursos diretos passou para R\$ 60 bilhões no Senado.

Havia ainda cerca de R\$ 60 bilhões em impactos estimados pela suspensão do pagamento de dívidas e renegociação de empréstimos bancários. Essa economia subiu mais R\$ 5,6 bilhões com a suspensão também de dívidas previdenciárias dos entes com a União, incluída ontem para viabilizar a votação do projeto no Senado.

Por outro lado, as mudanças nas regras para servidores no último minuto poderá aumentar o gasto de governadores e prefeitos com a folha salarial. A estimativa da equipe econômica era de que o congelamento de reajustes e promoções implicaria em uma economia de R\$ 121 a R\$ 132 bilhões para prefeitos e governadores até o fim do ano que vem.

Durante a sessão do Senado deste sábado – que começou às 17h10 e se alongou até meia-noite – o relator do projeto, o presidente do Senado, **Davi Alcolumbre (DEM-AP)**, fez concessões nesse ponto, como permitir que sejam dados reajustes e promoções nesse período a servidores da saúde e segurança. Com isso, a estimativa de economia para os Estados e municípios foi reduzida em R\$ 40 bilhões.

Valores

O texto aprovado ontem pelo Senado prevê que , dos R\$ 50 bilhões que serão transferidos diretamente aos cofres de governos e prefeituras, a parcela das unidades da federação será de R\$ 30 bilhões (60%), e a das cidades R\$ 20 bilhões (40%). Mais R\$ 10 bilhões serão destinados para a saúde. Serão R\$ 7 bilhões para Estados, divididos 60% de acordo com a população e 40% de acordo com a taxa de incidência do coronavírus de cada localidade. Outros R\$ 3 bilhões irão para os municípios, considerando apenas o número de habitantes.

Com isso, o Estado de São Paulo receberá diretamente R\$ 6,6 bilhões e mais R\$ 1,047 bilhão para ações para a saúde, de acordo com dados da consultoria legislativa do Senado. As prefeituras paulistas receberão R\$ 4,4 bilhões diretamente e mais R\$ 656 milhões para ações de saúde. Somando com os valores da suspensão de dívidas, o total do pacote será de R\$ 31,4 bilhões para São Paulo.

O segundo maior valor irá para o Rio de Janeiro: R\$ 2 bilhões para o governo e R\$ 486 milhões para ações estaduais de saúde pública, R\$ 1,3 milhão para a prefeitura e mais R\$ 246 milhões para ações municipais de saúde. Com os outros R\$ 12,1 bilhões de suspensão de dívidas, o impacto do pacote é de R\$ 16,275 bilhões para os fluminenses.

Minas Gerais receberá R\$ 2,9 bilhões para o Estado e R\$ 2,02 bilhões para as prefeituras, mais R\$ 446 milhões para ações de saúde estaduais e R\$ 302 milhões

para as municipais. O total considerando a suspensão de dívidas chega a R\$ 12,9 bilhões.

Votação na Câmara

O projeto segue agora para votação na Câmara dos Deputados. A Casa chegou a aprovar um outro projeto, que foi rechaçado pela equipe econômica por dar “um cheque em branco” para compensar perdas tributárias dos Estados.

Isso abriu uma crise entre o governo de Jair Bolsonaro e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Ontem, na sessão do Senado, Alcolumbre disse que Maia ficou “machucado” com o episódio, mas se comprometeu a pautar o projeto para votação na Câmara na segunda-feira, 4.

Expansão do Estado durante a pandemia

Somente o Estado tem a capacidade de mobilizar recursos na velocidade e magnitude necessárias para reduzir o impacto médico e econômico da pandemia

Paulo Leme*, O Estado de S. Paulo

03 de maio de 2020 | 05h00

Hoje, completamos quatro meses convivendo com o coronavírus. A cada dia que passa, fica claro que a mortalidade e os custos econômicos da pandemia em matéria de recessão, desemprego, e destruição de capital serão muito maiores do que imaginávamos em fevereiro.

LEIA TAMBÉM >[Estudo vê países emergentes ainda mais fragilizados](#)

Parte disto é devido à transmissibilidade e a letalidade do vírus, o que não controlamos. A outra parte é uma grande falha institucional, a que deveríamos controlar. Muitos governos foram incapazes de se mobilizar em tempo real e coordenar com o setor privado os recursos necessários para testar e tratar a

população e encontrar rapidamente soluções científicas para controlar a pandemia.

A melhor maneira de limitar os impactos econômicos e financeiros da pandemia é financiar a pesquisa e ciência. No curto prazo, temos que aumentar exponencialmente o número e melhorar a confiabilidade dos testes e desenvolver um passaporte imunológico (testes sorológicos de imunidade robustos combinados com aplicativos de rastreamento) para reabrir com segurança a economia mundial. Enquanto isto, pesquisadores e empresas farmacêuticas ganham tempo para desenvolver remédios e vacinas para combater o coronavírus.

Porque as nossas instituições falharam? Uma hipótese é que as revoluções nas áreas de informática e inteligência artificial avançaram à velocidade da luz, enquanto que as nossas formas de organização social e política regrediram, tornando-as ineficientes no combate à pandemia.

Por um lado, a classe política falhou naquilo que é a principal responsabilidade do Estado: proteger os seus cidadãos. Nós os elegemos, mas eles não nos representam e não defendem os nossos valores e interesses.

Por outro lado, no plano internacional, há um vácuo de liderança. A arquitetura construída após a segunda guerra mundial e baseada na coordenação e cooperação multilateral de Bretton Woods ruiu. Estamos passando de um

mundo globalizado, coordenado, e altamente integrado economicamente e financeiramente para um mundo bipolar, marcado pela atrofia da liderança americana e a consolidação das ambições chinesas. A União Europeia, que sempre atuou como o fiel da balança, se perdeu desde o Brexit, enquanto que gigantes do passado, como a Rússia, se aproveitam deste vácuo de liderança geopolítica para reconstruir a sua influência internacional.

Em 2020, a economia mundial sofrerá a sua pior recessão desde a grande depressão dos anos 1930. Até 2019, cadeias globais interdependentes de produção reduziram custos e alavancaram a produtividade e o crescimento global. No entanto, a pandemia expôs a fragilidade deste sistema, gerando desconfiança e alimentando sentimentos nacionalistas. Na medida que isto reduza drasticamente os fluxos de comércio internacional e de capitais, cairemos na mesma armadilha protecionista que agravou a depressão dos anos trinta.

Somente o Estado tem a capacidade de mobilizar recursos na velocidade e magnitude necessárias para reduzir o impacto médico e econômico da pandemia. Desde fevereiro, entre política fiscal, monetária e creditícia, governos gastaram aproximadamente US\$ 15 trilhões (6 vezes o PIB do Brasil). Portanto, os governos terminarão a crise do coronavírus altamente endividados. O contribuinte arcará com o aumento da carga tributária, mas ele receberá apenas uma fração destes recursos em termos dos bens e serviços médicos necessários para podermos ligar com segurança os motores economia global.

Os bancos centrais compraram o equivalente a US\$6 trilhões em ativos financeiros, para os quais não havia demanda no mercado. No curto prazo, esta medida salvou o mercado financeiro. No entanto, no longo prazo, os bancos centrais podem ter criado um mercado zumbi e sem a capacidade de alocar capital de acordo com critérios de retorno, risco e eficiência.

Nos países emergentes, além de uma tragédia humanitária iminente, muitos governos e empresas estão fadados a dar um calote em suas dívidas externas.

A boa notícia é que, com a ajuda da ciência, voltaremos em breve às nossas atividades normais, reduzindo o custo da pandemia em termos de crescimento e emprego. A má notícia é que algumas das escolhas que estamos tomando hoje estão penhorando nosso bem-estar no futuro.

A pandemia deixará pelo menos três legados: o cerceamento da liberdade, o crescimento do Estado, e governos e bancos centrais que terão que tributar pesadamente não só os contribuintes e poupadores de hoje como também aqueles que ainda estão por nascer.

PROFESSOR DE FINANÇAS NA UNIVERSIDADE DE MIAMI

Senadores negociam manter aumentos para servidores de saúde e segurança nos Estados

Projeto de socorro aos Estados por causa do novo coronavírus poderá excluir as duas áreas da proibição de aumento de despesas com pessoal prevista no texto

Lorena Rodrigues, O Estado de S.Paulo

02 de maio de 2020 | 13h29

BRASÍLIA – Previsto para ir a votação em sessão do Senado às 16h deste sábado, 2, o texto do projeto de auxílio aos Estados e municípios no combate ao **novo coronavírus** ainda é alvo de intensa negociação entre os parlamentares. Segundo o *Estadão/Broadcast* apurou, pelo menos dois pontos ainda estão em debate: a exclusão de servidores da saúde e da segurança do veto a reajustes salariais e o aumento da parcelas destinadas às unidades da federação.

A ideia em discussão é apresentar um destaque ao texto para que as duas categorias de servidores fiquem de fora do impedimento para aumento de salário e novas contratações.

Além disso, os Estados querem aumentar a fatia que lhes cabe dos recursos transferidos pela União. Pelo texto do substitutivo do presidente do Senado, **Davi Alcolumbre (DEM-AP)**, os R\$ 50 bilhões repassados diretamente seriam divididos em 50% para as unidades da federação e 50% para os municípios. Senadores defendem o aumento dessa parcela para 60%, mas isso ainda não é consenso.

A presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), **Simone Tebet (MDB-MS)**, disse neste sábado que o substitutivo do presidente foi “a construção possível”. “Estados e municípios precisam do dinheiro pra ontem. Procuração ao presidente da Casa foi para encontrar, com União e Câmara, um texto de consenso. Ajuste de distribuição entre Estados e municípios e proteção à algumas categorias de servidores podem ser feitas, mas projeto tem que ser aprovado hoje”, afirmou.

Distribuição de recursos

Segundo o *Estadão/Broadcast* apurou, sete estados receberão menos recursos pelo texto de Alcolumbre em relação ao projeto aprovado na Câmara: São Paulo,

Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e o Distrito Federal. Os outros 20 receberão mais recursos.

Os representantes das unidades da federação que tiveram perda reclamam que eles estão entre os mais atingidos pela pandemia e terão necessidade de maiores recursos.

Na equipe econômica, porém, a avaliação é que esses Estados continuam recebendo a maior fatia do bolo. Pelo texto de Alcolumbre, quem receberá mais recurso será São Paulo, que ficará com R\$ 5,513 bilhões. Depois vêm Minas Gerais (R\$ 2,495 bilhões), Rio de Janeiro (R\$ 1,673 bilhão), Rio Grande do Sul (R\$ 1,621 bilhão), Paraná (R\$ 1,430 bilhão), Bahia (R\$ 1,390 bilhão) e Mato Grosso (R\$ 1,121 bilhão).

O substitutivo de Alcolumbre prevê que serão repassados do Tesouro Nacional para os entes R\$ 60 bilhões, dos quais R\$ 10 bilhões para a saúde (R\$ 7 bilhões para Estados e R\$ 3 bilhões para municípios), de acordo com a necessidade pela pandemia e com a população.

Outros R\$ 25 bilhões serão transferidos aos Estados, em quatro parcelas mensais. A outra metade, R\$ 25 bilhões, irá para municípios, levando em conta os mesmos critérios de Estados e a população, também em quatro vezes.

Além disso, o governo estima que os Estados deixarão de pagar R\$ 35 bilhões com a suspensão da dívida com a União entre março e dezembro deste ano. Os entes poderão ainda renegociar dívidas com bancos públicos e organismos multilaterais, o que economizaria R\$ 24 bilhões.

Como contrapartida, Estados e municípios ficarão impedidos de aumentar despesas com pessoal ou criar despesas obrigatórias até 2022, com exceção para aumento de despesas restritas ao período de calamidade, como contratação de médicos ou enfermeiros temporários. A estimativa da equipe econômica é que, baseado em aumentos dos anos passados, os Estados e municípios gastariam entre R\$ 121 bilhões e R\$ 132 bilhões e a União entre R\$ 30 e 40 bilhões se forem dados reajustes.

Senado aprova projeto de socorro aos Estados

Segundo novo texto, governos estaduais ficam com 60% dos repasses e cidades com 40%; servidores da Saúde poderão ter reajuste salarial

Lorena Rodrigues e Julliana Martins, O Estado de S. Paulo

02 de maio de 2020 | 23h12

BRASÍLIA E SÃO PAULO - O Senado aprovou na noite deste sábado, 2, o projeto de auxílio a Estados e municípios, que prevê a transferência de R\$ 60 bilhões da União para os entes. O texto do projeto foi aprovado após líderes do Senado chegarem a um acordo que inclui o aumento da fatia destinada às unidades da federação e a permissão de reajustes salariais a servidores da saúde e segurança.

Pelo acordo, dos R\$ 50 bilhões que serão transferidos diretamente aos cofres de governos e prefeituras, a parcela das unidades da federação será de R\$ 30 bilhões (60%), reduzindo para R\$ 20 bilhões (40%) o montante destinado para cidades.

Pelo texto apresentado anteriormente pelo presidente do Senado, Davi

Alcolumbre (DEM-AP), relator da matéria, esse valor seria dividido igualmente, R\$ 25 bilhões para Estados e outros R\$ 25 bilhões para municípios.

O projeto prevê ainda que mais R\$ 10 bilhões serão destinados para a saúde.

Serão R\$ 7 bilhões para Estados, divididos 60% de acordo com a população e 40% de acordo com a taxa de incidência do coronavírus de cada localidade.

Outros R\$ 3 bilhões irão para os municípios, considerando apenas o número de habitantes.

Enquanto Alcolumbre apresentava seu relatório sobre o projeto, líderes costuravam nos bastidores as mudanças no texto, que incluem ainda a suspensão do pagamento de dívidas previdenciárias dos entes com a União, que deve economizar R\$ 5,6 bilhões para municípios, e mudanças na base de cálculo do Fundo de Manutenção da Educação Básica (Fundeb), também para beneficiar as prefeituras. As medidas para as cidades é uma tentativa de compensar a mudança na repartição da maior parte do bolo.

No último minuto, Alcolumbre colocou no texto a suspensão do recolhimento de contribuições patronais dos municípios aos regimes próprios de Previdência, o que terá que ser autorizado por lei municipal específica.

Votação

Depois de disputas entre o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e a equipe do presidente Jair Bolsonaro, Alcolumbre disse que Maia se comprometeu a colocar em votação, na segunda-feira, 4, o texto do Senado. Qualquer alteração pelos deputados fará o texto voltar para o Senado.

Nesse ritmo, o projeto poderá seguir para sanção presidencial na terça-feira, 5, e a primeira parcela do pacote pode ser paga no dia 15 de maio, segundo o senador.

A aprovação do projeto de auxílio na Câmara levou a uma disputa entre Maia, o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o presidente Jair Bolsonaro. A equipe econômica considerava o projeto um “cheque em branco” já que previa a compensação de perdas arrecadatórias aos entes, sem limites.

Alcolumbre disse que Maia ficou “machucado” com a decisão do Senado de votar um outro projeto de auxílio, deixando de lado o texto da Câmara, mas disse que isso foi necessário para garantir que os entes recebam recursos.

“O Presidente da Câmara dos Deputados estava muito machucado com decisão do Senado, porque a casa desautorizou a decisão da Câmara dos Deputados.

Após críticas, Alcolumbre disse que a fórmula de distribuição dos R\$ 10 bilhões que serão direcionados para a saúde é justa e “é o índice da vida”. Nesse cenário, o senador citou o seu Estado natal, beneficiado pelo critério, e disse que “infelizmente o Amapá está em primeiro lugar, mas queria estar em último”.

Além do Amapá, ele listou os Estados do Amazonas, Ceará, Roraima e Pernambuco como outras unidades federativas que serão beneficiadas por terem muitos casos e que, segundo ele, precisam de ajuda financeira imediata para estancar o crescimento da pandemia.

Alcolumbre também disse que as medidas de renegociação de dívida dos Estados ajudará Estados maiores, que queriam o aumento nas transferências diretas.

Economia

Além de receber R\$ 60 bilhões em transferência direta de recursos, o governo estima que os Estados e municípios deixarão de pagar R\$ 35 bilhões com a suspensão da dívida com a União entre março e dezembro deste ano. Os entes poderão ainda renegociar dívidas com bancos públicos e organismos multilaterais, o que economizaria R\$ 24 bilhões.

Como contrapartida, Estados e municípios ficarão impedidos de aumentar despesas com pessoal ou criar despesas obrigatórias até 2022, com exceção para aumento de despesas restritas ao período de calamidade, como contratação de médicos ou enfermeiros temporários. A estimativa da equipe econômica é que, baseado em aumentos dos anos passados, os Estados e municípios gastariam entre R\$ 121 bilhões e R\$ 132 bilhões e a União entre R\$ 30 e 40 bilhões se forem dados reajustes.

Senado deve votar amanhã socorro de R\$ 60 bi a Estados

Contrapartida será congelamento de salários de servidores por um ano e meio; Câmara terá de aprovar

Daniel Weterman e Marlla Sabino, O Estado de S.Paulo

01 de maio de 2020 | 05h00

BRASÍLIA - O presidente do **Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP)**, apresentou o parecer do projeto que estabelece um socorro financeiro a Estados e municípios durante a pandemia do **novo coronavírus**. **Como contrapartida, o texto obriga os governos locais ao congelar o salário dos servidores públicos até 31 de dezembro de 2021**. A votação foi marcada para sábado, 2. O projeto dependerá de aval da **Câmara** na sequência.

Alcolumbre estipulou em R\$ 60 bilhões o socorro emergencial da **União** para Estados e municípios durante quatro meses. Nesse período, serão feitos repasses diretos a prefeitos e governadores para amenizar os efeitos da covid-19. O valor foi considerado alto pelo **Tesouro Nacional**, mas o governo concordou diante da pressão dos senadores.

A proposta suspende o pagamento das dívidas com a União e permite a renegociação dos débitos com bancos públicos e instituições privadas com aval do Tesouro até o fim deste ano. O parecer também dá aval para alívio de débitos com instituições multilaterais de crédito no **Brasil** e no exterior.

O ministro da **Economia, Paulo Guedes**, citou que o **impacto total do projeto fica entre R\$ 120 e R\$ 130 bilhões por incluir também suspensão dos pagamentos de dívidas de Estados e municípios com a União neste ano**, além de permitir a renegociação de dívidas com bancos públicos e organismos internacionais.

Alcolumbre elaborou o parecer em cima de um texto do Senado, deixando na gaveta o texto aprovado pela Câmara anteriormente. Dessa forma, os senadores darão a palavra final sobre alterações.

Sem cheque em branco

A equipe econômica classificava o texto da Câmara, que garantia compensação das perdas com **ICMS** (estadual) e **ISS** (municipal), como um “cheque em branco”. Em relação ao texto da Câmara, sete Estados vão acabar recebendo menos com a proposta do Senado, de acordo com cálculos do governo: **São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Distrito Federal, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul**.

Do total, R\$ 50 bilhões serão distribuídos para serem gastos livremente por governos estaduais e municipais. Metade do valor será para governos estaduais e a outra metade para prefeituras. O rateio foi feito com valores fixos, sem apresentação dos cálculos de equação. A distribuição foi tema de debate entre técnicos do governo e assessores do Senado, no fim da tarde da última quinta-feira, 30.

“Eu sei que tem um fórmula paramétrica, só que ele (Alcolumbre) não revelou para o Tesouro. Ele disse que o tema era político e que a Tesouro não tinha que se meter”, relatou a **subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais da Secretaria do Tesouro Nacional, Pricilla Maria Santana**, na reunião.

De acordo com Alcolumbre, o cálculo foi feito levando em conta o **Fundo de Participação dos Estados (FPE)**, o **Fundo de Participação dos Municípios (FPM)** e a população, além de ICMS e ISS.

Além disso, o Senado estipulou no parecer um repasse extra de R\$ 10 bilhões para uso exclusivo no combate ao coronavírus. Desse montante, R\$ 7 bilhões serão entregues para Estados e Distrito Federal, assim distribuídos: 60% conforme taxa de incidência da covid-19 divulgada pelo **Ministério da Saúde**, apurada mensalmente, e 40% de acordo com a população. Os municípios, por sua vez, terão R\$ 3 bilhões conforme a população.

O projeto diz que a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da covid-19 ficam proibidos de dar aumentos ou criar cargos até o fim de 2021. Somente contratações temporárias para o combate específico da doença poderão ser feitas. **Os reajustes ficam liberados em 2022, ano de eleição para presidente da República e governador.**